

BNB Conjuntura Econômica

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste - Etene

37
abr-jun/2013



ISSN 18078834

BNB Conjuntura
Econômica

Número 37

**Boletim elaborado pelo
Escritório Técnico de Estudos
Econômicos do Nordeste/Etene,
do Banco do Nordeste do Brasil/BNB**

**Fortaleza
Banco do Nordeste do Brasil
2013**

Obra publicada pelo



Presidente

Ary Joel de Abreu Lanzarin

Diretores

- Fernando Passos
- Luiz Carlos Everton de Farias
- Manoel Lucena dos Santos
- Nelson Antônio de Souza
- Paulo Sérgio Rebouças Ferraro
- Stélio Gama Lyra Júnior

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste- Etene

Francisco José Araújo Bezerra (Superintendente)

Ambiente de Estudos, Pesquisa e Avaliação

Wellington Santos Damasceno (Gerente de Ambiente)

Fernando Luiz Emerenciano Viana (Gerente Executivo – Célula de Estudos e Pesquisas)

Wendell Márcio Araújo Carneiro (Gerente Executivo – Célula de Informações Econômicas, Socias e Tecnológicas)

EQUIPE BNB CONJUNTURA ECONÔMICA

Coordenação Técnica

Fernando Luiz Emerenciano Viana

Produto Interno Bruto

Antônio Ricardo de Norões Vidal

Jacqueline Nogueira Cambota

Desempenho do Comércio do Brasil e do Nordeste

José Varela Donato

Produção Agropecuária

Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão

Jackson Dantas Coelho

Emprego e Rendimento

Jacqueline Nogueira Cambota

José Wandemberg Rodrigues Almeida

Setor Externo

Laura Lúcia Ramos Freire

Jacqueline Nogueira Cambota

Finanças Públicas

Antônio Ricardo de Norões Vidal

Intermediação Financeira

Allisson David de Oliveira Martins

Estagiários:

Eufrasina Campelo Borges Mendonça

Paulo André Almeida Lopes

Preparação e Tabulação de Dados:

Elias Augusto Cartaxo,

Hamilton Reis de Oliveira

Leonardo Dias Lima.

Ambiente de Comunicação Social

Maurício Lima

Editor

Jornalista Ademir Costa (CE 006731P)

Normalização Bibliográfica

Audrey Caroline Marcelo do Vale

Revisão

Hermano José Pinho

Diagramação

Deborha Rodrigues

Banco do Nordeste do Brasil S/A

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste

Av. Pedro Ramalho, 5700 - Bloco A2 - Térreo -

Passaré - 60743-902 - Fortaleza (CE) - BRASIL

Telefone: (85) 3299.3033

Cliente Consulta

Capitais e regiões metropolitanas 4020.0004

Demais localidades: 0800 033 0004

Os conceitos e opiniões emitidos neste documento não refletem necessariamente o ponto de vista do BNB.

É permitida a reprodução das matérias desde que seja citada a fonte.

Depósito Legal junto à Biblioteca Nacional, conforme lei nº. 10.994, de 14 de dezembro de 2004

BNB Conjuntura Econômica. - N. 37 (abr. - jun. 2013). – Fortaleza:

Banco do Nordeste do Brasil, 2013 -

119 p.

Trimestral.

ISSN 18078834

1. Economia – Brasil – Nordeste – Periódico. I. Banco do Nordeste do Brasil.

CDU 33(812/814) (11)

BNB CONJUNTURA ECONÔMICA
ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO NORDESTE
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL

Fortaleza-CE, n. 37

Abril-Junho 2013

1 - A INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA COMO UM SETOR-CHAVE NA ESTRUTURA PRODUTIVA DE UMA REGIÃO: O CASO DO COMPLEXO FORD DA BAHIA	05
2 - SÍNTESE DE EXPECTATIVAS	24
2.1 - Resumo Executivo	24
2.2 - Expectativas	27
3 - NÍVEL DE ATIVIDADE	29
3.1 - PIB	29
3.2 - Produção Agropecuária	33
3.2.1 - Agricultura	33
3.2.2 - Pecuária.....	46
3.2.3 - Agronegócio	47
3.2.3.1 - Desempenho do PIB e do faturamento	47
3.2.3.2 - Balança comercial do agronegócio	52
3.3 - Produção Industrial do Brasil	58
3.3.1 - Produção Industrial do Nordeste	61
3.4 - Desempenho do Comércio Varejista no Brasil	66
3.4.1 - Desempenho do Comércio no Nordeste	70
4 - EMPREGO E RENDIMENTO	72
4.1- Considerações Adicionais sobre Emprego Formal.....	75
5 - SETOR EXTERNO	82
5.1 - Balança comercial brasileira e nordestina	82
6 - FINANÇAS PÚBLICAS	96
6.1 - Arrecadação de ICMS.....	97
6.2 - Fundos Constitucionais.....	100
6.3 - Transferências voluntárias	104

SUMÁRIO

7.1 - Saldo das Operações de Crédito do Sistema Financeiro Nacional.....	106
7.2 - Saldo das Operações e Qualidade do Crédito do Sistema Financeiro Nordestino.....	109
7.3 - Saldo dos Depósitos e das Operações de Crédito do Sistema Bancário Nordestino.....	111
7.4 - BNB: Taxas de Juro, Saldo dos Depósitos e das Operações de Crédito	113
7.5 - Conclusão	116

1 – AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS

1.1 – A indústria automobilística como um setor-chave na estrutura produtiva de uma região: o caso do complexo Ford da Bahia¹

Roberto Alves Gomes²

1.1.1 – Introdução

Este trabalho tem como objetivo realizar uma análise estrutural da relação do Complexo Automobilístico da Ford em Camaçari-BA com as economias baiana, nordestina e brasileira utilizando, para tanto, a Tabela de Recursos e Usos do Nordeste, que integra a Matriz de Insumo-Produto do Nordeste (MIP-NE). (GUILHOTO et al., 2010). De acordo com a mesma fonte:

Os sistemas de insumo-produto inter-regionais descrevem e quantificam os fluxos de bens e serviços dos setores da Região Nordeste e de seus estados com outras regiões do País e também do exterior, respeitando as peculiaridades de cada região no processo de identificação de estratégias mais pontuais.

Segundo Evangelista (2012), para entender o comportamento da economia em um contexto regional, o conhecimento a respeito do comportamento dos setores de atividade econômica é de grande importância. Existem várias formas de se alcançar esse objetivo; uma delas é mediante a realização de diagnósticos setoriais, aplicando questionários ou entrevistas, procedimentos que “podem ser trabalhosos, demorados e caros, dependendo do tamanho da amostra necessária, dentre outros parâmetros. Têm, entretanto, a vantagem de responder com precisão às interrogações mais particulares do pesquisador”. Alternativamente, pode-se recorrer às pesquisas setoriais ou censos econômicos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que, embora não respondam algumas questões mais específicas, oferecem ao pesquisador a vantagem de obter informações generalizáveis e uma cobertura territorial ampla.

¹ Artigo baseado na dissertação de mestrado Indústria Automobilística como um Setor-chave na Estrutura Produtiva de uma Região: o caso do complexo Ford de Camaçari, defendida junto ao Curso de Pós-graduação em Logística e Pesquisa Operacional, da Universidade Federal do Ceará, orientada pelo Prof. Dr. Carlos Américo Leite Moreira

² Economista, Mestre em Logística e Pesquisa Operacional e ex-bolsista de nível superior do ETENE.

No que diz respeito aos relacionamentos setoriais e espaciais das atividades econômicas, muitas das informações necessárias podem ser obtidas recorrendo-se à Tabela de Recursos e Usos (TRU), que constitui uma etapa indispensável na elaboração de uma Matriz de Insumo-Produto.

O Quadro 1 representa as relações fundamentais registradas numa TRU com recorte regional. A TRU apresenta os fluxos de oferta e de demanda dos bens e serviços, a renda e o emprego gerados pelas diversas atividades econômicas. Neste sentido, é uma representação abrangente das operações econômicas ocorridas em um espaço e tempo determina-

dos. A partir de uma TRU esquematicamente semelhante à da Quadro 1 foi construída a Matriz de Insumo-Produto dos Estados Nordestinos, com base em informações do ano de 2004. Tanto a TRU e seu desdobramento, quanto a Matriz de Insumo-Produto do Nordeste (MIP-NE), foram elaboradas por pesquisadores da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) com a colaboração do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE), do Banco do Nordeste do Brasil (BNB). Vale salientar que a metodologia utilizada na elaboração da MIP-NE é a mesma que o IBGE utiliza para estimar a Matriz de Insumo-Produto brasileira³.

Quadro 1 – Relações fundamentais de insumo-produto num sistema interregional

	Setor região L	Setor região M	LL	MM	
Set. reg. L	Insumos Intermediários LL	Insumos Intermediários LM	DF LL	DF LM	Prod. total L
Set. reg. M	Insumos Intermediários ML	Insumos Intermediários MM	DF ML	DF MM	Prod. total M
	Imp. Resto do Mundo (M)	Imp. Resto do Mundo (M)	M	M	M
	Imp. Ind. Liq. (IIL)	Imp. Ind. Liq. (IIL)	IIL	IIL	IIL
	Valor adicionado	Valor adicionado			
	Prod. total região L	Prod. total região M			

Fonte: Guilhoto et al., 2010.

Como a TRU apresenta todos os fluxos comerciais entre os setores da economia, a análise de como uma cadeia produtiva relaciona-se com os demais ramos de atividade se torna mais clara. A MIP-NE contempla dez regiões (os nove estados nordestinos e o resto do Brasil) e cento e onze setores. Assim, pode-se analisar todo o fluxo comercial que a cadeia automotiva da Bahia, por exemplo, realizou no ano de 2004⁴.

O complexo automotivo Ford em Camaçari, conforme o site da Ford afirma, conta

com 35 empresas fornecedoras de insumos e serviços (conhecidos como sistemistas). No entanto, quando uma cadeia produtiva é instalada em uma região, as relações comerciais não se restringem apenas aos parceiros diretos, no caso, os sistemistas. Existem outros setores e atividades econômicas que se beneficiam com a entrada de uma grande indústria; é o caso do comércio e do setor de serviços. A Seção 2 deste artigo se ocupará em apresentar essa “radiografia” da cadeia produtiva automotiva na Bahia e dos seus parceiros comerciais.

3 Para maiores informações sobre a MIP brasileira desenvolvida pelo IBGE, consultar IBGE, 2012b.

4 O ano de 2004 é citado porque é o único ano retratado pela TRU. Como se trata de um empreendimento bastante complexo e oneroso, a elaboração de uma Matriz de Insumo-Produto é realizada por períodos de tempo não menores que 10 anos, o que, para pesquisadores especialistas em MIPs, é um período de tempo bastante relevante pois a estrutura produtiva não sofre alterações significativas no curto prazo.

A instalação do Complexo Industrial Ford Nordeste, no início dos anos 2000⁵, suscitou uma série de reações positivas (algumas negativas também), embalada nas expectativas de ampliação das oportunidades de negócios, empregos e incremento de renda na Bahia. Dentre essas oportunidades, estava o conjunto de vantagens que um complexo automotivo deveria proporcionar para a indústria de transformação do Estado:

A implantação do Complexo Ford Nordeste em Camaçari, na Região Metropolitana de Salvador, Bahia, foi cercada por acirrados debates em diversas frentes. Por um lado, discutia-se a pertinência da localização num centro secundário, em termos de mercado consumidor, contrariando a tendência do recente movimento de desconcentra-

ção espacial da indústria automotiva brasileira. De outro, emergia todo o imbróglio da guerra fiscal entre os Estados da União, potencializado pelo fato da montadora ter decidido deslocar o projeto do seu sítio original, no Rio Grande do Sul. Assumindo um discurso diametralmente oposto, aparecem defensores da iniciativa, destacando os potenciais efeitos cumulativos do projeto sobre a estrutura local e nordestina (SILVA et al., 2004).

De fato, quando analisada a evolução na Renda Total do Município de Camaçari, percebe-se que, a partir de 2001 a participação do Valor Adicionado Industrial na Renda Total cresceu significativamente, como mostra a Gráfico 1.

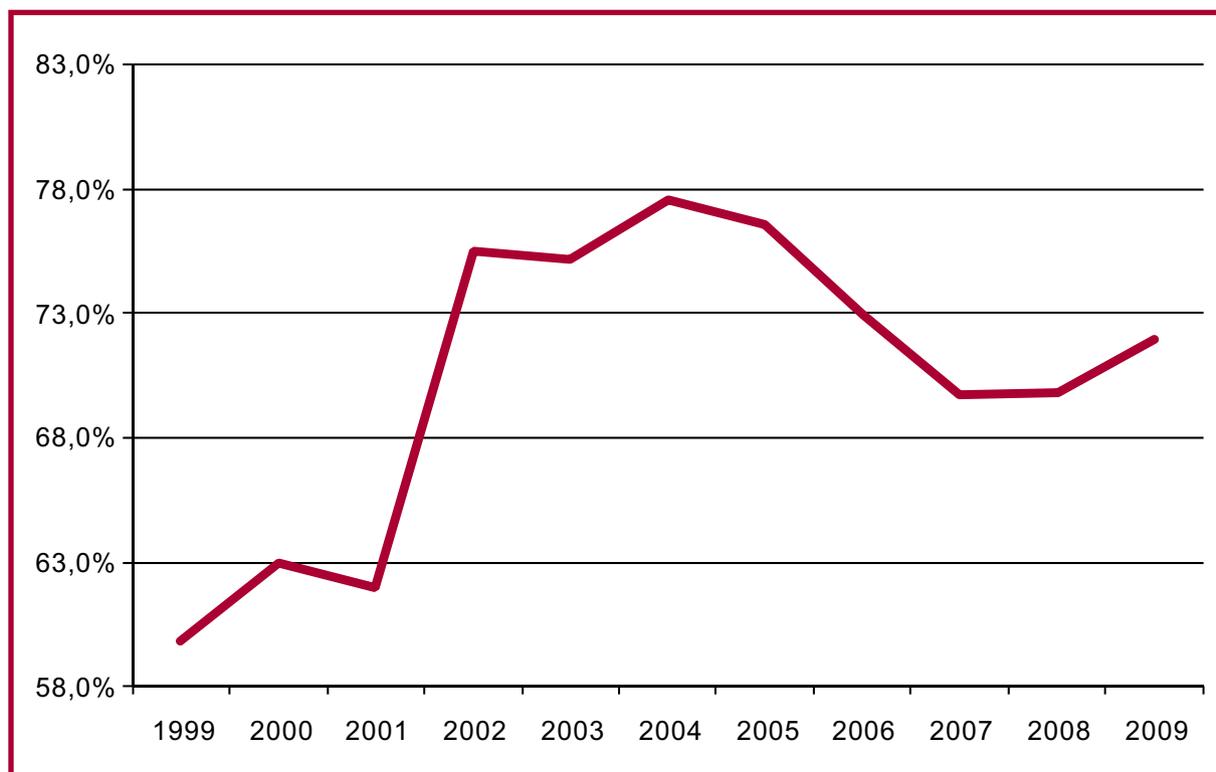


Gráfico 1 – Participação do valor adicionado industrial no valor adicionado total de Camaçari
Fonte: IBGE, 2012a.

5 A fábrica baiana foi inaugurada em 2001 e produziu seus primeiros veículos em 2002.

6 Ressalte-se que, por ser a sede do polo petroquímico baiano, Camaçari já era, nesse sentido, um município bastante industrializado no âmbito nordestino.

Até o ano de 2001, a participação do Valor Adicionado Industrial (VAI) no Valor Adicionado Total (VAT) do Município de Camaçari girava em torno de 60,0%. A partir de 2002, essa participação sofre um incremento de 15 pontos percentuais, mantendo uma média, desde então, de 74,0%.

Analisando a participação do Valor Adicionado Industrial de Camaçari no VAI baiano,

percebe-se uma clara evolução (Gráfico 2). Enquanto que, até 2001, a participação média da renda industrial do município no total baiano foi de 21,2%, a partir de 2002, essa média sobe para 23,3%, um crescimento de 2,1 p.p., o que parece ser um crescimento irrisório; no entanto, em valores monetários, representou acréscimo de R\$ 700 milhões do Valor Adicionado da Indústria baiana no ano de 2009.

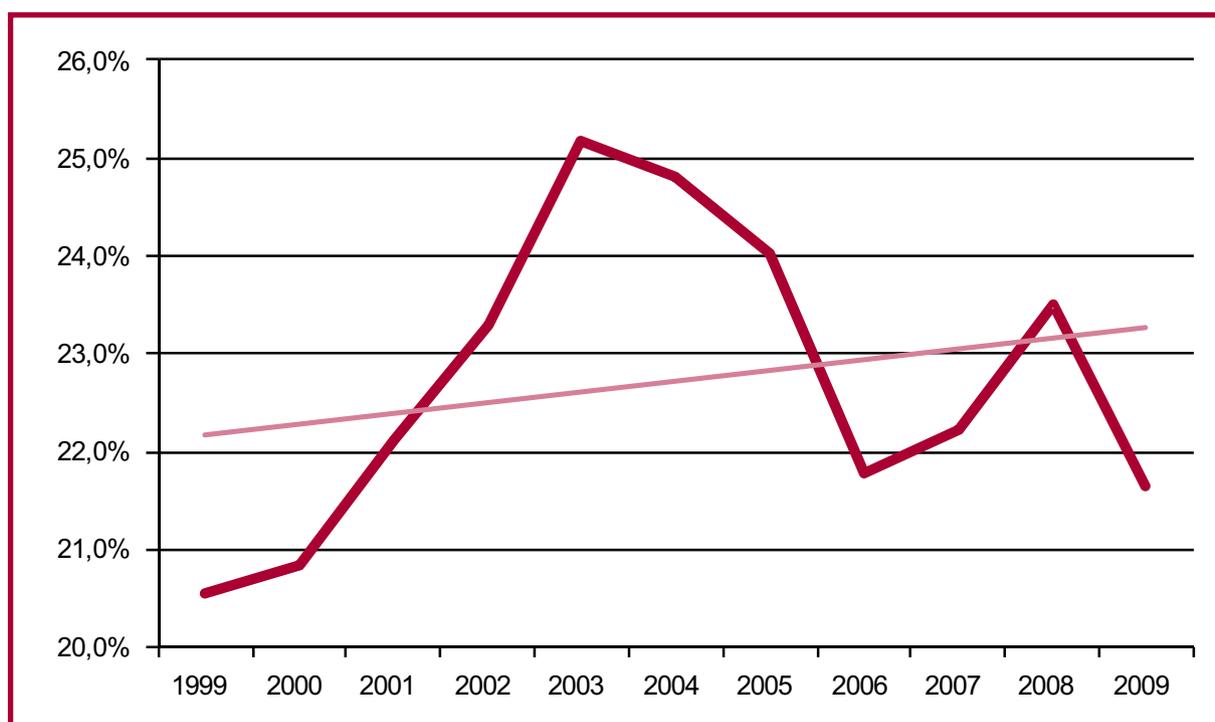


Gráfico 2 – Participação do valor adicionado industrial de Camaçari no valor adicionado total do estado da Bahia

Fonte: IBGE, 2012a.

É certo que essa evolução nos dados apresentados não sofre alterações exclusivas da entrada do Complexo Automotivo Ford em Camaçari. A região de Camaçari já possui um retrospecto de influência no PIB baiano por conta do Polo Petroquímico de Camaçari, que recebe diversas outras empresas de vários segmentos, como a Indústria Manufatureira de Plásticos. O polo da Ford, então, é um dos elementos de fortalecimento da economia do Estado, contribuindo para a diversificação dos ramos econômicos atuantes em solo baiano. Sendo assim, é necessário buscar ou-

tros indicadores que apresentem o grau de influência do setor automotivo dentro do cenário local.

Outro indicador importante da evolução da economia é a geração de emprego. Para analisar esse indicador, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) divulga periodicamente a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), que abrange um conjunto de informações sobre o estoque de empregos formais nos âmbitos nacional, estadual e municipal. Apesar da limitação de apresentar apenas

o estoque de empregados formais, a RAIS é o único conjunto de dados sobre empregos com desagregação municipal com a mesma base metodológica que abrange 97% do território nacional. (BRASIL, 2012). Segundo o MTE, o estoque de emprego formal no estado da Bahia cresceu 82% em 10 anos, passando de 1.177.343 empregos formais em 2000 para 2.139.232 em 2010. Em Camaçari, essa evolução foi ainda maior (quase o dobro), variação de 162% no mesmo período. A participação do município no total dos empregos do Estado também evoluiu, passando de

2,5% em 2000 para 3,6% em 2010. Evidentemente, essa evolução não é fruto apenas da entrada do Complexo Automotivo Ford na Bahia. A Tabela 1 apresenta um quadro mais específico da participação do segmento automotivo (setores em negrito) no incremento do emprego no município, com o estoque de empregos formais por setor de atividade para os anos de 2000 e 2010. As atividades econômicas estão agrupadas em 24 setores, identificando-se, também a participação de cada setor no estoque total do ano e a variação setorial nos anos analisados.

Tabela 1 – Camaçari – estoque de empregos formais, por setor de atividade (2000 e 2010)

Setor	Ano					
	2000		2010		Varição (%)	
	Empregos	Part (%)	Empregos	Part (%)	2010/2000	
1	Construção Civil	6.383	21,9	12.655	16,7	98,3
2	Indústria Química	7.552	25,9	9.208	12,1	21,9
3	Administração Pública	96	0,3	7.372	9,7	7.579,2
4	Comércio Varejista	2.695	9,2	6.746	8,9	150,3
5	Transporte e Comunicações	1.315	4,5	6.710	8,8	410,3
6	Adm. Técnica Profissional	4.117	14,1	6.592	8,7	60,1
7	Material de Transporte	81	0,3	5.920	7,8	7.208,6
8	Aloj Comunic	2.155	7,4	4.521	6,0	109,8
9	Alimentos e Bebidas	1.380	4,7	2.478	3,3	79,6
10	Industria Mecânica	143	0,5	1.920	2,5	1.242,7
11	Borracha, Fumo, Couros	23	0,1	1.846	2,4	7.926,1
12	Serviços de Utilidade Pública	677	2,3	1.713	2,3	153,0
13	Médicos Odontológicos Vet	491	1,7	1.363	1,8	177,6
14	Prod Mineral Não Metálico	309	1,1	1.297	1,7	319,7
15	Indústria Têxtil	254	0,9	1.195	1,6	370,5
16	Indústria Metalúrgica	122	0,4	1.164	1,5	854,1
17	Papel e Gráfica	295	1,0	786	1,0	166,4
18	Comércio Atacadista	181	0,6	651	0,9	259,7
19	Ensino	169	0,6	608	0,8	259,8
20	Elétrico e Comunic	157	0,5	598	0,8	280,9
21	Agricultura	56	0,2	248	0,3	342,9
22	Madeira e Mobiliário	72	0,2	234	0,3	225,0
23	Extrativa Mineral	170	0,6	104	0,1	-38,8
24	Instituições Financeiras	272	0,9		0,0	-100,0
	Total	29.165	100,0	75.929	100,0	160,3

Fonte: MTE.RAIS, 2012.

Dos dez principais setores empregadores em 2000, apenas sete continuaram entre os dez primeiros em 2010. Serviços de utilidade pública; Serviços médicos odontológicos e veterinários e Produtos minerais não metálicos perderam posição dentro do top 10 para os setores Administração pública; Material de transporte e Indústria mecânica.

A Administração pública atingiu uma impressionante variação de 7.579% em uma década. No entanto, merece destaque o ótimo desempenho dos dois setores que repre-

sentam o Complexo Ford de Camaçari, a saber, Material de transporte e Indústria mecânica. Esses dois setores, juntos, respondiam, em 2010, por 10,3% de todo o estoque de empregos do município, resultado bem superior ao de 2000, quando não chegavam a 1% do estoque total.

Com efeito, o emprego apresenta-se como um dos melhores indicadores da repercussão de um setor/empreendimento na economia local. Assim sendo, a julgar apenas por essa proxy, a entrada da Ford no município já causou bastante repercussão.

1.1.2 – A Ford e sua rede de fornecedores

As últimas décadas do século passado foram marcadas pela reconfiguração geográfica da produção em escala mundial, reflexo da possibilidade de ampliação da estrutura produtiva associada ao fenômeno de realocização dos novos investimentos. As novas tecnologias de base microeletrônica cumpriram um duplo papel nesse processo. De um lado, permitiram flexibilizar a escolha da localização para a implantação da unidade de produção, favorecendo a redistribuição espacial das plataformas produtivas em pontos dispersos, principalmente no nível internacional. De outro, potencializaram a reestruturação interna e externa da produção, a partir da disponibilidade de um padrão de soluções técnicas para problemas de ordem produtiva, com base na automação integrada

e flexível das atividades de produção, e da formação de arranjos produtivos interfirmas, exigindo, assim, maior aproximação das plantas industriais entre usuários e fornecedores (SALERMO et al., 2001, p. 4; LUNG, 2000, p. 52; BOYER; FREYSSENET, 2000, p. 21).

O Complexo Industrial Ford Nordeste tem capacidade para produzir 250 mil veículos por ano, conta com 35 parceiros, que fornecem sistemas para os veículos diretamente na linha de montagem. Em Camaçari, são produzidos três veículos, que possuem grande apelo comercial: o Fiesta Hatch, o Fiesta Sedan e o Ecosport.

A unidade de Camaçari ainda trouxe como novidade a implantação de um novo modelo de produção, conhecido como Montagem Modular Sequenciada (MMS)⁷. (FORD, 2012).

7 Montagem Modular Sequenciada (MMS): Seu principal diferencial é a participação de fornecedores diretamente na linha de montagem e no processo de produção e não apenas no fornecimento dos componentes do veículo, compartilhando das instalações e das responsabilidades. Esse modelo integra o conceito de Condomínio Industrial.

Quando a Ford optou pela MMS, seu objetivo era a redução do número de componentes fabricados dentro da montadora, priorizando o desenho, a montagem e a distribuição. Para tanto, foi necessária a terceirização da fabricação de componentes além da montagem de módulos. Esses módulos permitiram a consolidação de uma plataforma-base para desenvolvimento de veículos, permitindo o compartilhamento de peças em vários modelos de automóveis.

A escolha da Montagem Modular Sequenciada como modelo de produção da Ford em Camaçari trouxe consigo a criação de um parque automotivo com as empresas fornecedoras de produtos e serviços (sistemistas) instaladas junto à montadora. Essas sistemistas,

de origem predominantemente estrangeira, compõem o primeiro nível (Tear 1) de fornecedores. São 35 ao todo, das quais 26 estão dentro do Complexo, que possui uma área total de 1,6 milhão de m². As outras nove estão instaladas nas proximidades da fábrica, nos municípios baianos de Camaçari, Dias D'Ávila e Feira de Santana. Essas empresas são responsáveis pelo fornecimento direto da grande maioria das peças e componentes dos modelos produzidos na Bahia, respondendo pela qualidade desses produtos, sob fiscalização da Ford, a qual transfere às sistemistas, elencadas no Quadro 1, a responsabilidade sobre a sua cadeia de suprimentos. As Figuras 4 e 5 apresentam o Complexo Industrial Ford em Camaçari e seu lay-out. (LIMA; SILVA, 2007).

CARROCERIA		MONTAGEM FINAL	
Ferrolene	Blank	Faurecia	Montagem das peças
Sodecia	Pequenas peças	Visteon	Painéis A e B
		Pelzer	Acabamentos
PINTURA		Intertrin	Forro do teto
Renner/Du Pont	Tintas	Lear	Bancos
Colauto	Pequenas peças	Mapri	Distribuição de fixadores
		Valeo	Módulo frontal
COMPONENTES		Bentele	Suspensões
Dow	Peças grandes em plástico e pintura	Arvin	Escapamento
		Cooper	Tubos
Autometal	Peças pequenas em plástico e pintura	Pirelli	Rodas e pneus
		Yazaki	Distribuição de chicotes
Saargummi	Vedações	FORNECEDORES EXTERNOS	
Pilkington	Vidros	SIAN	Iluminação
Kautex	Tanque	Pirelli	Pneus
		Krupp	Estamparia
SERVIÇOS		Pelzer	Isoladores
ABB	Manutenção	Yazaki	Chicotes
Premier	Manutenção	TWE	Espumas
Exel/DHL	Logística	Faurecia	Peças em plástico
MSX	Engenharia	Met. Jardim	Estamparia
TPC	Logística	Vibrac	Isoladores

Quadro 2 – Relação das empresas sistemistas da Ford e categorias de produção

Fonte: Lima e Silva, 2007.



Figura 1 – Planta da Ford em Camaçari
 Fonte: FORD, 2012.

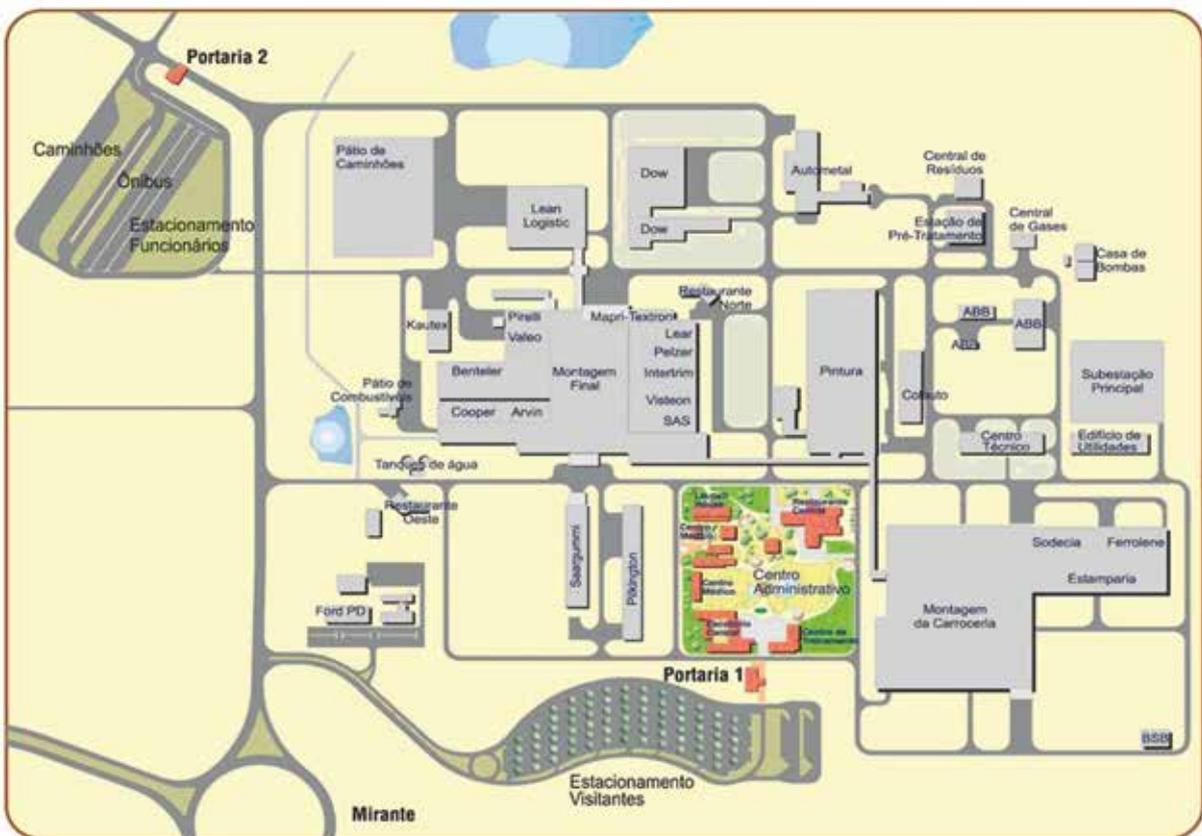


Figura 2 – Layout da Ford em Camaçari
 Fonte: FORD, 2012.

Como a maior parte das sistemistas encontra-se localizada no mesmo espaço físico da montadora, tem sido divulgado que já se obtém 60% de conteúdo baiano incorporado nos automóveis fabricados pela Ford de Camaçari (FERRAN, 2008), embora seja difícil uma mensuração precisa desse indicador. O fato de uma peça ser fornecida pela sistemista dentro do Complexo Ford de Camaçari, não significa necessariamente que tenha sido fabricada localmente. Ao longo dos anos de produção da Ford em Camaçari, as empresas sistemistas estabeleceram relações de compras com fabricantes situados principalmente em São Paulo e Minas Gerais e realizaram poucas solicitações às empresas baianas. Com a planta operando a plena capacidade – 250 mil veículos por ano – as empresas baianas, para ganharem essas compras, terão que se colocar de forma mais vantajosa que as suas concorrentes de outros estados, in-

clusive porque não está previsto incremento da produção no curto prazo.

Embora a Ford tenha anunciado expansão de sua fábrica em São Paulo, de acordo com Olmos (2008), vem protelando qualquer tipo de ampliação em Camaçari. Segundo ela, a questão logística tem se mostrado complicada numa indústria que depende de entregas just in time em um país com graves problemas de infraestrutura, embora isso não seja declarado explicitamente pela montadora. Diretores da empresa comentam sobre a dificuldade em convencer alguns fornecedores de componentes a investir em fábricas na região de Camaçari. (OLMOS, 2008).

A Tabela 2 apresenta os materiais utilizados em um automóvel genérico, permitindo vislumbrar possibilidades de negócios entre a Ford e futuros pretendentes a fornecedores.

Tabela 2 – Materiais utilizados em um automóvel Americano genérico, em kg

Material	Década de 50	Década de 90
Plásticos	-	101
Alumínio	-	68
Cobre	25	22
Chumbo	23	15
Zinco	25	10
Ferro	220	207
Aços	1.290	797
Vidro	54	38
Borracha	85	61
Fluidos	96	81
Outros	83	38
Peso total	1.901	1.438

Fonte: Allenby e Graedel, 1998.

Acredita-se que parte do que é consumido fora do Estado possa ser adquirido localmente, como é o caso dos componentes plásticos, pois o próprio Polo de Camaçari conta com uma Cadeia Petroquímica que fabrica, dentre

outros produtos, componentes plásticos. No entanto, a Ford prefere adquirir esses produtos de parceiros comerciais trazidos consigo de São Paulo, como é o caso da Dow Automotiva. (SPÍNOLA, 2009).

Existem fatores que fazem com que não haja interesse da Ford em buscar novos parceiros dentro da Bahia. Alguns deles foram identificados por Farias (2008 apud SPÍNOLA, 2009) como sendo: a) a falta de prática das empresas locais em formar e gerir uma estrutura de custo; b) a falta de escala de pro-

dução e c) a ausência de cultura local no que se refere à indústria automobilística. Outro fator limitante é a extensa lista de requisitos para se tornar um fornecedor credenciado junto ao Complexo Ford Camaçari, como se vê no quadro abaixo.

Nome da Capacitação	Descrição
SEIS SIGMA	Estratégia gerencial disciplinada, altamente quantitativa com a finalidade de medir o nível de qualidade de um processo, atribuindo um número na Escala Sigma à quantidade de defeitos por milhão. Sob o valor na Escala Sigma, cresce o nível de qualidade; objetiva a máxima proximidade com o defeito zero, ou seja, 3.4 defeitos para cada milhão de peças produzidas.
LEAN MANUFACTURING ou Manufatura Enxuta	Visa levar as empresas ao que se chama de organização enxuta por meio da eliminação de desperdício em toda a cadeia de valor da empresa, alinhando atividades da melhor forma, no sentido de se obterem empresas mais flexíveis e capazes de responder efetivamente às necessidades dos clientes.
TPM – Manutenção Produtiva Total	Ferramenta de acompanhamento para melhorar a eficácia e a longevidade das máquinas.
OEE – Overall Equipment Effectiveness	Eficácia Global do Equipamento. Reflete a situação de funcionamento dos equipamentos.
APQP – Advance Product Quality Planning	Plano de Controle, Planejamento da Qualidade do Produto. É um método estruturado para definir e estabelecer os passos necessários para assegurar que um produto satisfaça o cliente.
PPAP	Processo de Aprovação de Partes para Produção.
ISSO/TS 16949:2002	Conjunto de requisitos criados pelas montadoras norte-americanas e europeias de veículos automotores para padronizar as normas do Sistema de Qualidade desse setor. A ISO TS 16949 define as expectativas sobre Sistemas da Qualidade para fornecedores internos e externos de serviços, produtos, materiais e peças.
FMEA – Failure Mode and Effect Analysis	Análise dos Modos de Falha e seus Efeitos. Abordagem sistemática que aplica um método de tabulação para ajudar no processo de identificação de problemas potenciais, suas causas e efeitos, através do trabalho em equipe; ferramenta vital para prevenir a ocorrência de problemas, sendo parte fundamental do APQP.
GLOBAL 8 DISCIPLINES	Global 8D (Oito Disciplinas Global). Metodologia cujo objetivo é identificar e resolver problemas provocados por causas especiais. A utilização de ferramentas da qualidade e do trabalho em equipe torna o Global 8D uma metodologia poderosa e eficiente na resolução de problemas que melhorarão indicadores de satisfação de clientes e na redução de custos provocados pela não qualidade.

Quadro 3 – Capacitações exigidas do fornecedor do complexo Ford em Camaçari

Fonte: Lima e Silva, 2007.

Dado esse contexto, a absorção de elementos locais dentro da produção de veículos da Ford Camaçari aparenta ser uma possibilidade difícil de concretizar. O mesmo parece se configurar quando são analisados os

efeitos de encadeamento do Setor Automobilístico baiano com o restante da economia local, bem como com os demais setores econômicos nordestinos e brasileiros, os quais serão objeto da seção a seguir.

1.1.3 – As relações intersetoriais e inter-regionais da Ford-BA

A partir dos fluxos comerciais consignados na TRU, obtemos o Gráfico 3 a seguir, com as relações de compras diretas totais do Setor Automóveis, Camionetas e Utilitários baiano⁸. Nesse gráfico, observa-se não somente a relação comercial existente dentro da Cadeia Produtiva do Automóvel (que são as relações da Ford com seus fornecedores

diretos), mas também, com todos os demais setores de atividade econômica do País inteiro. Vale salientar que as informações retratadas referem-se especificamente ao Consumo Intermediário, ou seja, aos bens e serviços adquiridos pelo setor automotivo da Bahia destinados à produção do bem final do setor, no caso, o veículo automotivo.

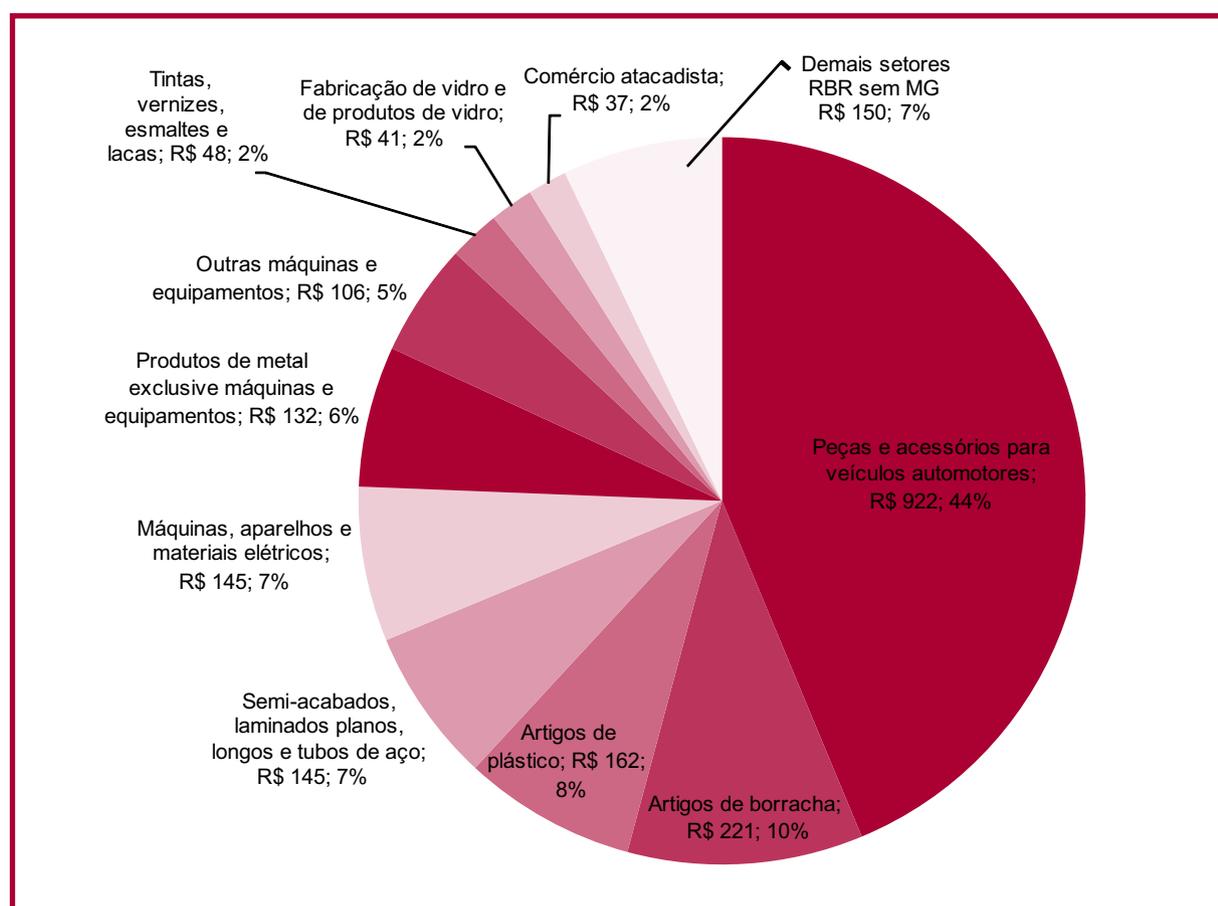


Gráfico 3 – Bahia: distribuição setorial das compras (consumo intermediário) do setor automóveis, camionetas e utilitários realizadas no resto do Brasil (exceto Minas Gerais) (R\$ milhões) – 2004

Fonte: Tabela de recursos e usos. Elaboração própria.

⁸ O setor descrito acima obedece à classificação CNAE do IBGE. Considerando que no estado da Bahia existe apenas o Complexo Automotivo Ford como produtor de veículos, e que esse produz apenas veículos leves, assume-se que esse setor da Matriz de Insumo-Produto da Bahia contém informações concernentes apenas à Ford Camaçari.

O setor Automóveis, camionetas e utilitários comprou um total de R\$ 4,1 bilhões de insumos dos outros setores econômicos em 2004 (Tabela 3). Observa-se que a maior relação de compras do setor automotivo é com o setor de Peças e acessórios para veículos, que abrange todos os sistemistas do comple-

xo, mas também integrantes desse setor instalados em outras partes do País. Assim, 29% do que o setor automotivo consumiu em 2004 veio do setor Peças e acessórios para veículos; 11% do Comércio atacadista⁹; 8% de Semi-acabados, laminados planos, longos e tubos de aço; e 6% de Artigos de borracha.

Tabela 3 – Bahia: distribuição setorial das compras totais (consumo intermediário) do setor automóveis, camionetas e utilitários (R\$ milhões) – 2004

Setores	Valor Adquirido	Part (%)
Peças e acessórios para veículos automotores	1.181	28,6
Comércio atacadista	448	10,9
Semi-acabados, laminados planos, longos e tubos de aço	320	7,8
Artigos de borracha	258	6,3
Automóveis, camionetas e utilitários	241	5,8
Serviços prestados às empresas	223	5,4
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	186	4,5
Produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos	181	4,4
Artigos de plástico	169	4,1
Outras máquinas e equipamentos	119	2,9
Demais setores	797	19,3
Total	4.123	100,0

Fonte: Tabela de Recursos e Usos. Elaboração Própria.

Esses valores mostram que a dinâmica exercida pelo setor automotivo vai além da relação Empresa Matriz – Sistemistas. Ela abrange diversos setores da economia, produzindo externalidades positivas através da geração de renda, e, de forma induzida, de novos postos de trabalho, no estado da Bahia e também fora dele. A distribuição regional dos gastos pode ser vista na Tabela 4. Do total de R\$ 4,1 bilhões movimentados pelo setor automotivo em compras no ano de 2004, 36,8% foram realizadas no próprio Estado;

3,0% nos demais estados da Região Nordeste e 60,2% foram gastos em outras regiões brasileiras.

O percentual de aquisições fora da Bahia (63,2%) revela uma dependência externa considerável; entretanto, tendo em mente que o Complexo Ford instalou-se na Bahia em 2000, uma internalização das compras de 36,8% transcorridos apenas quatro anos pode ser uma indicação bastante positiva dos efeitos regionais potenciais daquela indústria.

⁹ Segundo metodologia do IBGE para elaboração de Matrizes de Insumo-Produto, as relações comerciais com o comércio são definidas através da margem de comercialização. Quer dizer, sempre que um setor adquire um bem de forma indireta, através do comércio, parte do valor do produto fica para o agente intermediador, ou seja, o comerciante.

Tabela 4 – Bahia: distribuição regional das compras totais (consumo intermediário) do setor automóveis, camionetas e utilitários (R\$ milhões) – 2004

Regiões	Valor Adquirido	Part (%)
Bahia	1.517	36,8
Nordeste (exceto Bahia)	122	3,0
Nordeste Total	1.639	39,8
Resto do Brasil (sem Minas Gerais)	2.109	51,2
Minas Gerais	375	9,1
Resto do Brasil Total	2.484	60,2
Total	4.123	100,0

Fonte: Elaboração própria.

A distribuição setorial das compras realizadas na Bahia é apresentada na Tabela 5. A aquisição de grande parte dos insumos de forma indireta, conforme anteriormente explicado, faz com que se destaque a participação do setor Comércio atacadista (26,0% das compras). Há um percentual considerável (15,0%) de compras “endógenas”, ou seja, o Setor Automotivo comprando de outras unidades também do Setor Automotivo. Essa constatação é merecedora de mais investigação, dado que, no nível de análise permitido pela TRU, é impossível averiguar que produtos estariam sendo transacionados.

Ressalte-se que o setor Peças e acessórios para veículos automotores da Bahia forneceu 9,65% (R\$ 114 milhões – Tabela 5 – em R\$ 1.181 milhões – Tabela 3) das compras totais do Complexo Ford feitas a esse mesmo setor. O conjunto dos setores fornecedores de mercadorias (Semiacabados, laminados planos, longos e tubos de aço e Artigos de borracha) atinge-se o montante de R\$ 169 milhões ou 11,14% das compras realizadas na Bahia. Destacam-se, no estado as aquisições de serviços (30,64%)¹⁰ e das atividades industriais de utilidade pública (7,28%)¹¹.

A distribuição setorial das compras do Setor Automotivo da Bahia efetuadas no Resto do Brasil (fora do Nordeste e exceto Minas Gerais) é apresentada na Figura 6. Aqui se percebe que uma parcela considerável das compras são oriundas do setor Peças e acessórios para veículos (43,7%), grande parte vinda do estado de São Paulo, de onde a Ford Camaçari recebe componentes, motores e transmissão de sua fábrica de Taubaté. Artigos de borracha e de plástico representam 18% das compras. A aquisição de serviços é mínima (1,59%) e inexistente no caso dos serviços industriais de utilidade pública; por isso tais setores estão incluídos entre os Demais setores do Resto do Brasil.

Apenas 2,9% do que o setor automotivo baiano consome vem dos demais setores da Região Nordeste. Considerando-se a origem estadual dessas compras, tem-se que Pernambuco é o estado com maior relação de vendas (64,7%), seguido pelo Ceará (13,0%) e por Sergipe (8,3%). O posicionamento dos dois primeiros estados justifica-se pelo fato de serem a segunda e terceira maiores economias da Região. A proximidade com a Bahia provavelmente explica o posicionamento de Sergipe.

10 Serviços prestados às empresas; Transporte rodoviário de carga, Serviços financeiros, Atividades auxiliares dos transportes de carga, Outros serviços de informação, Transporte rodoviário de passageiros, Transporte aéreo de carga, Transporte aquaviário de carga, Serviços de limpeza urbana e Transporte aéreo de passageiros.

11 Distribuição de energia elétrica, Serviços de telefonia fixa e Serviços de telefonia móvel.

Tabela 5 – Bahia: distribuição setorial das compras (consumo intermediário) do setor automóveis, camionetas e utilitários realizadas na Bahia (R\$ milhões) – 2004

Setores	Valor Adquirido	Part (%)
Comércio atacadista	394	26,0
Automóveis, camionetas e utilitários	228	15,0
Serviços prestados às empresas	196	12,9
Peças e acessórios para veículos automotores	114	7,5
Transporte rodoviário de carga	84	5,6
Serviços financeiros	61	4,0
Construção	53	3,5
Distribuição de energia elétrica	46	3,1
Semi-acabados, laminados planos, longos e tubos de aço	34	2,3
Serviços de telefonia fixa	32	2,1
Demais setores BA	275	18,1
Total	1.517	100,0

Fonte: Tabela de recursos e usos. Elaboração própria.

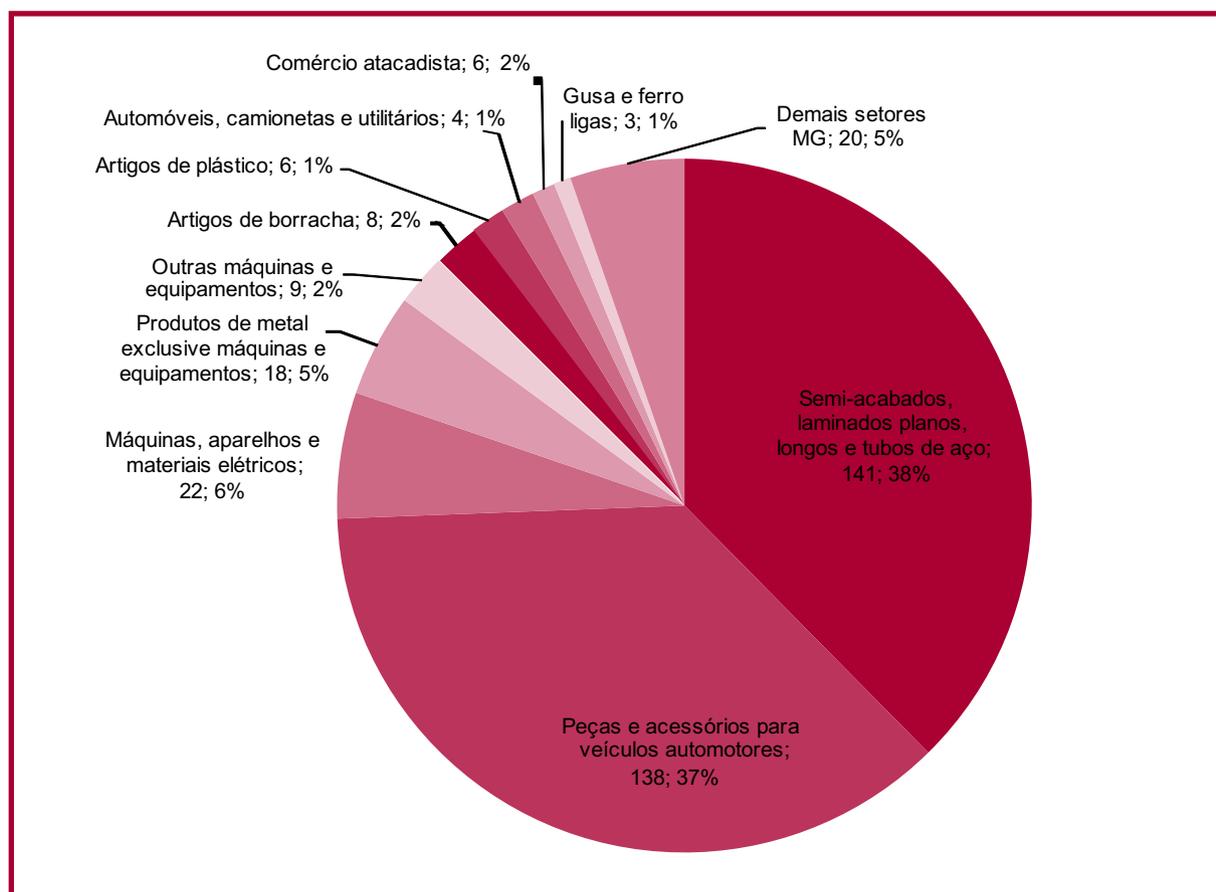


Gráfico 4 – Bahia: distribuição setorial das compras (consumo intermediário) do setor automóveis, camionetas e utilitários realizadas no Nordeste (exceto a Bahia) (R\$ milhões) – 2004

Fonte: Tabela de recursos e usos. Elaboração própria.

Em termos setoriais, tem-se no Gráfico 4 a discriminação dos setores nordestinos (exclusive Bahia) que possuem algum tipo de relação comercial com o setor automotivo baiano. Da mesma forma constatada para o relacionamento com o Resto do Brasil, predomina a aquisição de mercadorias (com destaque para os setores de Produtos de metal – exclusive máquinas e equipamentos e de Máquinas, aparelhos e materiais elétricos) e baixa aquisição de serviços de uma maneira geral.

Os maiores ofertantes de insumos à Ford de Camaçari são os estados de São Paulo e Minas Gerais. Infelizmente, a Tabela de Recursos e Usos integrante da MIP-NE não destaca as informações para o estado de São Paulo, incluindo-o no Resto do Brasil. Fora os nove estados nordestinos, apenas Minas Gerais e Espírito Santo aparecem separadamente – os demais compõem a unidade Resto do Bra-

sil – por participarem da área de atuação do BNB. Observa-se uma forte relação comercial entre o setor automóveis baiano e o estado mineiro (Tabela 8), bem mais forte do que a existente com a Região nordestina. O fluxo monetário das compras é três vezes maior com Minas Gerais do que com o restante do Nordeste, com destaque para os setores de Semi-acabados, laminados planos, longos e tubos de aço e Peças e acessórios para veículos automotores, que participam com 74,7% das compras.

O setor de Peças e acessórios para veículos automotores é o segundo componente da cadeia automotiva na Bahia aqui analisado. De acordo com a Tabela 9, no ano de 2004, esse setor realizou R\$ 497,6 milhões em compras, dos quais 85,6% dentro da Bahia, 13,9% no Resto do Brasil (incluindo Minas Gerais) e apenas 0,5% nos demais estados nordestinos (Tabela 6).

Tabela 6 – Bahia: distribuição regional das compras totais (consumo intermediário) do setor peças e acessórios para veículos automotores (R\$ milhões) – 2004

Regiões	Valor Adquirido	Part (%)
Bahia	426,0	85,56
Nordeste (exceto Bahia)	2,6	0,52
Nordeste Total	428,6	86,08
Resto do Brasil (sem Minas Gerais)	62,8	12,62
Minas Gerais	6,5	1,30
Resto do Brasil Total	69,3	13,92
Total	497,9	100,00

Fonte: Tabela de recursos e usos. Elaboração própria.

Embora esse setor seja de pouca influência do Nordeste, observa-se aqui que, ao contrário do setor Automóveis, o setor Peças e acessórios tem um maior grau de inserção na economia baiana. Isso é explicado pelo fato de que, as empresas inseridas nesse setor trouxeram consigo a estrutura necessária para produção de seus produtos. Embora par-

te dos insumos seja adquirida fora do Estado, alguns produtos de baixo valor agregado tem sua produção concentrada dentro do Complexo Ford da Bahia. Percebe-se, na Tabela 7, que praticamente um terço das aquisições do Setor são feitas ao próprio setor Peças e acessórios, na Bahia.

Da mesma forma vista para o setor de Automóveis, o setor de Peças e acessórios também possui uma forte relação com Minas Gerais, concentrado suas compras nos seto-

res relacionados a Semiacabados, laminados planos, longos e tubos de aço, Peças e acessórios já montados, Fundidos de aço e Artigos de plástico (Gráfico 5).

Tabela 7 – Bahia: distribuição setorial das compras (consumo intermediário) do setor peças e acessórios para veículos automotores realizadas na Bahia (R\$ milhões) – 2004

Setores	Valor adquirido	Part (%)
Peças e acessórios para veículos automotores	138	32,5
Semi-acabados, laminados planos, longos e tubos de aço	86	20,2
Comércio atacadista	32	7,4
Artigos de borracha	16	3,8
Produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos	15	3,6
Serviços prestados às empresas	15	3,5
Serviços financeiros	15	3,5
Distribuição de energia elétrica	14	3,3
Transporte rodoviário de carga	11	2,6
Comércio varej. de veículos peças e acess.	10	2,4
Demais setores BA	74	17,2
Total	426	100,0

Fonte: Tabela de recursos e usos. Elaboração própria.

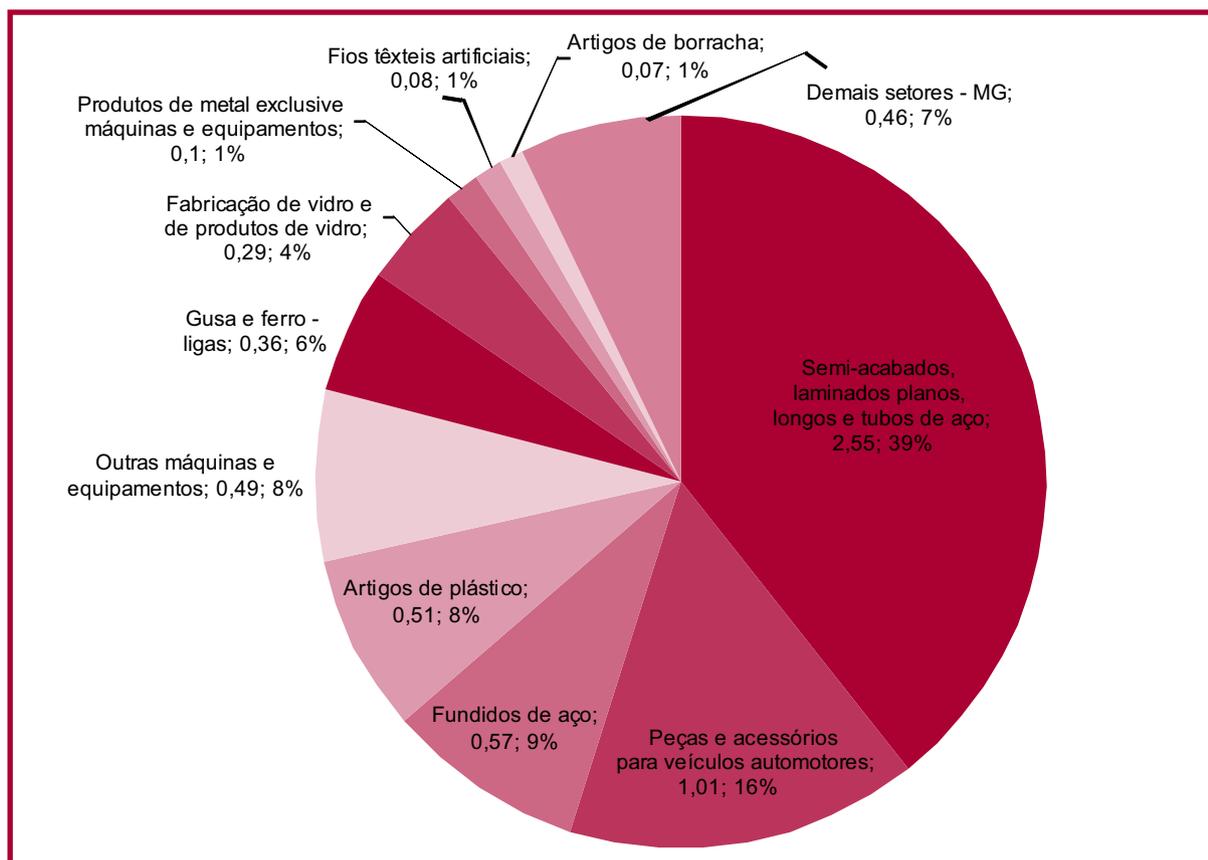


Gráfico 5 – Bahia: distribuição setorial das compras (consumo intermediário) do setor peças e acessórios para veículos automotores realizadas em Minas Gerais (R\$ milhões) - 2004

Fonte: Tabela de recursos e usos. Elaboração própria.

A Tabela 8 apresenta a relação de compras do setor de Peças e acessórios baiano no Resto do Brasil, excluindo a Região Nordeste e o estado de Minas Gerais. Destacam-se aqui as compras de Artigos de plástico e de Peças e

acessórios. Dentro dessas compras estão as realizadas à própria Ford em São Paulo (unidade de Taubaté), onde são produzidos os motores, transmissões e outros componentes automotivos. (FORD, 2012).

Tabela 8 – Bahia: distribuição setorial das compras (consumo intermediário) do setor peças e acessórios para veículos automotores realizadas no resto do Brasil (exceto Minas Gerais) (R\$ milhões) – 2004

Setores	Valor Adquirido	Part (%)
Artigos de plástico	13,53	21,53
Peças e acessórios para veículos automotores	6,71	10,68
Fabricação de vidro e de produtos de vidro	6,10	9,70
Outras máquinas e equipamentos	6,08	9,67
Caminhões e ônibus	4,91	7,81
Material eletrônico e equips. de comunicações	4,56	7,25
Fundidos de aço	3,05	4,85
Semiacabados, laminados planos, longos e tubos de aço	2,63	4,18
Artigos de borracha	1,76	2,80
Outros equipamentos de transporte	1,16	1,85
Demais setores - RBR sem MG	12,35	19,68
Total	62,84	100,00

Fonte: Tabela de recursos e usos. Elaboração própria.

O Setor Automotivo da Bahia, considerado aqui como composto por automóveis, camionetas e utilitários junto com Peças e acessórios para veículos automotores, adquiriu fora da Região Nordeste, em 2004, quase R\$ 2,7

bilhões. Pelo menos dez setores por assim dizer “externos” (ou seja, de fora do Nordeste) forneceram ao Complexo Ford da Bahia insumos de valor acima de R\$ 50 milhões, conforme a Tabela 9.

Tabela 9 – Bahia: distribuição setorial das compras (consumo intermediário) do setor automotivo realizadas fora do Nordeste (R\$ milhões) – 2004

Setores	Valor	%
Peças e acessórios para veículos automotores	1.074,77	40,1
Semi-acabados, laminados planos, longos e tubos de aço	291,18	10,9
Artigos de borracha	238,89	8,9
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	186,14	7,0
Artigos de plástico	183,13	6,8
Produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos	181,81	6,8
Outras máquinas e equipamentos	125,80	4,7
Tintas, vernizes, esmaltes e lacas	57,31	2,1
Comércio atacadista	54,00	2,0
Fabricação de vidro e de produtos de vidro	52,39	2,0
Subtotal	2.445,42	91,3
Demais setores	232,49	8,7
Total	2.677,91	100,0

Fonte: Tabela de recursos e usos. Elaboração própria.

1.1.4 – Conclusões

A implantação da Ford na Bahia trouxe uma série de mudanças na estrutura econômica do Estado, modificando de forma positiva a composição do PIB Industrial estadual. Além disso, a chegada das empresas para compor o complexo produtivo gerou uma gama de novas oportunidades de emprego e geração de renda.

No entanto, a dificuldade em absorver produtos oriundos da economia local, tanto por conta de efeitos de escala na produção, quanto por inadequação das empresas locais às exigências da Ford, é um aspecto a ser ponderado.

Tais compras representam um vazamento dos efeitos benéficos do Complexo Ford da economia nordestina. A dificuldade de abastecer-se localmente traz consigo uma série de questões quanto à importância da Ford enquanto geradora de renda para o estado da Bahia, já que o Estado perde renda e oportunidades de emprego quando não absorve internamente boa parte desses 60% de insumos que a Ford demanda de outros estados.

Mas podemos afirmar também que existem oportunidades de mercado distribuídas, pelo menos nos dez setores individualizados anteriormente na Tabela 9, desde que

os pretensos ofertantes se credenciem para atender às exigências de qualidade da Ford e apresentem preços competitivos em relação aos concorrentes de Minas Gerais e do Resto do Brasil (especialmente São Paulo).

É oportuno lembrar dois aspectos importantes não retratados pelos dados aqui utilizados. O primeiro é o pouco tempo transcorrido entre a implantação do Complexo – 2001, e o levantamento dos dados – 2004, fato que sem dúvida contribuiu para subestimar os resultados macroeconômicos da Ford-BA. O segundo é o fato de que a análise implementada baseou-se no consumo intermediário dos setores (efeitos diretos e indiretos da produção automobilística na Bahia); o qual não captura os efeitos induzidos pela renda setorial (ou seja, um setor fornecedor da Ford-BA distribui a renda dos seus fatores de produção entre os capitalistas e os trabalhadores, que vão despendê-la com produtos de outras atividades).

Finalmente, cabe ressaltar que a implantação de uma fábrica da Fiat que está ocorrendo em Pernambuco pode conferir escala para algumas atividades fornecedoras da indústria automotiva que pretendam trabalhar com os dois demandantes (Ford e Fiat), ampliando as suas perspectivas.

REFERÊNCIAS

ALLEMBY, B. R.; GRAEDEL, T. E. *Industrial ecology and the automobile*. New Jersey: Prentice Hall, 1998.

BOYER, R.; FREYSSENET, M. *O mundo que mudou a máquina: síntese dos trabalhos do Gerpisa 1993-1999*. Nexos Econômico, Salvador, v. 2, n. 1, out. 2000.

- BOWERSOX, Donald J. *Logistical management*. USA: MacGraw-Hill, 1974.
- BOWERSOX, Donald J.; CLOSS D.J. *Logistical management: the integrated supply chain process*. USA: MacGraw-Hill, 1996.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Relação anual sobre informações sociais 2011*. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br>>. Acesso em: 05 jun. 2012.
- EVANGELISTA, F. R. Radiografia dos setores econômicos nordestinos: o setor agrícola. *BNB Conjuntura Econômica*, Fortaleza, n. 34, p. 5-17, jul. /set., 2012.
- FERRAN, Luc. Fornecedoras automotivas do- bram o faturamento. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 27 nov. 2008.
- FORD (2012). Site da Ford Company do Brasil. Disponível em: <http://www.ford.com.br/sobre_ford_fabricas.asp>. Acesso em: 20 mar. 2002.
- GUILHOTO, Joaquim José Martins et al. *Matriz de insumo-produto do Nordeste e estados: metodologia e resultados*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTADÍSTICA. *Contas Municipais 2009*. Rio de Janeiro, 2012a. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 06 jul. 2012.
- _____. *Matriz de insumo-produto: Brasil 2000/2005*. Rio de Janeiro, 2012b. (Contas Nacionais, 23) Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/matrizinsumo_produto/publicacao.pdf>. Acesso em 10 jun. 2012.
- LIMA, Jorge Luiz; SILVA, José Carlos. Indústria de transformação de plástico na Bahia: um estudo para contribuição ao desenvolvimento e competitividade do setor. 2007. Dissertação (Especialização em Gestão da Inovação e Difusão Tecnológica em APLs) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.
- LUNG, Y. Os mercados emergentes do automóvel na década de 90: motivações e limitações. *Nexus Econômico*. Salvador, v. 21, n. 1, p. 49-61, out. 2000.
- OLMOS, Marti. Fábrica da Toyota será em São Paulo. *Valor Econômico*. São Paulo, 26 jun. 2008. *Caderno Empresas e Tecnologia*.
- SALERMO, Mario S. et al. *Mapeamento da nova configuração da cadeia automotiva no Brasil: relatório parcial de pesquisa*. São Paulo: EPUSP, nov. 2001.
- SILVA, João Carlos Domingos da; SILVEIRA, Antônio Henrique P.; FERREIRA, Maria de Fátima; FILHO, João Damásio de Oliveira. Estimativas dos efeitos de implantação do complexo Ford nordeste sobre a estrutura industrial da Bahia: uma abordagem insumo-produto. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 32., 2004, João Pessoa. Anais... João Pessoa: [s.n.], 2004.
- SPÍNOLA, Vera Maria Luz. *Impacto da demanda do complexo industrial Ford Nordeste sobre a indústria de transformação de plásticos da Bahia: uma abordagem de economia industrial e regional*. 2009. Tese (Doutorado) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009. f. 117 e 140.
- _____. *Impacto da variação do PIB na geração de empregos da indústria de embalagens plásticas*. In: ENCONTRO DE ECONOMIA BAIANA, 2., 2006, Salvador. Anais..., Salvador: [s.n.], set. 2006.

2 – SÍNTESE DE EXPECTATIVAS

2.1-Resumo Executivo

A produção industrial do Nordeste teve melhor desempenho do que a brasileira em todas as bases divulgadas na Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referente ao mês de julho de 2013.

Enquanto a produção industrial brasileira, descontados os efeitos sazonais, decresceu 2,0% em julho de 2013 relativamente ao mês precedente, a do Nordeste teve queda de apenas 0,3%. Em bases interanuais, enquanto o Brasil registrou alta de 2,0% em julho/2013 comparado a julho/2012, o Nordeste avançou 5,6%. No acumulado do ano (jan-jul13/jan-jul12), o crescimento da produção industrial da Região, de 2,4%, foi superior ao nacional em 0,4%. Por fim, considerando o acumulado em 12 meses, o Nordeste (2,0%) superou o País (0,6%) em 1,4 pontos percentuais.

Tanto no Brasil como no Nordeste, os indicadores da variação mensal da produção industrial têm apresentado grande volatilidade, não dando sinais de recuperação em bases sustentadas. No País, entre agosto/12 e julho/13, a produção industrial apresentou leve tendência de queda. Já a Região apresentou uma tendência de alta, mas também muito tênue no mesmo período.

No primeiro semestre de 2013, as exportações brasileiras atingiram US\$ 114,4 bilhões, registrando queda de 7,6% enquanto as importações somaram US\$ 117,5 bilhões, com incremento de 6,7%, relativamente

ao mesmo período do ano passado. Consequentemente, a balança comercial brasileira apresentou déficit de US\$ 3,1 bilhões. Um dos fatores que influenciaram esse fraco desempenho da balança comercial brasileira foi a contabilização, em 2013, da importação de US\$ 4,6 bilhões em petróleo e derivados efetivada no ano anterior.

Na Região Nordeste, o déficit da balança comercial de US\$ 6,5 bilhões foi o dobro do apresentado pelo País e apenas Alagoas e Bahia, não registraram saldo negativo. Pelo lado das vendas externas regionais, houve, no período em análise, decréscimo de 15,7% em relação ao mesmo semestre do ano anterior. Como consequência, as exportações nordestinas (US\$ 7,7 bilhões) reduziram sua participação no total nacional de 7,8% para 6,7%. Do lado das importações nordestinas (US\$ 14,2 bilhões), houve crescimento de 12,0% no primeiro semestre de 2013 relativamente ao mesmo período do ano anterior.

No período de janeiro a julho de 2013, o saldo comercial do agronegócio brasileiro foi de US\$ 49 bilhões, explicado por um aumento maior nas exportações (+9,5%) que nas importações (+6,4%). Já o agronegócio nordestino registrou superávit de US\$ 2,7 bilhões, apesar de ter fechado o período em queda de 18,6% (de US\$ 3,4 bilhões para US\$ 2,7 bilhões), em relação ao mesmo período de 2012.

Os principais produtos exportados pelo agronegócio nordestino, no período, foram:

Complexo Soja; Produtos Florestais; Complexo Sucroalcooleiro; Couros, Produtos de Couro e Peleteria; Fibras e Produtos Têxteis e Frutas (inclusive nozes e castanhas), totalizando 89% ou US\$ 3,8 bilhões das exportações desse segmento. Apenas os grupos Cereais, Farinhas e Preparações; Produtos Alimentícios Diversos; Pescados e Demais Produtos de Origem Animal aumentaram suas exportações, ao passo que o Complexo Sucroalcooleiro teve a maior redução (-US\$ 169 milhões, ou -17,5%). Por outro lado, a redução de importações de Cacau e seus Produtos e Produtos Oleaginosos ajudaram a minimizar a queda do superávit da balança comercial do agronegócio nordestino.

O setor agropecuário brasileiro vem tendo bom desempenho, com estimativa de incremento de 10,9% do Valor Bruto da Produção (VBP) em relação a 2012, o que equivale a R\$ 36,5 bilhões. A soja (+28,1%), o milho (+16,2%) e a cana-de-açúcar (+14,2%) são os grandes responsáveis pela elevação do VBP da agropecuária nacional.

O VBP da agropecuária nordestina de 2013 está estimado em R\$ 39,4 bilhões, 5,6% a mais se comparado com os R\$ 37,3 bilhões de 2012. Das lavouras temporárias relevantes, cabe destacar o crescimento das culturas da cana-de-açúcar (+5,2%), do milho (+29,7%) e do feijão (+135%). Entre as lavouras permanentes, ressaltam-se os incrementos das culturas da banana (+17,2%), do coco (+8,1%), da castanha de caju (+253,8%) e do sisal (+50,3%). A pecuária regional deverá crescer 6,8%, contribuindo para isso o aumento do VBP de frango (+9,6%) e da carne bovina (+4,9%).

O comércio brasileiro apresentou, no primeiro semestre de 2013, resultados positivos em volume de vendas, com taxas acumuladas de crescimento de 3,8% no comércio varejista ampliado e de 3,5% no comércio varejista restrito. Bahia e Ceará, dois estados da Região Nordeste, de economia muito expressiva, apresentaram desempenho muito inferior à média nacional.

Observou-se que as operações de crédito do País registraram uma nítida tendência de desaceleração no primeiro semestre de 2013. Apesar disso, os bancos públicos continuam ganhando participação no crédito total, alcançando participação superior a 50%, assim como a carteira que utiliza recursos direcionados (lastreados com recursos compulsórios ou governamentais). O avanço moderado do crédito total refletiu as expectativas da expansão da atividade econômica nos primeiros seis meses de 2013, aliadas à posição cautelosa dos bancos em conceder novos empréstimos, resultado ainda do nível de inadimplência, notadamente das pessoas jurídicas, e da consequente necessidade de provisões para devedores duvidosos.

No que tange às condições de concessão de crédito, percebe-se uma melhora nas condições e na qualidade do crédito nacional, haja vista a redução do spread (diferença de juros entre a captação e aplicação de recursos), acompanhada por consequência da taxa de juros média, bem como no alongamento nos prazos dos empréstimos e financiamentos. Ademais, observou-se uma redução da taxa de inadimplência (proporção das operações vencidas há mais de 90 dias em relação ao total do crédito), influenciada exclusivamente pela queda na inadimplência das famílias, tendo em vista que o índice para as empresas permaneceu constante.

A expansão do crédito no Nordeste também apresentou tendência de desaceleração. Contudo, a Região ainda apresenta níveis de crescimento de crédito acima da média nacional. O crescimento da intermediação financeira na Região deveu-se exclusivamente aos bancos públicos, com aumentos na captação de depósitos e na oferta de crédito, uma vez que os bancos privados apresentaram queda na captação e apenas um leve aumento na oferta de crédito. Da mesma forma que para o País, a elevação do crédito regional foi acompanhada por uma melhora na sua qualidade, devido à queda da taxa de inadimplência, influenciada em grande medida pelas operações de crédito das pessoas físicas.

As quedas de 1,0% e 1,9%, em termos reais, no Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), respectivamente, no período janeiro – julho de 2013, comparadas com o mesmo período de 2012, se devem à redução do imposto de renda (0,7%) e à forte redução do IPI (11,7%). Este imposto teve queda muito maior que a produção física industrial, levando a crer que as desonerações implementadas pelo Governo Federal, reduzindo as alíquotas para alguns setores industriais foram as maiores responsáveis. Esse é o entendimento da Confederação Nacional dos Municípios, que estimou esse efeito em perda para os municípios nordestinos, de R\$ 597 milhões em 2012, e de R\$ 356 milhões em 2013.

A variação real do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) no 1º semestre de 2013 foi de 11,9%, para o

Brasil e 11,7% para o Nordeste, comparada com o mesmo período de 2012, invertendo a posição dos últimos anos, quando a Região vinha tendo um crescimento maior do que o do País. A explicação deve se encontrar na perda da produção agropecuária por causa da estiagem que já dura dois anos e a menor influência da Formação Bruta de Capital Fixo na Região. Estes dois itens foram os que tiveram crescimento relevante no PIB do primeiro semestre de 2013. Um fato que apoia isto é que a região de maior crescimento do ICMS foi precisamente o Sudeste, a mais industrializada. O FPE-NE cresceu 10%, em termos nominais, no 1º trimestre de 2013, comparado com o mesmo período de 2012. Em termos reais, o crescimento foi de 4,9%.

O FPM para 2013 traz perdas para os estados do Ceará e Pernambuco, em função da mudança para menos nos coeficientes de distribuição das capitais e dos municípios com mais de 156,2 mil habitantes. Como exemplo, caso a programação do Tesouro para 2013 se concretize no valor de R\$ 60,8 bilhões para o FPM, Fortaleza e Recife perderão R\$ 26 milhões e R\$ 19 milhões, respectivamente. Os municípios nessa faixa de população, no Ceará e Pernambuco, por sua vez, perderão respectivos R\$ 26 milhões e R\$ 19 milhões.

As transferências voluntárias da União para os entes federados, no primeiro semestre de 2013, foram de R\$ 4,4 bilhões. Os estados nordestinos captaram 37,0% dessas transferências. Os restos a pagar não processados de anos anteriores, e pagos em 2013, foram de R\$ 824 milhões, que representam 50,2% das transferências realizadas.

2.2 - Expectativas

As estimativas divulgadas pelo IBGE para o PIB brasileiro no 2º trimestre de 2013 superaram as expectativas mais otimistas do mercado. O PIB do 2º trimestre a preços de mercado foi maior em 3,3% que o do mesmo trimestre de 2012, e 1,5% maior comparado com o trimestre anterior, livre das influências sazonais. Parece que, após um período de quase estagnação em 2012, a atividade econômica entrou agora em um processo de recuperação, embora, para os próximos dois trimestres espere-se crescimento abaixo do verificado na primeira metade do ano, em razão de recuos sazonais na agropecuária e da perda de fôlego da indústria, especialmente, da construção civil. Para o terceiro trimestre, os prognósticos apontam uma desaceleração do PIB brasileiro, em função de condições financeiras mais severas, baixa confiança dos consumidores e das empresas e elevação dos estoques. As expectativas para o ano de 2013, no entanto, melhoraram, apesar de as projeções para 2014 serem um pouco menos otimistas. As estimativas do BNB/Etene são de que este ano a economia brasileira cresça 2,5%, o que deve se refletir em um crescimento de 3,0% da Região Nordeste.

Para a produção industrial, as projeções das principais consultorias são similares aos do PIB. As previsões de crescimento da produção industrial para 2013, atualmente no patamar de 2,10%, estão se tornando mais otimistas. Já as expectativas para 2014, hoje no patamar de 3,00%, estão mais pessimistas.

Se for mantido o mesmo desempenho dos sete primeiros meses do ano, estima-se que o crescimento da produção industrial do Nordeste em 2013 será um pouco melhor do que o do País, aumentando em torno de 2,50%. Já para 2014, tendo por base o desempenho nacional, projeta-se um crescimento de 3,50%.

A tendência de desvalorização do real frente ao dólar norte-americano e a eventual melhora do cenário externo podem reverter o quadro de déficit na balança comercial até o fim do ano. O cenário econômico internacional ainda não é bom, mas já há perspectivas de melhoras no longo prazo: o PIB da Zona do Euro teve leve crescimento de 0,3% em 2013, apesar do desemprego ainda alto, que reduz o consumo e a necessidade de importação. A economia norte-americana vem melhorando seu índice de emprego, com o banco central dos EUA garantindo incentivos monetários, o que melhora o comércio e ajuda na recuperação da crise de 2008-2009. Por outro lado, a economia chinesa tem passado por um processo de desaceleração, o que limita as compras expressivas de commodities que fazia dos outros países emergentes anteriormente.

A pauta de exportações do Nordeste deverá continuar concentrada em commodities, sendo combustíveis e lubrificantes, soja, açúcar e pasta química de madeira, os principais produtos. As expectativas apontam que as importações nordestinas continuarão superiores às exportações, refletindo-se em déficit na balança comercial em torno de US\$

10 milhões. Para o Brasil, a previsão é que o superávit alcance US\$ 2 bilhões.

As condições climáticas são uma variável importante no comportamento do VBP da agropecuária nordestina. Considerando que as chuvas ocorridas em 2013 deverão ser abaixo da média histórica, porém superiores às de 2012, que foi ano de seca severa, as previsões em termos de VBP são otimistas, tanto para a agricultura (+4,9%) quanto para a pecuária (+6,8%).

Após os níveis historicamente baixos registrados pela taxa de desocupação em 2012, o mercado de trabalho começa a apresentar sinais de desaceleração no emprego, o que deverá reduzir a pressão sobre os rendimentos. A expectativa para 2013 é de que os resultados continuem favoráveis, mas com redução no ritmo de crescimento do emprego e dos rendimentos reais. A queda na geração de emprego de emprego formal e o baixo crescimento na indústria fortalecem a expectativa de desaceleração no ritmo de geração de emprego formal para o próximo trimestre.

O volume de crédito do País deverá crescer em torno de 15%, convergindo para uma taxa sustentável de longo prazo, com forte influência das operações de crédito financiadas com recursos direcionados e aumento da participação das instituições financeiras públicas. A política monetária deverá ser um pouco mais restritiva, com aumentos da taxa básica de juros, de maneira a manter a

inflação dentro da meta. Assim, os juros praticados e os spreads poderão sofrer alguma expansão, pressionando a taxa de inadimplência.

No Nordeste, o ritmo de expansão das operações de crédito deverá manter a tendência de desaceleração já observada. Assim, estima-se um aumento por volta de 16%, levemente superior ao índice nacional, influenciado pelo crescimento da economia regional. Entretanto, essa expectativa poderá ser frustrada se persistirem os efeitos da estiagem que assola o semiárido nordestino já pelo segundo ano consecutivo. A taxa de inadimplência deverá sofrer uma pequena elevação, refletindo o aumento nas taxas de juros em nível nacional. Os bancos públicos na Região deverão continuar expandindo suas operações a um ritmo superior aos bancos privados.

Vislumbra-se que o ímpeto dos bancos públicos será moderado, porquanto o Tesouro está adotando uma postura mais conservadora no repasse de recursos para aqueles bancos, preocupado com o impacto fiscal da expansão do crédito, enquanto que os bancos privados buscarão retomar parte do mercado de crédito no segmento das empresas. Ademais, a capacidade das famílias em assumir novos empréstimos parece limitada, tendo em vista o endividamento das famílias ter tido aumento mais expressivo do que a expansão da renda.

3 – NÍVEL DE ATIVIDADE

3.1 – PIB

Os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para o 2º trimestre de 2013, superaram as expectativas mais otimistas do mercado. Após um período de quase estagnação em 2012, a atividade econômica começa a apresentar sinais de recuperação, embora, para os próximos dois trimestres espera-se crescimento abaixo do verificado na primeira metade do ano, em razão dos tradicionais recuos sazonais na agropecuária e da perda de fôlego da indústria, especialmente, da construção civil.

Diante dessa perspectiva de crescimento mais lento no segundo semestre, as projeções do BNB/ETENE são de crescimento anual de 2,5% para a economia brasileira em 2013, por sua vez, dada a dependência da economia nordestina em relação aos condicionantes do crescimento da economia nacional, esse resultado deve se refletir em um crescimento de 3,0% da Região Nordeste.

Os dados divulgados pelo IBGE para o Produto Interno Bruto (PIB) do 2º trimestre de 2013 mostram crescimento de 3,3% frente ao mesmo trimestre de 2012, e de 1,5% sobre o trimestre anterior na série livre de influências sazonais. O crescimento do PIB brasileiro no segundo semestre foi impulsionado pela agropecuária que registrou crescimento de 13,0% em relação ao mesmo período do ano anterior, indústria e serviços cresceram 2,8% e 2,4%, respectivamente.

Os resultados para os dois primeiros trimestres do ano sinalizam melhora da economia brasileira frente a 2012, o que deve ajudar na recuperação da confiança dos agentes econômicos, que ainda se mostram cautelosos em relação ao bom desempenho da economia para 2013. Essa tendência é

anunciada por pesquisas que tentam captar as expectativas de consumidores e empresários.

Em consonância com esse cenário, a Pesquisa Trimestral de Condições de Crédito no Brasil, do Banco Central do Brasil, que abrange as principais instituições financeiras de cada mercado pesquisado, de forma a totalizar, pelo menos 95,0% do volume de crédito em cada segmento, aponta que a oferta de crédito para o terceiro trimestre será mais restritiva que a oferta observada no segundo trimestre, ver Quadro 01. Enquanto as instituições financeiras estão mais rigorosas na oferta de crédito, os clientes espelham um comportamento mais moderado na demanda de crédito. O nível elevado de comprometimento de renda com dívidas, o menor ímpeto da renda e o aumento dos juros dos financiamentos — reflexo do ciclo de aperto monetário ainda em curso — tendem a limitar o consumo das famílias e a demanda por crédito pessoa física.

Por outro lado, vários fatores estão atuando no sentido da recuperação da confiança de consumidores e empresários. Uma menor volatilidade do mercado financeiro, as esperadas revisões para cima das projeções de

crescimento do PIB, a cautela do Banco Central Americano (FED) em iniciar a desaceleração do programa de compras oficiais de títulos públicos de longo prazo, a intensificação do investimento estatal em infraestrutura e a

abertura dos leilões de concessões de setores desta área (rodovias, aeroportos e portos, além do pré-sal), que deverão ir até meados de 2014, são fatores positivos que contribuem para a melhoria das expectativas.

DEMANDA DE CRÉDITO		
Segmentos	Comportamento no 2º trimestre	Comportamento esperado (1)
Grande empresas	Mesmo nível (2)	Moderadamente mais fraca
Micro, pequenas e médias empresas	Mesmo nível (2)	Mesmo nível (2)
Crédito para consumo	Moderadamente mais fraca	Mesmo nível (2)
OFERTA DE CRÉDITO		
Segmentos	Comportamento no 2º trimestre	Comportamento esperado (1)
Grande empresas	Moderadamente mais restritiva	Moderadamente mais restritiva
Micro, pequenas e médias empresas	Moderadamente mais restritiva	Moderadamente mais restritiva
Crédito para consumo	Basicamente inalterada	Moderadamente mais restritiva

Quadro 1 – Pesquisa trimestral de condições de crédito - Bacen

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração do BNB, ETENE, Conjuntura Econômica.

(1) Para o 3º trimestre.

(2) Mesmo nível do trimestre anterior.

As sondagens da Fundação Getúlio Vargas começam a sinalizar essa direção, à exceção, do setor de serviços, destoa das expectativas das sondagens da indústria e do consumidor, que sinalizam uma recuperação de seus indicadores, ainda que de forma lenta e irregular. A confiança do setor de serviços parece mais sintonizada com as condições de crédito, que mostram que as instituições financeiras parecem mais rigorosas na oferta de crédito.

Em relação à Região Nordeste, a mensuração do PIB, é realizada apenas pelos estados da Bahia, Ceará e Pernambuco¹, que utilizam a mesma ponderação das contas Regionais do IBGE (2010). Esses indicadores buscam sinalizar a tendência de evolução de suas economias, como uma antecipação para o apoio de suas ações estratégicas, mas seus resultados são preliminares e estão sujeitos a retificações quando do cálculo definitivo das Contas Regionais.

O gráfico 1, traz a evolução do PIB do Brasil e desses três estados, que segundo as contas regionais do Brasil, em 2010, representavam conjuntamente 64,5% do PIB da Região Nordeste.

Os estados do Nordeste que calculam o PIB trimestral tiveram crescimento acima do observado para o Brasil na comparação com o segundo trimestre de 2012, a exceção foi Pernambuco, cujo crescimento em relação ao segundo trimestre de 2012 foi ligeiramente abaixo do Brasil (Gráfico 1). Ao contrário da economia brasileira, que teve no bom desempenho do setor agropecuário um dos principais fatores para recuperação da economia em 2013, o valor adicionado na agropecuária dos estados do Nordeste vem registrando importante retração desde 2012, como resultado da pior seca dos últimos anos. Na comparação com segundo trimestre de 2012, apenas o Ceará teve variação positiva.

1 O cálculo do PIB estadual por trimestre é realizado por sete estados (Minas Gerais, Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Sul, São Paulo, Goiás e Bahia).

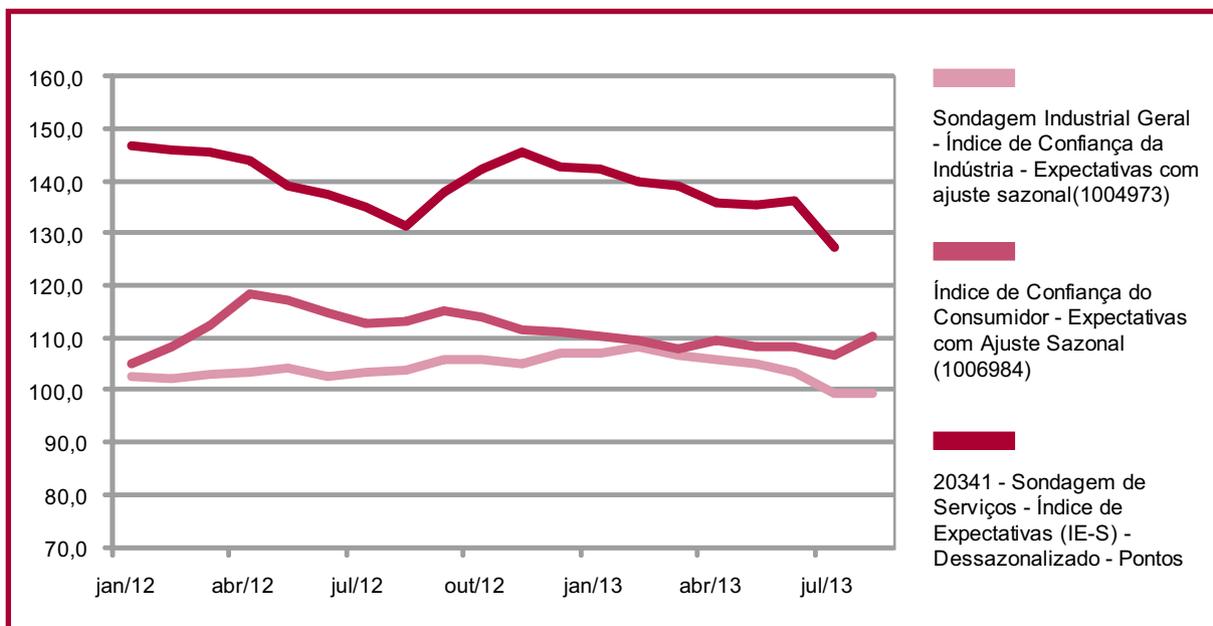


Gráfico 1 – Índices de confiança* - FGV

Fonte: Fundação Getúlio Vargas – FGV. Elaboração do BNB, ETENE, Conjuntura Econômica.

* Nas sondagens da indústria e de serviços, a maioria das previsões é realizada para o trimestre que se inicia no mês da pesquisa, tendo como período de comparação o trimestre imediatamente anterior. A disposição de consumo é determinada pelas perspectivas futuras da economia, sobretudo em relação a seus reflexos sobre o mercado de trabalho e a situação financeira individual. O monitoramento do sentimento do consumidor tem o objetivo de produzir sinalizações de suas decisões de gastos e poupanças futuras, constituindo indicadores relevantes dos rumos da economia.

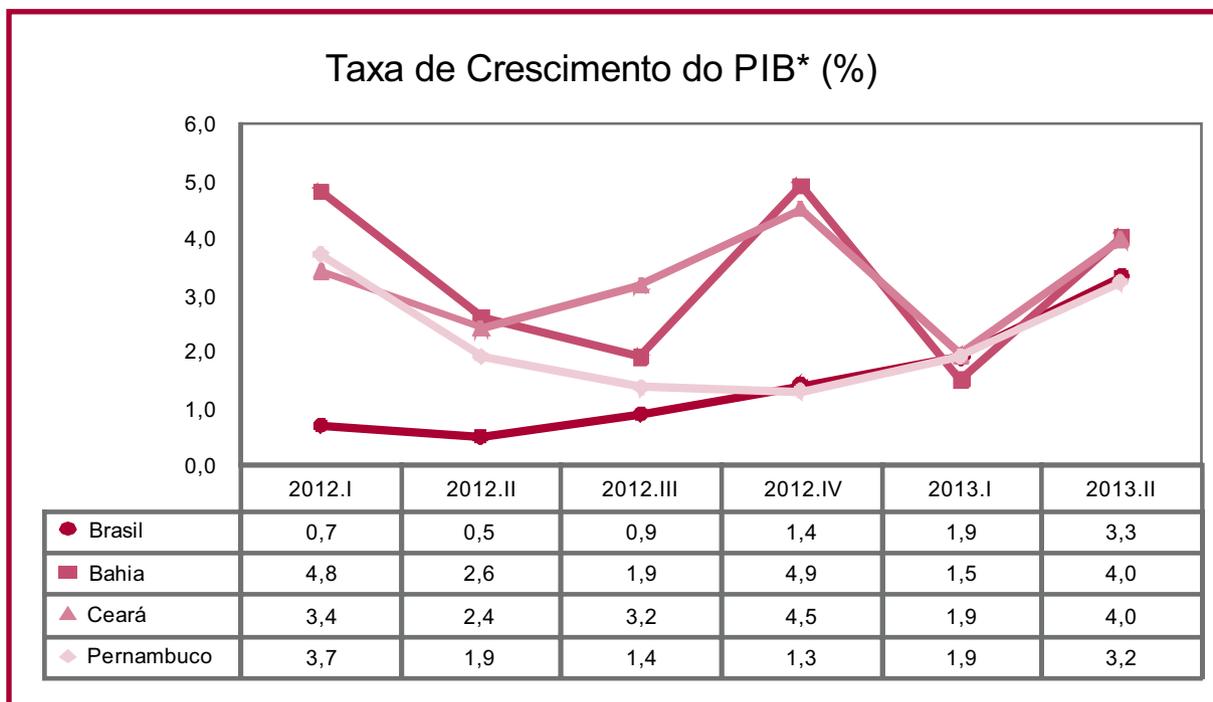


Gráfico 2 – Evolução da variação trimestral do PIB em relação ao mesmo trimestre do ano anterior – 1º trimestre/ 2012 a 2º trimestre/ 2013.

Fonte: IBGE, IPECE, SEI e CONDEPE/FIDEM. Elaboração do BNB, ETENE, Conjuntura Econômica.

Para a economia baiana, a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) estima crescimento de 4,0% em relação ao segundo trimestre de 2012, com retração de -3,9% na agropecuária e crescimento de 6,5% e 3,1% na indústria e nos serviços, respectivamente.

O PIB a preços de mercado de Pernambuco, segundo cálculos da Agência de Pernambuco CONDEPE/FIDEM, apresentou variação positiva de 3,2% contra o segundo semestre de 2012. Na desagregação por setor de atividade, os resultados para o segundo semestre foram: agropecuária (-1,7%), indústria (3,1%) e serviços (3,3%).

De acordo com o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), a economia cearense cresceu 4,0% em relação ao segundo trimestre de 2012. O crescimento por valor adicionado por setores de atividade

de ficou assim: agropecuária (6,0%), indústria (7,6%) e serviços (3,7%).

Com base nas informações preliminares divulgadas pelos estados da Bahia, Ceará e Pernambuco, em 2012, o crescimento médio desses estados foi acima do observado para a média brasileira (Gráfico 1). Seguindo essa tendência, a expectativa anunciada pelos dados dos dois primeiros trimestres de 2013 é de que nos dois últimos trimestres do ano, a economia desses estados continue a apresentar crescimento acima do observado para a média brasileira. Dado o peso dessas economias na Região Nordeste, o crescimento da Região em 2013 deverá manter-se acima da média nacional, a despeito do Nordeste está enfrentado uma das maiores secas dos últimos anos, seu impacto sobre a economia foi mitigado pela recente perda de participação da agropecuária no valor agregado bruto da Região e pela adoção de políticas de convivência com a seca.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO E PESQUISA DE PERNAMBUCO. PIB trimestral de Pernambuco: resultados do 2º trimestre de 2013. Recife, 2013. Disponível em: <www.pe.gov.br/orgao/comdep-fidem-agencia-estadual-de-planejamento-e-pesquisa-de-pernambuco>. Acesso em: 10 set. 2013.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Indicadores de condições de crédito. Contas Nacionais. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em 03 set. 2013.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Sondagens e índice de confiança. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://portalibre.fgv.br/main.jsp?lumChannelId=402880811D8E34B9011D92BA032B198D>>. Acesso em: 10 set. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Contas regionais do Brasil 2010. Rio de Janeiro, 2012. (Contas Nacionais, n. 38). Disponível em: http://www.ibge.gov.br/Contas_Regionais/2010/contasregionais2010.pdf. Acesso em: 30 ago. 2013.

_____. Indicadores: contas nacionais trimestrais. Rio de Janeiro, abr./jun. 2013. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/defaultcnt.shtm>>. Acesso em: 03 set. 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. PIB trimestral do Ceará: 2º trimestre de 2013. Fortaleza, 2013. Disponível em: <<http://www.ipece.gov.br/categoria2/pib/pib>>. Acesso em: 10 set. 2013.

3.2 – Produção Agropecuária

3.2.1 – Agricultura

Segundo o décimo levantamento da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB, 2013a), a área estimada para a safra nacional de grãos é de 53,26 milhões de hectares, acréscimo de 4,7% em relação à safra

2011/2012. Com destaque para aumento das áreas plantadas com soja (aumento de 10,7%, o que representa 2,68 milhões de hectares) e com milho (acréscimo de 4,5%, ou soja, 688,3 mil hectares).

Tabela 1 – Comparativo de área, produtividade e produção de grãos – produtos selecionados (1) safras 11/12 e 12/13

REGIÃO/ UF	Área (mil ha)			Produtividade (kg/ha)			Produção (mil t)		
	Safra 11/12 (a)	Safra 12/13 (b)	Var % (b/a)	Safra 11/12 (c)	Safra 12/13 (d)	Var % (d/c)	Safra 11/12 (e)	Safra 12/13 (f)	Var % (f/e)
NORTE	1.795,90	1.874,80	4,4	2.760	2.936	6,4	4.956,00	5.504,70	11,1
NORDESTE	7.331,70	7.309,50	-0,3	1.700	1.650	-2,9	12.466,70	12.057,80	-3,3
MA	1.533,60	1.626,70	6,1	1.906	2.300	20,7	2.922,50	3.741,00	28
PI	1.173,90	1.264,10	7,7	1.947	1.261	-35,2	2.286,00	1.594,60	-30,2
CE	1.014,60	794,3	-21,7	169	218	29	171,9	173,5	0,9
RN	17,3	28,7	65,9	474	509	7,4	8,2	14,6	78
PB	79,4	102,7	29,3	98	460	369,4	7,8	47,2	505,1
PE	442,1	315,1	-28,7	165	301	82,4	73,1	94,8	29,7
AL	69	76,5	10,9	813	753	-7,4	56,1	57,6	2,7
SE	2.758,80	2.856,60	3,5	2.295	1.974	-14	6.331,20	5.638,90	-10,9
BA	2.758,80	2.856,60	3,5	2.295	1.974	-14	6.331,20	5.638,90	-10,9
CENTRO-OESTE	18.828,90	20.604,50	9,4	3.781	3.710	-1,9	71.196,70	76.434,70	7,4
SUDESTE	4.878,90	4.951,10	1,5	4.051	4.091	1	19.764,70	20.254,20	2,5
SUL	18.049,80	18.527,30	2,6	3.203	3.881	21,2	57.814,10	71.897,00	24,4
NORTE/NORDESTE	9.127,60	9.184,30	0,6	1.909	1.912	0,2	17.422,70	17.562,50	0,8
CENTRO-SUL	41.757,60	44.082,90	5,6	3.563	3.824	7,3	148.775,50	168.585,90	13,3
BRASIL	50.885,20	53.267,20	4,7	3.266	3.495	7,0	166.198,20	186.148,40	12,0

Fonte: CONAB, ago. 2013a.

(1) Produtos selecionados: caroço de algodão, amendoim (1a e 2a safras), arroz, aveia, centeio, cevada, feijão (1a, 2a e 3a safras), girassol, mamona, milho (1a e 2a safras), soja, sorgo, trigo e triticale.

A safra nacional de grãos está estimada em 186,15 milhões de toneladas, acréscimo significativo de 12,0% em relação a safra 2011/2012. Destaque para as culturas da soja (produção estimada em 81,45 milhões de toneladas, acréscimo de 22,7% com relação à safra passada) e do milho de segunda safra (aumento de 15,4% sobre 2011/2012).

Os aumentos previstos para Maranhão (6,1%), Piauí (7,7%) e Bahia (3,5%) deverão contribuir para um crescimento na participação (5,1%) na área plantada no Nordeste. Juntos, esses estados cultivaram 5,46 milhões de área na safra 11/12 passando a cultivar 5,74 milhões de área na safra 12/13. A estimativa de produção regional consolidou-se em 12,05 milhões de toneladas, redução de 3,3% em relação à safra 11/12, fruto do período de estiagem pela qual a Região passa. A produção de grãos deverá aumentar em alguns estados nordestinos, com recuperação significativa no Maranhão (28%). A baixa produtividade é consequência da redução da produção da safra 2012/2013 afetada pela seca e das expectativas de redução do plantio na Região de diversas culturas como algodão (26,2%) e soja (13,1%) (Tabela 1).

Algodão

Estima-se uma área cultivada com algodão em 894,1 mil hectares, redução de 35,8% em relação à safra passada. A redução no preço interno do algodão em pluma, associada às elevações de produção e aos preços mais interessantes das commodities concorrentes, como milho e soja, são fatores que influenciaram as tomadas de decisões dos produtores em reduzir área, com a consequente redução na produção de algodão no País.

O Brasil deverá colher 3,29 milhões de toneladas de algodão em caroço, 1,64 milhões de toneladas a menos (-33,3%) que na safra 2011/2012. No entanto, a produtividade

deve subir 3,9%, devido ao incremento tecnológico na produção, aliado às condições climáticas favoráveis nos principais estados produtores, passando de 3.544 kg/ha para 3.682 kg/ha.

Para o Nordeste, a expectativa é de redução de 34,7% na área cultivada em relação à safra 2011/2012. Quanto à produção regional, com safra de 1.025,4 mil toneladas, espera-se queda de 26,2%. O estado baiano registra a maior queda tanto em área plantada (redução de 146 mil hectares) quanto em produção com redução de 324 mil toneladas. Mas devido às condições climáticas favoráveis e ao progresso tecnológico, a produtividade média registrou incremento de 13,6%; estima-se uma produtividade na região produtora da Bahia de 3.375 kg/ha para a safra 12/13 (Tabela 2).

Conforme dados do Sistema de Estatísticas de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro, gerido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (BRASIL, 2013a), a exportação brasileira de pluma, no mês de julho/2013 registrou volume de 15 mil toneladas, dado bem superior (6,4%) a junho do mesmo ano. Porém, o preço médio das exportações foi menor que o registrado em junho/2013, com redução de 2,3%.

Segundo dados do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA, 2013h), no mercado interno, as cotações oscilaram com aumento na 1ª quinzena e forte queda na 2ª quinzena de julho de 2013, mas o acumulado do mês foi positivo, influenciado pela alta no mercado internacional. A média do indicador de julho foi 9,32% maior que junho/2013.

Segundo dados do Cepea, no segundo trimestre de 2013, o mercado interno iniciou abril com os preços em alta, influenciado pela restrição da oferta de algodão nacional,

que foi afetada pelo cenário de instabilidade dos preços externos e pela valorização do dólar (CEPEA, 2013h). Em São Paulo e Rondonópolis (MT), os preços seguem em alta de 3,72% em relação ao mês de abril/2013 com cotação de R\$ 69,44/@ e R\$ 66,28/@,

respectivamente, para o fechamento de julho/2013. Em Barreiras (BA), a cotação de julho foi de R\$ 67,68/@, alta de 3,69% em relação a abril/2013. Na Praça de Fortaleza, registrava-se R\$ 67,04/@, alta de 2,71% em relação a abril/2013 (Gráfico 1).

Tabela 2 – Algodão em caroço. Comparativo de área, produtividade e produção. Safras 11/12 e 12/13.

REGIÃO/UF	Área (mil ha)			Produtividade (kg/ha)			Produção (mil t)		
	Safra 11/12 (a)	Safra 12/13 (b)	Var % (b/a)	Safra 11/12 (c)	Safra 12/13 (d)	Var % (d/c)	Safra 11/12 (e)	Safra 12/13 (f)	Var % (f/e)
NORTE	7,5	6,0	-20	2.900	3.150	8,6	21,80	18,90	-13,3
NORDESTE	460,40	300,80	-34,7	3.016	3.409	13	1.388,80	1.025,40	-26,2
MA	18,60	16,70	-10	3.975	4.090	2,9	73,90	68,30	-7,6
PI	21,30	11,40	-46,6	3.480	3.570	2,6	74,10	40,70	-45,1
CE	1,30	0,9	-33,9	170	120	-29,4	0,2	0,1	-50
RN	0,5	0,1	-80	520	3.000	476,9	0,3	0,3	-
PB	0,2	0,1	-30	106	300	183	-	-	-
PE	0,8	0,1	-84	195	380	94,9	0,2	-	-100
AL	0,2	0,1	-50	300	320	6,7	0,1	-	-100
BA	417,50	271,40	-35	2.970	3.375	13,6	1.240,00	916,00	-26,1
CENTRO-OESTE	877,30	560,90	-36,1	3.824	3.845	0,5	3.354,50	2.156,80	-35,7
SUDESTE	46,70	26,30	-43,7	3.651	3.432	-6	170,60	90,30	-47,1
SUL	1,50	0,10	-93,3	1.439	2.375	65	2,20	0,20	-90,9
NORTE/NORDESTE	467,90	306,80	-34,4	3.015	3.404	12,9	1.410,60	1.044,30	-26
CENTRO-SUL	925,50	587,30	-36,5	3.811	3.826	0,4	3.527,30	2.247,30	-36,3
BRASIL	1.393,40	894,10	-35,8	3.544	3.682	3,9	4.937,90	3.291,60	-33,3

Fonte: CONAB, ago. 2013a.

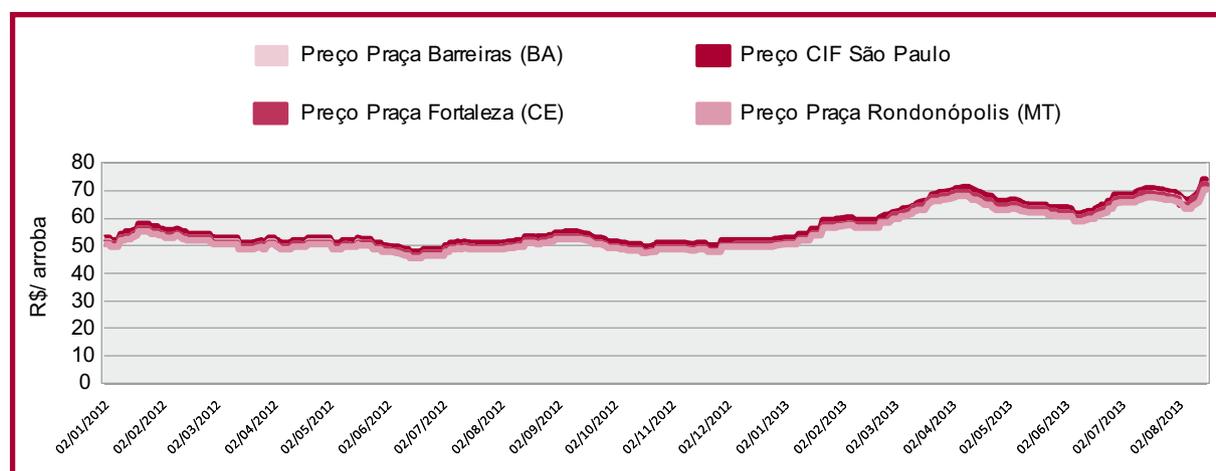


Gráfico 1 – Evolução dos preços da arroba da pluma de algodão em Barreiras (BA), Fortaleza (CE), CIF São Paulo e Rondonópolis (MT), de janeiro/2012 a agosto/2013*

Fonte: Dados da Consultoria, Métodos, Assessoria e Mercantil (CMA), 2013. Elaboração: BNB, ETENE, Conjuntura Econômica.

* Valores referentes à 31/07/2013.

Feijão

A estimativa de área plantada com feijão no Brasil (1^a, 2^a e 3^a safras) está registrada em 3.093,7 mil de hectares, redução 5,2% em relação a 2011/2012. O excelente desenvolvimento das culturas de soja e milho, aliado aos riscos climáticos inerentes à cultura do feijão têm influenciado essa redução de área plantada em todo o País.

Espera-se uma produção de 2,82 milhões de toneladas, redução de 3,1% em relação à safra 2011/2012. Devido à alta produtividade do feijão 3a safra ocorrida em Mato Grosso, Goiás, Distrito Federal e Minas Gerais, com plantio irrigado e de alta tecnologia, a produtividade média brasileira, de 914 kg/ha, registrou incremento de 2,1% sobre a safra anterior.

As lavouras de feijão plantadas no Nordeste do País sofreram reduções de área

de 5,6%, registrando 1.419 mil hectares. O estado do Ceará (participação de 24,5% da área da Região) registrou redução de 19,8% da área plantada, o que influenciou na média da produtividade regional. A produção total pode chegar a 430 mil toneladas, aumento de 48,7% em relação à safra 2011/2012, devido às chuvas de maio e junho que beneficiaram algumas áreas de plantio tardio. O rendimento também deve se elevar para 303 kg/ha, o incremento é de 57,8% em relação à safra anterior, explicado em parte pela redução de área de sequeiro (Tabela 3).

O mercado segue estável, mas acredita-se que os preços devem se valorizar em algumas praças, devido, dentre outros motivos, à frustração da safra baiana (foi abaixo da média normal) e às intempéries climáticas verificadas no Centro-Sul do Brasil, que afetaram e continuam prejudicando a qualidade e o rendimento das lavouras.

Tabela 3 – Feijão total – comparativo de área, produtividade e produção. Safras 11/12 e 12/13

REGIÃO/UF	Área (mil ha)			Produtividade (kg/ha)			Produção (mil t)		
	Safra 11/12 (a)	Safra 12/13 (b)	Var % (b/a)	Safra 11/12 (c)	Safra 12/13 (d)	Var % (d/c)	Safra 11/12 (e)	Safra 12/13 (f)	Var % (f/e)
NORTE	158,50	133,60	-15,7	782	792	1,3	124,00	106,10	-14,4
NORDESTE	1.503,90	1.419,00	-5,6	192	303	57,8	289,30	430,30	48,7
MA	74,70	90,10	20,6	367	460	25,3	27,40	41,40	51,1
PI	230,50	199,30	-13,5	158	131	-17,1	36,50	26,20	-28,2
CE	433,60	347,9	-19,8	76	179	136,4	32,9	62,3	89,4
RN	7,2	12,4	72,2	260	304	16,9	1,9	3,8	100
PB	36,8	52,8	43,5	79	373	372,2	2,9	19,7	579,3
PE	229,7	215,1	-6,4	147	296	101,1	33,8	63,7	88,5
AL	36,1	39	8	460	465	1,1	16,6	18,1	9
SE	28,00	30,5	8,9	702	672	-4,3	19,7	20,5	4,1
BA	427,30	431,90	1,1	275	404	46,9	117,60	174,60	48,5
CENTRO-OESTE	342,10	346,40	1,3	1.762	1.680	-4,7	603,00	582,00	-3,5
SUDESTE	608,10	566,80	-6,8	1.666	1.461	-12,3	1.012,80	827,90	-18,3
SUL	649,50	627,90	-3,3	1.369	1.405	2,6	889,30	881,90	-0,8
NORTE/NORDESTE	1.662,4	1.552,60	-6,6	249	345	38,6	413,30	536,40	29,8
CENTRO-SUL	1.599,70	1.541,10	-3,7	1.566	1.487	-5,0	2.505,10	2.291,80	-8,5
BRASIL	3.262,10	3.093,70	-5,2	895	914	2,1	2.918,40	2.828,20	-3,1

Fonte: CONAB, ago. 2013a.

Para a safra de 2012/2013, a falta de chuvas na Região Nordeste, as geadas no Sul e a elevada demanda continuam influenciando o mercado do feijão. Em Barreiras (BA), o preço da saca do feijão tipo carioca de 60 kg atingiu R\$ 182,50¹ no mês de agosto, redução de 15,12% frente aos R\$ 215,00 praticados no

mesmo período de abril deste ano. Em Irecê (BA), o produto foi cotado a R\$ 270,00 em agosto deste ano, valor 31,71% maior que o praticado em abril/2013. Na Praça de São Paulo (SP), a cotação foi de R\$ 157,50, redução significativa de 39,42% com relação ao mês de abril de 2013 (Gráfico 2).

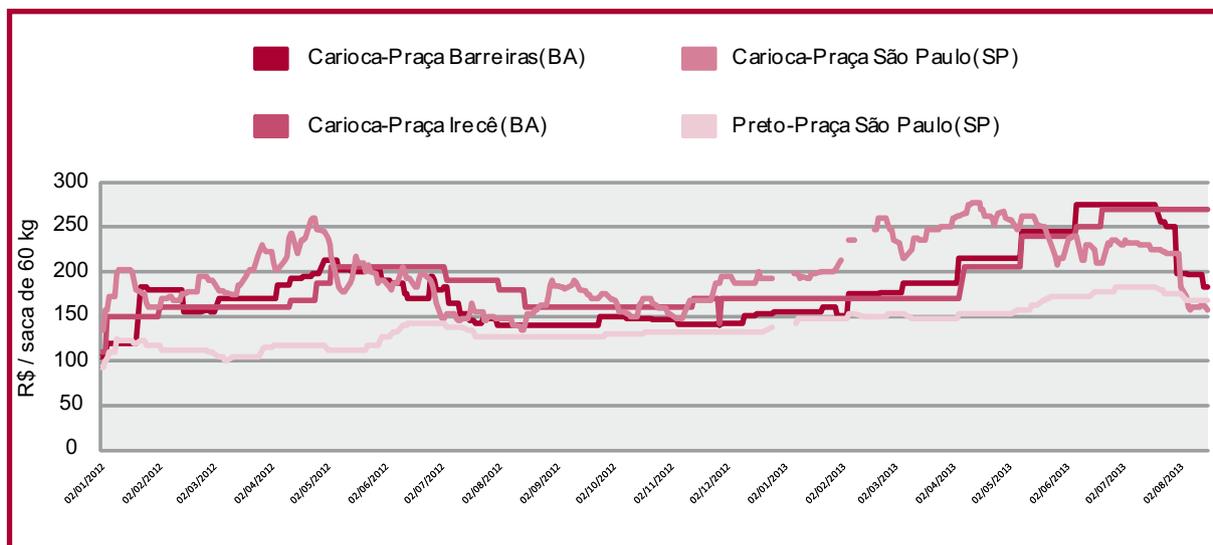


Gráfico 2 – Evolução dos preços da saca de 60 kg de feijão carioca tipo 1 em Barreiras (BA), Irecê (BA) e São Paulo (SP) e feijão preto em São Paulo (SP), de janeiro/2012 a agosto/2013

Fonte: Dados da CMA, 2013. Elaboração do BNB, ETENE, Conjuntura Econômica

Milho

Estima-se que a produção total de milho no Brasil chegue a um novo recorde de 80,25 milhões de toneladas. Devido às condições climáticas, o produtor foi incentivado a incrementar a área plantada nas principais regiões produtoras. Nesta safra 2012/2013, o acréscimo deverá ser de 4,5%, de acordo com o décimo primeiro levantamento da Conab (2013a). A estimativa é que o Centro-Sul seja responsável por 91,9% da produção brasileira, com destaque para os estados do Mato Grosso (aumento de 26,5%), com previsão

de 19,74 milhões de toneladas e Paraná (aumento de 7,8%), com previsão de produção de 18,06 milhões de toneladas.

A área total cultivada na safra 2012/2013 deverá ser de 15,86 milhões de hectares, incremento de 4,5% em relação à safra anterior, havendo um crescimento relativo maior na macrorregião Centro-Sul (6,2%), com aumento mais expressivo em Mato Grosso (25,0%).

No Nordeste, espera-se recuperação na produção de milho deste ano, devendo haver incremento relativo de produção regional de 9,7% com relação à safra passada. Maranhão

¹ Valores referentes à 18/08/2013.

e Sergipe deverão registrar aumentos relativos na produção do grão de 86,1% e 12,9%, respectivamente, motivados pelos bons preços alcançados na comercialização. A Bahia, o maior produtor de milho no Nordeste, mes-

mo com uma produção menor em 0,8% com relação à safra anterior, deverá atingir 2,15 milhões de toneladas, com participação na produção regional de 45,02% (Tabela 4).

Tabela 4 – Milho total (1ª e 2ª safras). Comparativo de área, produtividade e produção. Safras 11/12 e 12/13

REGIÃO/UF	Área (mil ha)			Produtividade (kg/ha)			Produção (mil t)		
	Safra 11/12 (a)	Safra 12/13 (b)	Var % (b/a)	Safra 11/12 (c)	Safra 12/13 (d)	Var % (d/c)	Safra 11/12 (e)	Safra 12/13 (f)	Var % (f/e)
NORTE	569,50	528,30	-7,2	2.902	3.166	9,1	1.652,40	1.672,40	1,2
NORDESTE	2.421,50	2.400,10	-0,9	1.802	1.995	10,7	4.364,00	4.789,00	9,7
MA	454,60	517,70	13,9	1.609	2.630	63,4	731,60	1.361,40	86,1
PI	351,60	379,80	8	2.239	1.393	-37,8	787,20	529,10	-32,8
CE	520,60	408,7	-21,5	142	140	-1,4	73,9	57,2	-22,6
RN	7,6	13,3	75	337	495	46,9	2,6	6,6	153,8
PB	39,8	49	23,1	106	554	422,6	4,2	27,1	545,2
PE	205,8	94,5	-25	117	167	42,7	24,1	15,8	-34,4
AL	29,7	34,4	15,8	754	637	-15,5	22,4	21,9	-2,2
SE	206,80	203,3	-1,7	2.629	3.019	14,8	543,7	613,8	12,9
BA	605,00	699,40	15,6	3.594	3.083	-14,2	2.174,30	2.156,10	-0,8
CENTRO-OESTE	5.291,80	6.142,10	16,1	5.880	5.558	-5,5	31.116,30	34.137,60	9,7
SUDESTE	2.242,30	2.214,60	-1,2	5.708	5.770	1,1	12.800,00	12.779,00	-0,2
SUL	4.653,00	4.581,30	-1,5	4.953	5.866	18,4	23.046,80	26.875,40	16,6
NORTE/NORDESTE	2.991,00	2.928,40	-2,1	2.012	2.206	9,6	6.016,40	6.461,40	7,4
CENTRO-SUL	12.187,10	12.938,00	6,2	5.495	5.703	3,8	66.963,10	73.792,00	10,2
BRASIL	15.178,10	15.866,40	4,5	4.808	5.058	5,2	72.979,50	80.253,40	10,0

Fonte: CONAB, ago. 2013a.

O mercado internacional continua instável com preços em baixa no fim do mês de julho e alta em agosto de 2013, em razão das condições menos favoráveis às lavouras de milho dos Estados Unidos, maior produtor mundial, e menores estoques mundiais, segundo estimativas do USDA. De acordo com o Cepea, os preços futuros na Bolsa de Chicago (contrato para dezembro/2013) tiveram pequenas altas de 0,6%, finalizando o mês a US\$ 194,87 t (CEPEA, 2013k).

No mercado interno, foram registrados preços bem abaixo da média da safra passa-

da, decorrentes da oferta expressiva e compradores retraídos na expectativa de valores mais baixos. Em Barreiras (BA), a cotação final da saca de 60 kg em agosto/2013 foi de R\$ 22,00, desvalorização de 29,03% sobre a cotação de abril/2013. Em Fortaleza (CE), a cotação para agosto foi de R\$ 31,00, valor 27,9% menor que o praticado no mês de abril/2013. Em Cascavel (PR), atingiu R\$ 18,50, queda de 9,75% em relação a abril/2013. Em São Paulo, a cotação de agosto deste ano foi de R\$ 22,50, inferior 10,00% à cotação de abril/2013² (Preço CIF). (Gráfico 3).

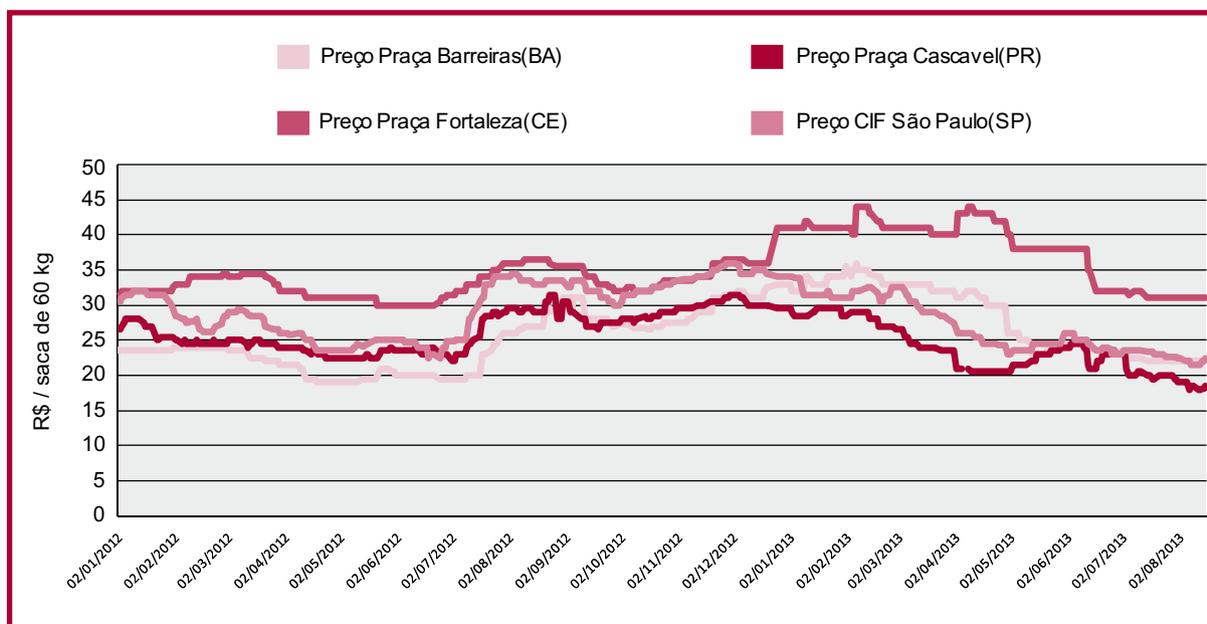


Gráfico 3 – Evolução dos preços da saca de 60 kg de milho em Barreiras (BA), Fortaleza (CE), Cascavel (PR) e preço CIF São Paulo, de janeiro/2012 a agosto/2013³

Fonte: Dados do CMA, 2013. Elaboração do BNB, ETENE, Conjuntura Econômica.

Soja

A produção nacional de soja para a safra 2012/2013 está estimada em 81,45 milhões de toneladas, acréscimo de 22,7% em relação ao volume produzido na safra 2011/2012. Mesmo os problemas climáticos ocorridos em algumas regiões produtoras não foram suficientes para comprometer o novo recorde de safra. Na Região Sul, responsável por 36,8% da produção nacional, registrou-se incremento significativo de 61,7% na produção com relação à safra passada. Estima-se uma área cultivada total de 27,72 milhões de hectares, acréscimo de 10,7% sobre a safra anterior. A produtividade nacional registra seus 2.938 kg/ha, aumento de 10,8% em relação à obtida em 2011/2012.

Para o Nordeste, estima-se um crescimento na área cultivada de 14%, que deve subir para 2,41 milhões de hectares. Entretanto, na

produção, espera-se uma redução de 13,1% da oleaginosa, que deve registrar em 5,29 milhões de toneladas. O comportamento do clima é apontado como o maior dos responsáveis pela redução de 801,50 mil toneladas na produção (Tabela 4).

As cotações do mercado externo e interno da soja foram impulsionadas pela forte valorização do dólar e também pela expressiva demanda pelo produto. No mercado externo, os contratos de soja em grão com vencimento em setembro/2013 finalizaram com valorização de 13,9%, registrando US\$ 31,39/SC de 60 kg (CEPEA, 2013l). Os contratos de farelo de soja para setembro de 2013 fecharam no mês com alta de 15,9%, finalizando a tonelada em US\$ 516,10. O mercado de óleo de soja também registrou aumento de 3,8% no mês, alcançando US\$ 967,60/t (CEPEA, 2013l).

2 Valores referentes à 16/08/2013.

3 Valores referentes à 16/08/2013.

Tabela 4 – Soja. Comparativo de área, produtividade e produção. Safra 11/12 e 12/13

REGIÃO/UF	Área (mil ha)			Produtividade (kg/ha)			Produção (mil t)		
	Safra 11/12 (a)	Safra 12/13 (b)	Var % (b/a)	Safra 11/12 (c)	Safra 12/13 (d)	Var % (d/c)	Safra 11/12 (e)	Safra 12/13 (f)	Var % (f/e)
NORTE	717,60	894,40	24,6	3.027	2.954	-2,4	2.172,20	2.641,90	21,6
NORDESTE	2.117,10	2.414,30	14	2.880	2.193	-23,9	6.096,30	5.294,80	-13,1
MA	559,70	586,00	4,7	2.949	2.877	-2,4	1.650,60	1.685,90	2,1
PI	444,60	546,40	22,9	2.841	1.678	-40,9	1.263,10	916,90	-27,4
BA	1.112,80	1.281,90	15,2	2.860	2.100	-26,6	3.182,60	2.692,00	-15,4
CENTRO-OESTE	11.495,20	12.778,20	11,2	3.036	2.981	-1,8	34.904,80	38.091,40	9,1
SUDESTE	1.606,20	1.758,20	9,5	2.899	3.086	6,5	4.656,30	5.425,90	16,5
SUL	9.106,10	9.876,40	8,5	2.037	3.038	49,1	18.553,40	30.002,70	61,7
NORTE/NORDESTE	2.834,70	3.308,70	16,7	2.917	2.399	-17,8	8.268,50	7.936,70	-4,0
CENTRO-SUL	22.207,50	24.412,80	9,9	2.617	3.012	15,1	58.114,50	73.520,00	26,5
BRASIL	25.042,20	27.721,50	10,7	2.651	2.938	10,8	66.383,00	81.456,70	22,7

Fonte: CONAB, ago. 2013a.

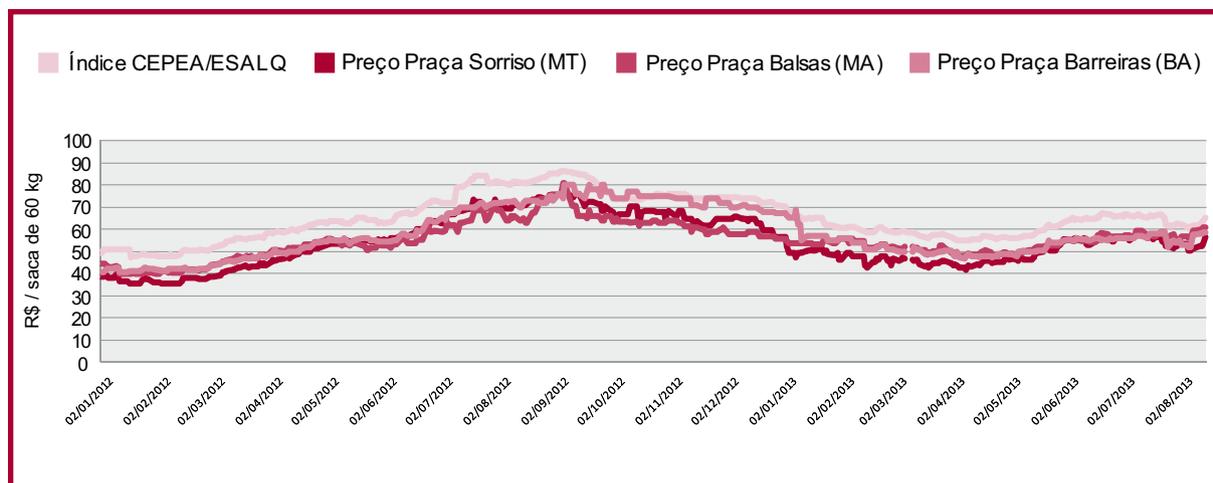


Gráfico 4 – Evolução dos preços da saca de 60 kg de soja em Balsas (MA), Barreiras (BA), Sorriso (MT) e São Paulo pelo indicador Cepea/Esalq, de julho/2010 a agosto/2013⁴

Fonte: Dados do CMA, 2013. Elaboração do BNB, ETENE, Conjuntura Econômica.

As cotações do mercado externo e interno da soja foram impulsionadas pela forte valorização do dólar e também pela expressiva demanda pelo produto. No mercado

externo, os contratos de soja em grão com vencimento em setembro/2013 finalizaram com valorização de 13,9%, registrando US\$ 31,39/SC de 60 kg (CEPEA, 2013l). Os con-

⁴ Valores referentes a 15 ago. 2013.

tratos de farelo de soja para setembro de 2013 fecharam no mês com alta de 15,9%, finalizando a tonelada em US\$ 516,10. O mercado de óleo de soja também registrou aumento de 3,8% no mês, alcançando US\$ 967,60/t (CEPEA, 2013l).

Segundo dados do Cepea (2013l), a saca de 60 quilos de soja foi negociada a R\$ 65,42, no estado paulista, aumento de 18,11% em relação a abril/2013. Em Sorriso (MT), o produto valorizou-se 28,41% no mesmo período, encerrando o ano-safra em R\$ 56,50/saca. No Nordeste, o movimento das cotações foi semelhante. Em Balsas (MA), a saca foi negociada a R\$ 60,00, aumento de 25,00% em relação a abril/2013. Em Barreiras (BA), a saca ficou em R\$ 58,50, valorização de 21,88% em comparação com abril/2013 (Gráfico 4).

Café

De acordo com a segunda estimativa da safra 2013 de café, realizada pela Conab⁵, a área plantada no País com as variedades arábica e robusta (conilon) totalizará 2,00 milhões de hectares, redução de 1,95%, que corresponde à redução de 39,87 mil hectares em relação à safra 2012.

Para a safra de 2013 deve-se registrar produção de 47,54 milhões de sacas de 60 quilos do produto beneficiado, redução⁶ de 6,46% em relação à safra de 2012. Este resultado total do café beneficiado foi muito influenciado pelo desempenho da produção do tipo arábica, menor em 4,37% comparado à safra de 2012, ou seja, redução de 167 mil sacas/60 kg beneficiadas; e também pela

menor produção do café tipo robusta, que reduziu em 160 mil sacas/60 kg beneficiadas, decréscimo de 12,86% em relação à safra de 2012. Nesta safra, o café tipo arábica deverá representar 77,1% do total de café beneficiado no País (CONAB, 2013b).

Devido às condições climáticas que não favoreceram o desenvolvimento da cultura, a Bahia terá resultados inferiores aos da safra/2012. Para o principal produtor de café do Nordeste, estima-se produção de 1,81 milhão de sacas de 60 kg beneficiadas, decréscimo de 0,4% em relação à safra anterior. A seca afetou a produção do café arábica nas regiões baianas do Planalto (redução de 17,2%) e do Atlântico (decréscimo de 20,0%), em que as lavouras se encontram na fase final. Para a região do Cerrado, mesmo sob irrigação, a lavoura não se desenvolveu de forma satisfatória devido às altas temperaturas registradas. Nessa região a safra de 2013 atingirá 422 mil sacas/60 kg, redução de 10,7% em relação à safra anterior (Tabela 5).

No mercado interno, os preços dos cafés tipo arábica e conilon se estabilizaram devido à demanda firme e também à menor produção nesta safra de 2013. Segundo o índice do Cepea (2013i), o café arábica foi cotado a R\$ 291,62/saca e o café tipo conilon registrou seu preço em R\$ 254,26/saca, aumentos respectivos de 1,47% e 5,17% em relação ao início de julho/2013. Em Vitória da Conquista, o café Bica Rio T6/7 foi cotado a R\$ 280,00/sc, valorização de 3,70% em relação ao início de julho/2013; o café despulpado alcançou R\$ 305,00/sc, aumento de 3,39% no mesmo período (Gráfico 5).

5 Acompanhamento das safras brasileira: café, safra 2013. Segunda estimativa, mai. 2013. Conab, 2013.

6 A bionalidade determina redução na produção.

Tabela 5 – Café beneficiado. Comparativo de área e produção. Safra 2013

UF/ Região	Área (ha)			Var %	Produção (mil sacas beneficiadas)						Var. Total (%)
	Safra 2012		Safra 2013		Safra 2012			Safra 2013			
	Safra 2012	Safra 2013	Arábica		Robusta	Total	Arábica	Robusta	Total		
Minas Gerais	1.028.425	1.037.348	0,87	26.644	300	26.944	25.872	286	26.158	-2,92	
Sul e Centro-Oeste	518.082	521.158	0,59	13.792	-	13.792	12.280	-	12.280	-10,96	
Cerrado - Triângulo, Alto Paranaíba e Noroeste	168.463	169.414	0,56	6.231	-	6.231	4.960	-	4.960	-20,40	
Zona da Mata, Rio Doce e Central	304.013	309.593	1,84	5.942	195	6.137	8.006	186	8.192	33,49	
Norte, Jequitinhonha e Mucuri	37.867	37.183	-1,81	679	105	784	626	100	726	-7,40	
Espírito Santo	450.128	453.167	0,68	2.789	9.713	12.502	3.486	8.211	11.697	-6,44	
São Paulo	175.137	158.907	-9,27	5.357	-	5.357	3.845	-	3.845	-28,21	
Paraná	67.177	65.630	-2,30	1.580	-	1.580	1.640	-	1.640	3,80	
Bahia	138.213	134.511	-2,68	1.337	813	2.150	1.092	726	1.818	-15,45	
- Cerrado	12.918	11.859	-8,20	528	-	528	422	-	422	-20,03	
- Planalto	100.861	98.474	-2,37	809	-	809	670	-	670	-17,21	
- Atlântico	24.434	24.179	-1,04	-	813	813	-	726	726	-10,72	
Rondônia	125.667	102.840	-18,16	-	1.367	1.367	-	1.357	1.357	-0,73	
Mato Grosso	21.028	17.800	-15,35	3	122	124	2	173	175	40,61	
Goiás	6.320	6.236	-1,34	247	-	247	298	-	298	20,41	
Pará	10.249	6.383	-37,72	-	167	167	-	122	122	-27,13	
Rio de Janeiro	13.225	13.276	0,39	262	-	262	281	-	281	7,17	
Outros	14.169	13.767	-2,84	126	1	127	151	3	154	21,74	
BRASIL	2.049.738	2.009.865	-1,95	38.344	12.482	50.826	36.667	10.877	47.544	-6,46	

Fonte: CONAB, maio 2013.

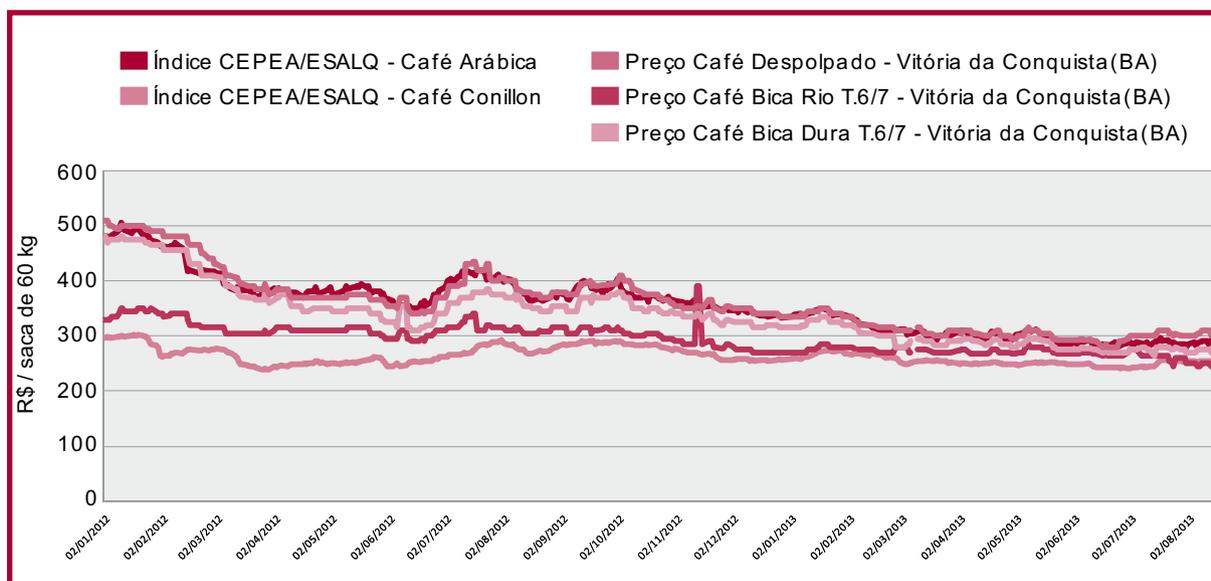


Gráfico 5 – Evolução dos preços da saca de 60 Kg em Vitória da Conquista (BA) dos cafés bica dura T.6/7, bica rio T.6/7 e despulpado e índice Cepea/Esalq para o café. Tipo arábica e conillon, de janeiro/2012 a dezembro/2012⁷

Fonte: CMA, 2013 e Cepea, 2013i.

Cana-de-Açúcar

No segundo levantamento da safra 2013/2014, a Conab confirma que a lavoura de cana-de-açúcar continua em expansão no Brasil: a área a ser cultivada para esta safra é de 8,79 milhões de hectares, superior em 3,7% à da safra passada (acréscimos de 314,15 mil hectares). Estima-se produção 10,7% superior à safra 2012/2013, totalizando 652,01 milhões de toneladas de cana moída (aumento de 63,10 milhões). A produtividade terá incremento de 6,80% em relação à safra passada, registrando 74.100 kg/ha (CONAB, 2013c).

Deverão ser produzidas 40,97 milhões de toneladas de açúcar, acréscimo de 6,88% frente à safra passada. A produção de etanol deverá gerar 27,17 bilhões de litros em 2013/2014 (superávit de 3,53 bilhões de litros ou 14,94%, em relação à safra anterior). Desse total, cerca 55,78% corresponde ao etanol hidratado (15,16 bilhões de litros), e

44,22% ao etanol anidro (12,02 bilhões de litros (CONAB, 2013c).

Na Região Nordeste, mesmo com os índices pluviométricos abaixo da média histórica, que provocaram atrasos no desenvolvimento das lavouras de cana-de-açúcar, a produção obteve números positivos para as estimativas dos canaviais colhidos para a safra 2013/2014. A produção deverá aumentar 2,4%, passando de 52,9 milhões de toneladas para 54,2 milhões de toneladas. Alagoas, o maior produtor nordestino, responsável por 45,06% da produção regional, terá redução em área plantada de 0,7% em relação à safra passada (registrando 442,59 mil hectares) e aumento na produção de 3,8% (com 24,4 milhões de toneladas), alcançando, como consequência, um razoável nível de produtividade, cerca de 55.200 kg/ha (acréscimo de 4,5% em relação à safra anterior). Destaque-se que, nesse aspecto, o Estado é superado por cinco outros no Nordeste (Maranhão, Piauí, Ceará, Sergipe e Bahia) (Tabela 6).

⁷ Valores referentes à 15/08/2013.

Tabela 6 – Cana-de-açúcar. Comparativo de área, produtividade e produção. Safras 12/13 e 13/14

REGIÃO/UF	Área (mil ha)			Produtividade (kg/ha)			Produção (mil t)		
	Safra 11/12 (a)	Safra 12/13 (b)	Var % (b/a)	Safra 11/12 (c)	Safra 12/13 (d)	Var % (d/c)	Safra 11/12 (e)	Safra 12/13 (f)	Var % (f/e)
NORTE	41,99	51,00	21,5	70.432	72.551	3,01	2.957,40	3.700,10	25,1
NORDESTE	1.083,22	1.060,66	-2,1	48.903	51.119	4,5	52.972,20	54.219,70	2,4
MA	41,90	39,56	-5,58	49.450	58.230	17,8	2.072,00	2.303,60	11,2
PI	14,74	14,89	1	56.181	56.000	-0,3	828,10	833,80	0,7
CE	1,14	1,16	2	50.000	62.000	24	57	71,9	26,1
RN	53,62	57,74	7,68	41.920	38.500	-8,2	2.247,80	2.223,00	-1,1
PB	121,98	122,35	0,3	43.900	43.180	-1,6	5.354,90	5.283,10	-1,3
PE	312,09	286,03	-8,35	43.500	46.679	7,3	13.575,90	13.351,60	-1,7
AL	445,71	442,59	-0,7	52.800	55.200	4,5	23.533,50	24.431,00	3,8
SE	43,43	43,91	1,1	51.100	55.500	8,6	2.219,30	2.437,00	9,8
BA	48,61	52,43	7,85	63.440	62.650	-1,2	3.083,80	3.284,70	6,5
CENTRO-OESTE	1.504,11	1.667,17	10,8	70.474	72.523	2,91	106.001,30	120.907,50	14,1
SUDESTE	5.243,29	5.398,49	3	73.852	79.337	7,4	387.228,30	428.298,50	10,6
SUL	612,39	621,83	1,5	64.920	72.190	11,2	39.756,40	44.890,10	12,9
NORTE/NORDESTE	1.125,21	1.111,66	-1,2	49.706	52.102	4,8	55.929,70	57.919,80	3,6
CENTRO-SUL	7.359,79	7.687,49	4,5	72.419	77.281	6,7	532.986,00	594.096,10	11,5
BRASIL	8.485,00	8.799,15	3,7	69.407	74.100	6,8	588.915,70	652.015,90	10,7

Fonte: CONAB, ago. 2013c.

O Brasil exportou 3,29 milhões de toneladas de açúcar total (bruto e refinado) em agosto deste ano, volume 43,55% maior em relação a julho de 2013, e 34,3% superior ao total de agosto de 2012 (2,45 milhões de toneladas) (CEPEA, 2013g). As receitas geradas pelas exportações do açúcar foram de US\$ 1,37 bilhão em agosto de 2013, aumento de 42% em relação ao mês de julho deste ano, reforçado pela desvalorização da moeda nacional frente ao dólar americano.

A cotação de julho de 2013 do indicador Cepea do açúcar em São Paulo foi de R\$ 44,48/sc, praticamente estável (+0,6%) em relação ao mês de abril deste ano. Na Região Nordeste, as cotações da saca de açúcar de 60 kg também foram valorizadas: em Pernambuco, fechou em julho de 2013 por R\$ 60,84, valorização de 4,44% referente ao

mês de abril/2013. Em Alagoas, a saca foi negociada por R\$ 61,12, aumento de 1,12% no mesmo período (CEPEA, 2013g). (Gráfico 5).

Segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior, as vendas de etanol no mês de agosto/2013 registraram 485,7 milhões de litros, aumento de 38,6% em relação a julho/2013. Já o acumulado de abril a 16 de agosto, calcula-se em 1,4 bilhão de litros e as vendas domésticas 8,24 bilhões de litros (CEPEA, 2013j).

Os preços do etanol foram bem diferenciados nas principais praças. No mercado paulista, a cotação do álcool hidratado foi de R\$ 1,1145/l, redução de 10,43% sobre abril/2013, em razão do maior volume ofertado e reduzida demanda por parte das distribuidoras.

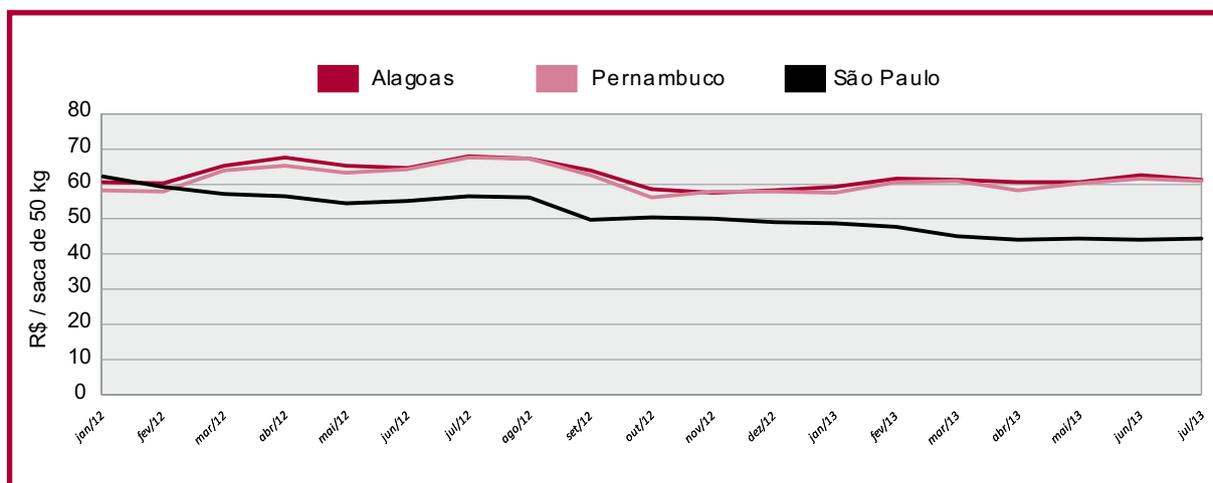


Gráfico 6 – Evolução dos preços da saca de 50 kg do açúcar cristal em Alagoas, Pernambuco e São Paulo pelo indicador Cepea/Esalq, de janeiro/2010 a dezembro/2012⁸

Fonte: Dados do Cepea, 2013g. Elaboração do BNB, ETENE, Conjuntura Econômica.

Nos principais mercados do Nordeste, as cotações do etanol hidratado variaram positivamente. Segundo os indicadores mensais Cepea (2013j), para julho/2013, o álcool anidro, em Alagoas, esteve cotado em

R\$ 1,6142/l, alta de 0,79% em relação a abril/2013. Enquanto em Pernambuco, alcançou R\$ 1,7604/l, alta de 8,23 em relação a abril deste ano (Gráfico 6).

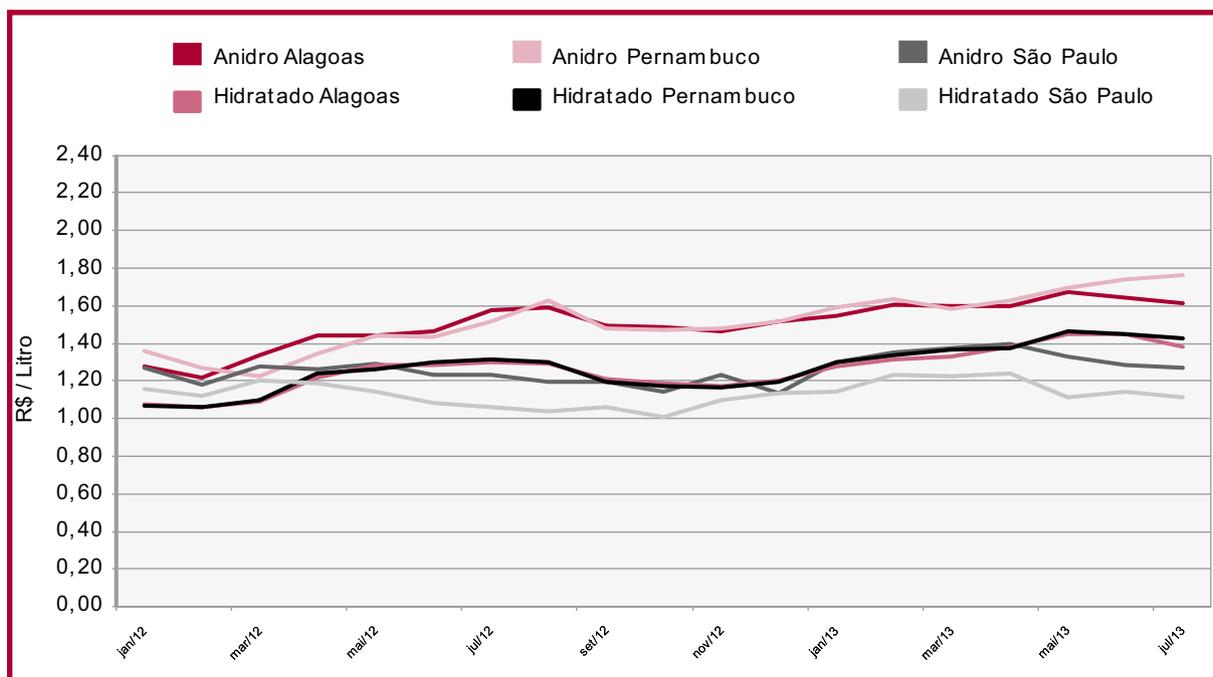


Gráfico 7 – Evolução dos preços do litro do álcool anidro e hidratado em Alagoas, Pernambuco e São Paulo pelo indicador mensal Cepea/Esalq, de janeiro/2010 a março/2013⁹

Fonte: Dados do Cepea, 2013j. Elaboração do BNB, ETENE, Conjuntura Econômica.

8 Valores referentes a julho de 2013.

9 Valores referentes a março de 2013.

3.2.2 – Pecuária

Em abril de 2013, a oferta reduzida de animais prontos para o abate sustentou o indicador de preço da arroba do boi gordo (BMFBovespa, 2013), que fechou em R\$ 99,27, leve queda de 0,02% em relação a março (CEPEA, 2013a). Em maio, o índice recuou 1%, com o aumento da oferta de boi, por conta da degradação dos pastos com o tempo mais frio, fazendo o indicador fechar o mês em R\$ 98,28/@ (CEPEA, 2013b). A oferta menor em junho sinalizou o início da entressafra, com o indicador passando a R\$ 100,48/@, alta de 2,2% em relação a maio (CEPEA, 2013c). Durante o segundo trimestre de 2013, a variação positiva foi de 1,2%.

Segundo dados do Cepea, em abril, a captação de leite caiu 2% na média dos principais estados produtores, o que fez o preço pago ao produtor aumentar pelo terceiro mês consecutivo, chegando a R\$ 0,9526/litro, 3,9% superior a março (CEPEA, 2013d). Em maio, em razão da baixa oferta de leite no campo, pelos problemas climáticos no Nor-

deste e no Sul, o litro subiu para R\$ 0,9854, alta de 3,4% em relação a abril (CEPEA, 2013e). Em junho, nem mesmo a safra no Sul, que não foi a esperada, provocou baixa no índice nacional, que subiu mais 3,3%, para R\$ 1,0178/l, maior patamar dos últimos cinco anos. O dólar valorizado frente ao real dificultou a importação, reduzindo ainda mais a oferta de leite no mercado (CEPEA, 2013f). No trimestre, a alta foi de 11,1%.

O preço médio da arroba bovina no Nordeste, segundo dados das Centrais de Apoio Operacional do BNB nos estados, é de R\$ 101,15, tendendo à estabilidade na maioria dos estados (Maranhão, Piauí, Paraíba e Bahia) e à alta em outros, como Sergipe e Minas Gerais, em razão de problemas climáticos e do início do período de entressafra. A média dos preços do litro de leite pago ao produtor, para a Região, é de R\$ 0,98, com tendência de alta no Rio Grande do Norte, Sergipe e Minas, em razão do período de entressafra e de manutenção no Maranhão, Piauí, Ceará, Paraíba e Bahia.

Tabela 7 – Nordeste – Cotações médias atuais para arroba do boi gordo e litro de leite bovino pago ao produtor – agosto de 2013

UF / Produto	Cotações Médias Atuais	
	Boi Gordo (R\$/@)	Leite Pago ao Produtor (R\$/l)
Maranhão	100,00	1,00
Piauí	105,00	1,05
Ceará	94,00	0,85
Rio Grande do Norte	112,50	1,20
Paraíba	105,00	1,00
Pernambuco	108,00	1,16
Alagoas	107,50	1,02
Sergipe	100,00	1,00
Bahia	87,00	0,69
Norte de Minas Gerais	92,50	0,87
Média da área de atuação do BNB	101,15	0,98

Fonte: BNB, Centrais de Apoio Operacional do BNB nos Estados do Nordeste. Elaboração do BNB, ETENE, Conjuntura Econômica.

3.2.3 – Agronegócio

3.2.3.1 – Desempenho do PIB e do faturamento

O Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) do Brasil crescerá 10,9%, na comparação do ano de 2013 com 2012, totalizando R\$ 371,9 bilhões, um acréscimo absoluto de R\$ 36,5 bilhões, reflexo direto dos aumentos dos produtos das lavouras temporárias e da pecuária (Tabela 8).

O VBP das lavouras permanentes terá pouca variação (0,2%), posto que algumas culturas representativas em quantidade aumentaram seu produto enquanto outras baixaram, totalizando R\$ 40,7 bilhões, aumento absoluto de R\$ 89 milhões.

Já o crescimento do VBP das lavouras permanentes será mais significativo (14,8%),

influenciado principalmente pela alta em lavouras de grande peso, como soja (aumento de 28%) e cana-de-açúcar (14,2%), que contrabalançaram a queda de produção em outras lavouras importantes, como o algodão (-28,2%). Numa visão macro, a agricultura brasileira terá aumento em seu VBP de 11,9% (R\$ 24,0 bilhões), enquanto a pecuária, de 9,4% (R\$ 12,6 bilhões).

O VBP agropecuário da Região Nordeste se reduziu em relação ao nacional, de 2012 para 2013, o que ainda pode ser creditado às adversidades climáticas ocorridas em 2012. A participação da agricultura se reduziu de 11,7% para 11%, enquanto a redução na pecuária foi bem menor, de 10,2% para 10%.

Tabela 8 – Brasil – Estimativa do valor bruto da produção agropecuária brasileira (VBP) - 2012 e 2013, em R\$ milhões de julho/13

Produtos	2012	2013	Var. %	Var. Abs.
Agrícolas	201.514	225.478	11,9	23.964
- lavouras temporárias (1)	160.887	184.762	14,8	23.875
- lavouras permanentes (2)	40.626	40.716	0,2	89
grãos (3)	92.510	112.971	22,1	20.461
outras lavouras	109.004	112.507	3,2	3.503
Pecuários	133.816	146.393	9,4	12.577
- carnes (4)	109.092	120.210	10,2	11.118
- derivados (5)	24.724	26.182	5,9	1.458
Total	335.330	371.871	10,9	36.541

Fonte: Dados do IBGE, 2013a, 2013b, 2013c. Elaboração do BNB, ETENE, Conjuntura Econômica.

(1) Abacaxi, algodão herbáceo, alho, amendoim, aveia, arroz, batata-doce, batata-inglesa, cana-de-açúcar, cebola, centeio, cevada, ervilha, fava, feijão, fumo, girassol, juta, linho, malva, mamona, mandioca, melancia, melão, milho, rami, soja, sorgo, tomate, trigo e triticale.

(2) Abacate, algodão arbóreo, azeitona, banana, borracha, cacau, café, caqui, castanha-de-caju, chá-da-índia, coco-da-baía, dendê, erva-mate, figo, goiaba, guaraná, laranja, limão, maçã, mamão, manga, maracujá, marmelo, noz, palmito, pera, pêssego, pimenta-do-reino, sisal, tangerina, tungue, urucum e uva.

(3) Amendoim, arroz, aveia, centeio, cevada, ervilha, fava, feijão, mamona, milho, soja, sorgo, trigo e triticale.

(4) Bovina, suína e de frango.

(5) Leite e ovos.

O VBP agropecuário da Região Nordeste se reduziu em relação ao nacional, de 2012 para 2013, o que ainda pode ser creditado às adversidades climáticas ocorridas em 2012. A participação da agricultura se reduziu de 11,7% para 11%, enquanto a redução na pecuária foi bem menor, de 10,2% para 10%.

Em termos de valores, a produção agrícola do Nordeste aumentará 4,9% (de R\$ 23,6 bilhões para R\$ 24,8 bilhões), enquanto a pe-

cuária, 6,8% (de R\$ 13,6 bilhões para R\$ 14,6 bilhões).

Entre as culturas temporárias com maior recuo, em termos de VBP, estão: algodão herbáceo (-15,1%), amendoim (-15,8%), cebola (-35,1%), girassol (-85,2%), mamona (-39,4%), mandioca (-15,9%) e soja (-9,8%). Dentre as lavouras permanentes, apenas a laranja (-7,5%) apresentou redução.

Tabela 9 – Nordeste – estimativa do valor bruto da produção (VBP) – 2012 e 2013

Produtos	Unidade	2012	2013	Preço (kg)		VBP (Mil Reais)	
				2012	2013	2012	2013
Lavoura Temporária (a)							
Brasil						160.887.490	184.762.186
Nordeste						18.038.589	18.465.397
Abacaxi	Mil frutos	615.272	548.683	1,02	1,06	628.512	580.114
Algodão herbáceo (em caroço)	Tonelada	1.407.227	1.154.264	1,45	1,50	2.044.837	1.735.981
Alho	Tonelada	7.959	7.791	4,43	4,58	35.241	35.705
Amendoim (em casca)	Tonelada	10.458	8.509	1,54	1,60	16.128	13.582
Arroz (em casca)	Tonelada	706.725	728.442	0,68	0,70	478.035	509.975
Batata doce	Tonelada	184.633	184.633	0,65	0,67	119.222	123.397
Batata inglesa	Tonelada	159.850	175.005	0,94	0,97	149.957	169.923
Cana-de-açúcar	Tonelada	68.136.598	69.263.068	0,07	0,07	4.870.591	5.124.461
Cebola	Tonelada	313.258	196.339	0,97	1,01	304.372	197.449
Fava (em grão)	Tonelada	16.060	16.060	2,67	2,76	42.904	44.406
Feijão (em grão)	Tonelada	258.187	586.246	1,87	1,93	481.613	1.131.849
Fumo (em folha)	Tonelada	15.619	14.932	3,31	3,43	51.752	51.208
Girassol	Tonelada	7	1	0,76	0,79	5	1
Mamona (baga)	Tonelada	23.077	13.501	1,01	1,05	23.404	14.172
Mandioca	Tonelada	5.976.103	4.850.738	0,21	0,22	1.273.605	1.069.966
Melancia	Tonelada	678.871	678.871	0,41	0,42	276.824	286.516
Melão	Tonelada	468.436	468.436	0,77	0,80	360.589	373.214
Milho (em grão)	Tonelada	3.900.552	4.888.868	0,51	0,53	1.984.198	2.574.023
Soja (em grão)	Tonelada	6.095.546	5.311.991	0,74	0,76	4.491.952	4.051.586

continua

Tabela 9 – Nordeste – estimativa do valor bruto da produção (VBP) – 2012 e 2013

Produtos	Unidade	2012	2013	Preço (kg)		VBP (Mil Reais)	
				2012	2013	2012	2013
Sorgo granífero (em grão)	Tonelada	35.870	35.852	0,40	0,42	14.485	14.984
Tomate	Tonelada	416.688	374.256	0,94	0,97	390.361	362.886
Lavoura permanente (b)							
Brasil						40.626.455	40.715.794
Nordeste						5.589.123	6.328.832
Abacate	Tonelada	989	989	0,60	0,62	589	609
Algodão arbóreo (em caroço)	Tonelada	351	351	1,20	1,25	423	438
Banana	Tonelada	2.427.639	2.748.646	0,58	0,60	1.400.721	1.641.465
Borracha (látex coagulado)	Tonelada	35.542	35.542	2,65	2,74	94.026	97.318
Cacau (em amêndoa)	Tonelada	159.432	157.830	5,73	5,93	913.042	935.514
Café (beneficiado)	Tonelada	146.096	163.632	5,93	6,14	866.342	1.004.302
Caqui	Tonelada	7	7	1,74	1,80	12	13
Castanha-de-caju	Tonelada	76.054	259.950	1,30	1,35	99.073	350.483
Coco-da-baía	Mil frutos	1.405.011	1.467.369	0,48	0,49	671.576	725.939
Dendê (coco)	Tonelada	54.662	54.662	0,25	0,26	13.581	14.057
Goiaba	Tonelada	7.435	7.435	0,80	0,83	5.949	6.157
Guaraná (semente)	Tonelada	2.682	2.672	6,07	6,29	16.291	16.799
Laranja	Tonelada	1.936.760	1.730.293	0,29	0,30	554.309	512.556
Limão	Tonelada	6.448	6.448	0,47	0,49	3.043	3.149
Maçã	Tonelada	60	60	1,09	1,13	65	68
Mamão	Tonelada	22.331	22.331	0,83	0,86	18.522	19.170
Manga	Tonelada	51.712	51.712	0,53	0,55	27.468	28.430
Maracujá	Tonelada	46.159	46.159	0,91	0,95	42.153	43.628
Marmelo	Tonelada	10	10	1,96	2,03	20	20
Palmito	Tonelada	3.016	3.016	0,54	0,55	1.617	1.674
Pimenta-do-reino	Tonelada	4.119	4.213	5,31	5,49	21.857	23.138
Sisal ou agave (fibra)	Tonelada	87.528	127.141	1,02	1,05	88.853	133.585
Tangerina	Tonelada	3.398	3.398	0,45	0,47	1.543	1.597
Urucum (semente)	Tonelada	2.810	2.810	2,04	2,11	5.725	5.925
Uva	Tonelada	287.817	285.751	2,58	2,67	742.324	762.799
Agricultura							
Brasil						201.513.945	225.477.980
Nordeste						23.627.712	24.794.229

continua

Tabela 9 – Nordeste – estimativa do valor bruto da produção (VBP) – 2012 e 2013

Produtos	Unidade	2012	2013	Preço (kg)		VBP (Mil Reais)	
				2012	2013	2012	2013
Pecuária							
Brasil						133.816.156	146.392.777
Nordeste						13.644.721	14.570.059
Carne bovina	Tonelada	1.211.591	1.227.618	7,56	7,82	9.155.950	9.601.871
Frango	Tonelada	1.046.883	1.108.498	3,29	3,40	3.442.392	3.772.613
Leite	Milhões de litros	3.716	3.855	0,89	0,92	3.291	3.534
Ovos	Mil cx. De 30 dúzias	10.022	11.245	2,76	2,85	920.865	1.069.383
Suínos	Tonelada	28.607	27.738	4,27	4,42	122.222	122.658
Agropecuária							
Brasil						335.330.100	371.870.758
Nordeste						37.272.433	39.364.288
Relações Nordeste/Brasil							
Lavoura temporária (a)						11,2	10,0
Lavoura permanente (b)						13,8	15,5
Agricultura (c)						11,7	11,0
Pecuária (d)						10,2	10,0
Agropecuária (c + d)						11,1	10,6

Fontes: Dados do IBGE, 2013a, 2013b, 2013c. e AgraFNP, 2012.

Nota: Valores a preços de jul. 2013

No tocante às participações estaduais no VBP agropecuário do Nordeste, os estados da Bahia, Pernambuco, Ceará e Maranhão respondem por 73,8% (R\$ 29 bilhões) do VBP da Região e os demais estados geraram 26,2% (R\$10,3 bilhões) (Tabela 10).

Há predomínio da agricultura na agropecuária nordestina, com 63% de participação. Apenas no Ceará e em Pernambuco, o valor da produção pecuária superou a metade da produção agropecuária estadual, com 52% e 50,4%, respectivamente, números que podem levar à conclusão de que os efeitos

da seca, que atingem com mais intensidade a agricultura que a pecuária, podem estar se abrandando.

Os estados com maior participação no VBP das lavouras temporárias foram Bahia (com R\$ 6,9 bilhões) e Maranhão (com R\$ 3 bilhões), enquanto nas lavouras permanentes foram Bahia (com R\$ 3,8 bilhões) e Pernambuco (R\$ 934 milhões). Bahia e Pernambuco também possuem participações predominantes no VBP da pecuária, com R\$ 5,3 bilhões e R\$ 2,4 bilhões, respectivamente.

Tabela 10 – Nordeste – Estimativa da participação de estados selecionados no valor bruto da produção agropecuária 2013 (R\$ milhões jul/2013)

Estados	Lavouras Temporárias	%	Lavouras Permanentes	%	Agricultura	%	Pecuária	%	Agropecuária	%
Ma	3.010	16,3	82	1,3	3.092	12,5	1.846	12,7	4.939	12,5
Pi	1.381	7,5	97	1,5	1.478	6,0	833	5,7	2.311	5,9
Ce	870	4,7	674	10,6	1.544	6,2	1.673	11,5	3.218	8,2
Rn	734	4,0	163	2,6	897	3,6	516	3,5	1.413	3,6
Pb	978	5,3	152	2,4	1.130	4,6	825	5,7	1.955	5,0
Pe	1.485	8,0	934	14,8	2.419	9,8	2.456	16,9	4.875	12,4
Al	2.304	12,5	69	1,1	2.374	9,6	541	3,7	2.914	7,4
Se	821	4,4	336	5,3	1.157	4,7	565	3,9	1.722	4,4
Ba	6.882	37,3	3.821	60,4	10.703	43,2	5.314	36,5	16.017	40,7
Ba+Pe+Ce+Ma	12.247	66,3	5.512	87,1	17.759	71,6	11.290	77,5	29.049	73,8
Demais	6.218	33,7	817	12,9	7.035	28,4	3.280	22,5	10.315	26,2
Soma	18.465	100,0	6.329	100,0	24.794	100,0	14.570	100,0	39.364	100,0

Fonte: Dados do IBGE, 2013a, 2013b, 2013c e AgraFNP, 2012.

3.2.3.2 – Balança comercial do agronegócio

Entre janeiro e julho de 2013, o Brasil exportou um total de US\$ 135,2 bilhões, uma redução de 2,2% em relação ao mesmo período de 2012 (Tabela 11). As importações, em contraponto, subiram 9,3% nesse período, para US\$ 140,2, gerando um saldo negativo de US\$ 4,9 bilhões, queda de 150,3% em relação a 2012.

Apesar da tendência de alta do dólar em relação ao real no período, o que em tese favoreceria as exportações, o fluxo do comércio internacional tem sido afetado pela crise na Zona do Euro e pela redução do crescimento de algumas economias emergentes.

De acordo com o boletim divulgado pelo Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (BRASIL, 2013), registraram-se recuos das exportações para os principais blocos econômicos, a saber: Europa Oriental (-0,6%), Oriente Médio (-0,6%), União Europeia (-7,1%), África (-7,2%) e Estados Unidos (-14,8%). Apenas as vendas para o Mercosul e Ásia apresentaram aumento, cujos percentuais foram de 7,8% e 5,1%, respectivamente. Em contraponto, as importações se elevaram no período, de todos esses blocos econômicos, com destaque para África (17,5%), Mercosul (17,1%) e Estados Unidos (10,2%).

O agronegócio é um importante setor da economia, em termos de balança comercial brasileira. Até julho de 2013, o saldo comercial do agronegócio nacional representou US\$ 49,0 bilhões, enquanto o saldo comercial total contabilizava um prejuízo de US\$ 4,9 bilhões. Em comparação a igual período

de 2012, as exportações do agronegócio subiram 9,5%.

No Nordeste, as exportações totais caíram 11,6%, reduzindo-se de US\$ 10,7 milhões para US\$ 9,5 milhões. As importações totais subiram em proporção semelhante (12,5%), contribuindo para o aumento do déficit, que se elevou em 82,5% em relação ao período janeiro-julho de 2012, para US\$ 6,7 bilhões.

O agronegócio nordestino, comparando os dois períodos, teve suas exportações reduzidas em 10,7%, o que contribuiu, juntamente com a elevação das importações em 9%, para um aumento de 18,6% no déficit regional. A fatia de exportações do agronegócio nordestino sobre as exportações totais da Região se elevou de 44,6% para 45,0%, enquanto a mesma relação para as importações caiu de 9,4% para 9,1%. Já a participação do saldo do agronegócio nordestino em relação ao agronegócio nacional caiu de 7,7% para 5,7% no período, em virtude da redução na participação das exportações de 8,9% para 7,3%.

Bahia, Alagoas e Maranhão são os principais estados exportadores do agronegócio nordestino, sendo responsáveis, juntos, por 80% das exportações em 2013, aumento de 2,3 pontos percentuais em relação ao mesmo período de 2012. Apenas o Maranhão apresentou evolução positiva das exportações em relação ao período janeiro-julho de 2012, enquanto os demais tiveram reduções de 9% a 34%.

Os estados que mais importaram dentro do agronegócio nordestino foram Pernambu-

co, Ceará e Bahia, que, somados, concentram 74,4% das importações em 2013, contra 79,4% do total no mesmo período de 2012.

Os únicos estados que reduziram suas importações foram Alagoas (-37,4%), Bahia (-25%) e Piauí (-62,8%).

Tabela 11 – Nordeste – balança comercial do agronegócio, por estado – 2012 e 2013

US\$ milhões (Dados de janeiro a julho de cada ano.)

Região/Estado	2012			2013		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
Brasil - Total (a)	138.216,9	128.290,0	9.926,9	135.230,9	140.221,2	-4.990,3
Brasil - Agronegócio (b)	53.759,0	9.238,1	44.520,9	58.874,9	9.831,0	49.043,9
Nordeste - Total (c)	10.729,6	14.421,6	-3.692,1	9.486,1	16.225,9	-6.739,8
Nordeste - Agronegócio (d)	4.782,5	1.359,1	3.423,5	4.268,6	1.480,8	2.787,8
Alagoas	696,9	58,7	638,2	596,0	36,7	559,3
Bahia	2.621,6	444,1	2.177,5	2.384,0	333,3	2.050,7
Ceará	456,6	251,7	204,9	387,5	366,7	20,7
Maranhão	418,6	79,4	339,2	452,4	127,4	325,0
Paraíba	54,2	83,9	(29,7)	37,1	131,8	(94,7)
Pernambuco	247,5	383,5	(135,9)	203,4	402,4	(199,0)
Piauí	113,5	2,0	111,5	78,1	0,7	77,4
Rio Grande do Norte	106,6	30,9	75,7	86,5	47,5	38,9
Sergipe	67,0	24,9	42,1	43,7	34,3	9,5
Varição % 2013/2012						
Brasil - Total (a)				-2,2	9,3	-150,3
Brasil - Agronegócio (b)				9,5	6,4	10,2
Nordeste - Total (c)				-11,6	12,5	82,5
Nordeste - Agronegócio (d)				-10,7	9,0	-18,6
Alagoas				-14,5	-37,4	-12,4
Bahia				-9,1	-25,0	-5,8
Ceará				-15,1	45,7	-89,9
Maranhão				8,1	60,5	-4,2
Paraíba				-31,7	57,0	219,0
Pernambuco				-17,8	4,9	46,4
Piauí				-31,2	-62,8	-30,6
Rio Grande do Norte				-18,9	53,9	-48,6
Sergipe				-34,7	37,4	-77,5
Relações (%)						
b/a	38,9	7,2	448,5	43,5	7,0	-982,8
d/c	44,6	9,4	-92,7	45,0	9,1	-41,4
d/b	8,9	14,7	7,7	7,3	15,1	5,7

Fonte: Dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (BRASIL, 2013b). Elaboração do BNB, ETENE, Conjuntura Econômica.

Os principais produtos exportados pelo agronegócio do Nordeste são: Complexo soja; Produtos florestais; Complexo sucroalcooleiro; Couros, produtos de couro e peleteria; Fibras e produtos têxteis; e Frutas (inclui nozes e castanhas), que, juntos, totalizam 89% das exportações (US\$ 3,8 bilhões). O valor exportado com estes produtos reduziu-se 9,9% em relação ao mesmo período de 2012, destacando-se algumas perdas em re-

lação ao ano anterior, como as do Complexo sucroalcooleiro (-US\$ 169 milhões), Fibras e produtos Têxteis (-US\$ 129 milhões), e Frutas (inclui nozes e castanhas) (-US\$ 45 milhões). Os grupos Cereais, farinhas e preparações, Produtos alimentícios diversos, Pescados e Demais produtos de origem animal foram os únicos a aumentar suas exportações, nenhum em montante superior a US\$ 9 milhões (Tabela 12).

Tabela 12 – Nordeste – principais produtos exportados do agronegócio, janeiro a julho

Produtos	2012			2013			Variação	
	Valor (US\$ Milhões)	Part. %	% Acumulado	Valor (US\$ Milhões)	Part. %	% Acumulado	Absoluta	%
1 Complexo soja	1.392,6	29,1	29,1	1.349,8	31,6	31,6	(43)	-3,1
2 Produtos florestais	986,6	20,6	49,7	985,0	23,1	54,7	(2)	-0,2
3 Complexo sucroalcooleiro	966,1	20,2	69,9	796,7	18,7	73,4	(169)	-17,5
4 Couros, produtos de couro e peleteria	271,3	5,7	75,6	238,3	5,6	78,9	(33)	-12,2
5 Fibras e produtos têxteis	347,8	7,3	82,9	218,6	5,1	84,1	(129)	-37,1
6 Frutas (inclui nozes e castanhas)	257,0	5,4	88,3	211,8	5,0	89,0	(45)	-17,6
7 Cacau e seus produtos	149,4	3,1	91,4	108,3	2,5	91,6	(41)	-27,5
8 Sucos	95,1	2,0	93,4	72,3	1,7	93,3	(23)	-24,0
9 Demais produtos de origem vegetal	89,2	1,9	95,2	71,3	1,7	94,9	(18)	-20,1
10 Cereais, farinhas e preparações	36,3	0,8	96,0	45,0	1,1	96,0	9	23,8
11 Café	79,2	1,7	97,7	34,9	0,8	96,8	(44)	-55,9
12 Pescados	29,6	0,6	98,3	30,3	0,7	97,5	1	2,4
13 Produtos alimentícios diversos	19,5	0,4	98,7	25,6	0,6	98,1	6	31,8
14 Fumo e seus produtos	23,9	0,5	99,2	19,2	0,5	98,6	(5)	-19,4
15 Demais produtos de origem animal	6,5	0,1	99,3	7,4	0,2	98,7	1	14,1
16 Produtos apícolas	10,9	0,2	99,6	4,2	0,1	98,8	(7)	-61,8
Outros	21,5	0,4	100,0	49,6	1,2	100,0	28	131,4
TOTAL	4.782,5	100,0		4.269	100,0		(514)	-10,7

Fonte: Dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (BRASIL, 2013b). Elaboração do BNB, ETENE, Conjuntura Econômica.

Entre os produtos importados do agronegócio, 83,9% (US\$ 1,24 bilhão) está concentrado em seis grupos: Cereais, farinhas e preparações (US\$ 817,8 milhões), Produtos florestais (US\$ 119,6 milhões), Produtos oleaginosos (exclui soja) (US\$ 92,8 milhões), Complexo sucroalcooleiro (US\$ 78,2 milhões), Pescados (US\$ 67,9 milhões), e Fibras

e produtos têxteis (US\$ 66,8 milhões). O total importado aumentou, como um todo (US\$ 122 milhões, ou 9%, em relação ao período janeiro-julho de 2012), mas houve redução significativa em alguns grupos, como Cacau e seus produtos (-US\$ 132 milhões, ou -72,8%) e Produtos oleaginosos (exclui soja) (-US\$ 22 milhões, ou -18,9%) (Tabela 13).

Tabela 13 – Nordeste – principais produtos importados do agronegócio, janeiro a julho

Produtos	2012			2013			Variação	
	Valor (US\$ Milhões)	Part. %	% Acumulado	Valor (US\$ Milhões)	Part. %	% Acumulado	Absoluta	%
1 Cereais, farinhas e preparações	536,3	39,5	39,46	817,8	55,2	55,23	281	52,48
2 Produtos florestais	138,9	10,2	49,69	119,6	8,1	63,31	(19)	-13,90
3 Produtos oleaginosos (exclui soja)	114,4	8,4	58,10	92,8	6,3	69,57	(22)	-18,91
4 Complexo sucroalcooleiro	85,7	6,3	64,41	78,2	5,3	74,85	(8)	-8,78
5 Pescados	71,4	5,3	69,67	67,9	4,6	79,44	(4)	-4,91
6 Fibras e produtos têxteis	62,1	4,6	74,24	66,8	4,5	83,95	5	7,54
7 Cacau e seus produtos	181,1	13,3	87,56	49,2	3,3	87,27	(132)	-72,83
8 Frutas (inclui nozes e castanhas)	45,3	3,3	90,89	48,4	3,3	90,54	3	6,86
9 Bebidas	44,4	3,3	94,16	36,5	2,5	93,00	(8)	-17,81
10 Produtos hortícolas, leguminosas, raízes e tubérculos	16,3	1,2	95,36	30,0	2,0	95,03	14	84,40
11 Carnes	16,0	1,2	96,54	15,6	1,1	96,08	(0)	-2,72
12 Produtos alimentícios diversos	10,1	0,7	97,28	11,8	0,8	96,88	2	16,90
13 Demais produtos de origem vegetal	7,9	0,6	97,86	9,0	0,6	97,49	1	13,84
14 Lácteos	8,7	0,6	98,50	8,9	0,6	98,09	0	2,68
15 Rações para animais	5,6	0,4	98,91	4,5	0,3	98,39	(1)	-19,37
16 Couros, produtos de couro e peleteria	5,5	0,4	99,31	3,6	0,2	98,64	(2)	-34,00
Outros	9,3	0,7	100,00	20,2	1,4	100,00	11	115,94
TOTAL	1.359,1	100,0		1.480,8	100,0		122	8,96

Fonte: Dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (BRASIL, 2013b). Elaboração do BNB, ETENE, Conjuntura Econômica.

No que se refere aos produtos que são importados e exportados simultaneamente (Tabela 14), o grupo Cereais, farinhas e preparações teve o maior aumento de saldo negativo, entre 2012 e 2013 (de US\$ -500 milhões, passando a -US\$ 772 milhões). Em contraponto, o grupo Cacau e seus produtos

teve o maior aumento absoluto (US\$ 91 milhões), partindo de um saldo negativo de – US\$ 31,7 milhões para um positivo de US\$ 59,1 milhões. O saldo comercial total dos principais produtos exportados e importados simultaneamente caiu 27,4% no período (de US\$ 2 bilhões para US\$ 1,46 milhão).

Tabela 14 – Nordeste – saldo comercial dos principais produtos exportados e importados, simultaneamente, do agronegócio, janeiro a julho

Produtos	2012			2013			Variação	
	Valor (US\$ Milhões)	Part. %	% Acumulado	Valor (US\$ Milhões)	Part. %	% Acumulado	Absoluta	%
1 Produtos florestais	847,7	42,2	42,2	865,4	59,3	59,3	18	2,1
2 Complexo sucroalcooleiro	880,4	43,8	86,0	718,5	49,3	108,6	-162	-18,4
3 Couros, produtos de couro e peleteria	265,9	13,2	99,3	234,7	16,1	124,7	-31	-11,7
4 Frutas (inclui nozes e castanhas)	211,8	10,5	109,8	163,5	11,2	135,9	-48	-22,8
5 Fibras e produtos têxteis	285,7	14,2	124,0	151,8	10,4	146,3	-134	-46,9
6 Demais produtos de origem vegetal	81,3	4,0	128,1	62,3	4,3	150,6	-19	-23,4
7 Cacau e seus produtos	-31,7	-1,6	126,5	59,1	4,1	154,6	91	286,3
8 Produtos alimentícios diversos	9,4	0,5	127,0	13,8	0,9	155,6	4	47,8
9 Pescados	-41,8	-2,1	124,9	-37,6	-2,6	153,0	4	-10,1
10 Cereais, farinhas e preparações	-500,0	-24,9	100,0	-772,8	-53,0	100,0	-273	54,6
TOTAL	2.008,4	100,0		1.458,6	100,0		-550	-27,4

Fonte: Dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (BRASIL, 2013b). Elaboração do BNB, ETENE, Conjuntura Econômica.

REFERÊNCIAS

AGRAFNP. **Anualpec**: anuário da pecuária brasileira. São Paulo, 2012.

BMFBOVESPA. **Cotações on line**: boi gordo. ago. 2013. Disponível em: <<http://www2.bmf.com.br/pages/portal/bmfbovespa/boletim1/BoletimOnline1.asp?caminho=&page type=pop&Acao=BUSCA&cboMercadoria=B Gl>>. Acesso em: 12 ago. 2013.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Sistema de Estatísticas de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro**. Brasília, DF, 2013a. Disponível em: <http://dw.agricultura.gov.br/dwagrostat/seg_dwagrostat.principal_dwagrostat>. Acesso em: 9 ago. 2013.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Balança comercial**: unidades da federação. Brasília, DF, 2013b.

Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1076>>. Acesso em: 12 ago. 2013.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Acompanhamento de safra brasileira:** grãos, safra 2012/2013, décimo levantamento, ago. 2013. Brasília: CONAB, 2013a.

_____. **Acompanhamento de safra brasileira:** café, safra 2013, segunda estimativa, maio 2013. Brasília: CONAB, 2013b.

_____. **Acompanhamento de safra brasileira:** cana-de-açúcar, safra 2012/2013, segundo levantamento, ago. 2013. Brasília: CONAB, 2013c.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA. **Agromensal:** pecuária: informações de mercado. São Paulo, abr. 2013a. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2013/04_abril/Pecuaria.htm>. Acesso em: 12 ago. 2013.

_____. **Agromensal:** pecuária: informações de mercado. São Paulo, maio 2013b. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2013/05_maio/Pecuaria.htm>. Acesso em: 12 ago. 2013.

_____. **Agromensal:** pecuária: informações de mercado. São Paulo, jun. 2013c. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2013/06_junho/Pecuaria.htm>. Acesso em: 12 ago. 2013.

_____. **Cepea/leite:** preço sobe pelo 3º mês consecutivo e deve se manter firme, Piracicaba, abr. 2013d. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/comunicacao/Cepea_Leite_Abril_13.doc>. Acesso em: 12 ago. 2013.

_____. **Cepea/leite:** preço ao produtor é o maior em cinco anos, Piracicaba, maio 2013e. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/comunicacao/Cepea_Leite_Maio_13.doc>. Acesso em: 12 ago. 2013.

_____. **Cepea/leite:** produção segue baixa, demanda surpreende e preço sobe pelo 5º. Mês, Piracicaba, jun. 2013f. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/comunicacao/Cepea_Leite_Jun_13.doc>. Acesso em: 12 ago. 2013.

_____. **Indicadores de preços:** açúcar. São Paulo, 2013g. Disponível em: <<http://cepea.esalq.usp.br/acucar/#>>. Acesso em: 9 ago. 2013.

_____. **Indicadores de preços:** algodão. São Paulo, 2013h. Disponível em: <<http://cepea.esalq.usp.br/algodao/#>>. Acesso em: 9 ago. 2013.

_____. **Indicadores de preços:** café. São Paulo, 2013i. Disponível em: <<http://cepea.esalq.usp.br/cafe/#>>. Acesso em: 9 ago. 2013.

_____. **Indicadores de preços:** etanol. São Paulo, 2013j. Disponível em: <<http://cepea.esalq.usp.br/etanol/#>>. Acesso em: 9 ago. 2013.

_____. **Indicadores de preços:** milho. São Paulo, 2013k. Disponível em: <<http://cepea.esalq.usp.br/milho/#>>. Acesso em: 9 ago. 2013.

_____. **Indicadores de preços:** soja. São Paulo, 2013l. Disponível em: <<http://cepea.esalq.usp.br/soja/#>>. Acesso em: 9 ago. 2013.

_____. **Indicadores de preços:** soja. São Paulo, 2013l. Disponível em: <<http://cepea.esalq.usp.br/soja/#>>. Acesso em: 9 ago. 2013.

CONSULTORIA, MÉTODOS, ASSESSORIA E MERCANTIL S.A. **Trading Analysis Information.** São Paulo: CMA, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sidra:** levantamento sistemático da produção agrícola, defasagem de dois meses. Rio de Janeiro, DF, 2013a. Disponível em:

< <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=1618&z=t&o=26>>. Acesso em: 13 ago. 2013.

_____. **Sidra**: pesquisa agrícola municipal: dados até 2012. Rio de Janeiro, DF, 2013b. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl>

asp?c=1612&z=p&o=18>. Acesso em: 13 ago. 2013.

_____. **Sidra**: pesquisa pecuária municipal: dados até 2012. Rio de Janeiro, DF, 2013c. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=74&z=p&o=29>

Acesso em: 13 ago. 2013.

3.3 – Produção Industrial do Brasil

De acordo com a Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física (PIM-PF), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2013), a produção industrial brasileira, descontados os efeitos sazonais, decresceu 2,0% em julho de 2013, relativamente ao mês anterior, praticamente eliminando o avanço de 2,1% observado em junho. Na comparação com julho do ano anterior, a pro-

dução subiu 2%. Em doze meses, a produção da indústria acumula alta de 0,6% e, no ano (janeiro a julho), elevação de 2%. Por categoria de uso, apesar do recuo de julho/13 em relação a junho/13, os resultados no ano, nos últimos doze meses e em relação ao mesmo mês do ano precedente são, na sua maioria, positivos (Tabela 1).

Tabela 1 – Brasil: produção industrial física – julho/2013

Segmentos	Variação (%)			
	jul13/jun13 (com ajuste sazonal)	jul13/jul12	Acumulado no ano (jan-jul)	Acumulado em 12 meses
Classe de indústria				
Indústria geral	-2,0	2,0	2,0	0,6
Indústria extrativa mineral	0,0	-2,5	-5,8	-3,7
Indústria de transformação	-2,4	2,3	2,5	0,9
Categoria de uso				
Bens de capital	-3,3	15,2	14,2	2,4
Bens intermediários	-0,7	0,2	0,4	-0,1
Bens de consumo	-2,6	1,8	1,0	1,2
Duráveis	-7,2	-1,6	3,9	3,9
Semiduráveis e não duráveis	-1,5	2,9	0,1	0,4

Fonte: IBGE. Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física, 2013. Elaboração própria.

O decréscimo de julho/13 em relação ao mês precedente decorreu da queda na produção industrial em quinze das vinte e sete atividades pesquisadas. Dentre as indústrias que mais decresceram em julho figuram: farmacêutica (-10,7%), máquinas para escritório e equipamentos de informática (-9,4%) e veículos automotores (-5,4%). Ressalta-se, contudo, que a maior contribuição para a queda no indicador de julho deveu-se ao setor de veículos automotores, em razão do seu maior peso na composição do índice, que corresponde a 7,0% contra 3,5% da indústria farmacêutica. Por outro lado, apesar da queda do indicador geral da indústria, doze setores apresentaram crescimento positivo em relação a junho, com destaque para fumo

(8,3%), refino de petróleo e álcool (3,5%) e material eletrônico, aparelhos e equipamentos de comunicações (3,3%).

No comparativo de julho de 2013 em relação a julho de 2012, o acréscimo de 2,0% representa o quarto avanço consecutivo dessa série. Dentre as dezenove atividades que contribuíram positivamente para este resultado, destacam-se: calçados e artigos de couro (14,2%), equipamentos de instrumentação médico-hospitalar, ópticos e outros (14,0%) e outros equipamentos de transporte (12,8%). A análise dos dados de uma série histórica de um ano revela uma leve tendência de crescimento da indústria de transformação no País, apesar de recuos em diversos meses (Gráfico 1).

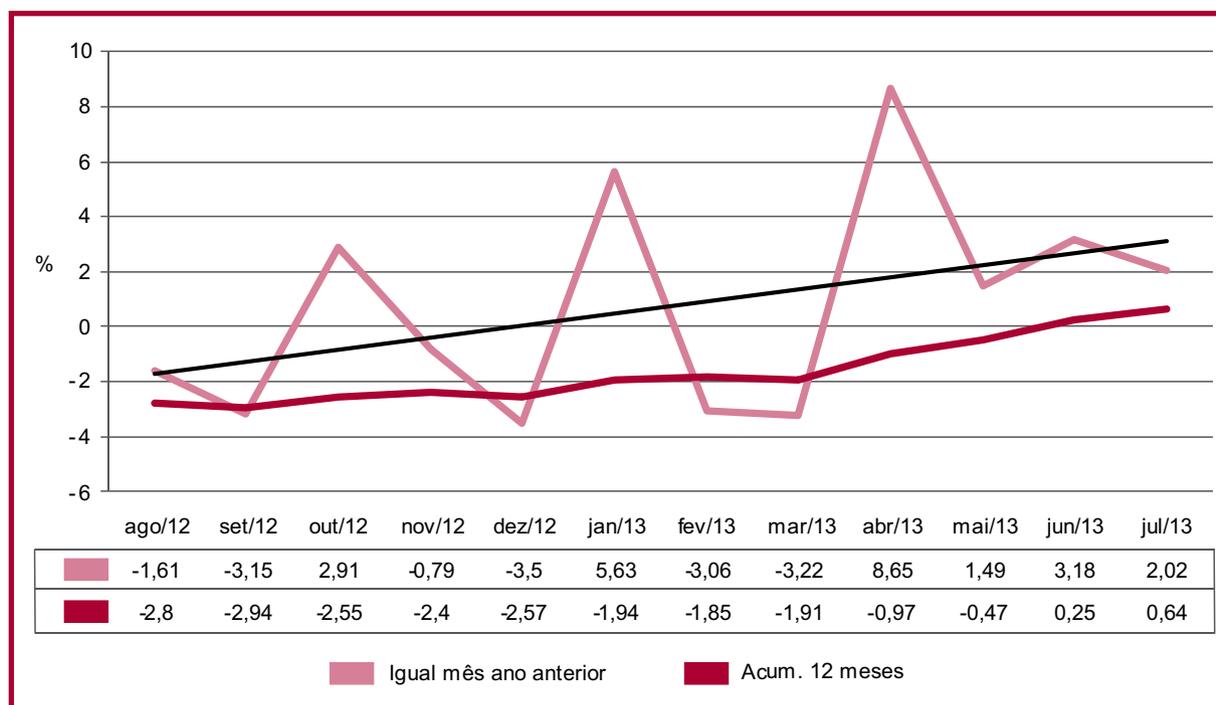


Gráfico 1 – Brasil: produção física industrial – agosto de 2012 a julho de 2013)

Fonte: IBGE. Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física, 2013. Elaboração própria.

A alta de 0,6% observada no acumulado de doze meses (ago12/jul13) teve a contribuição de doze atividades, com destaque para os setores: outros equipamentos de transportes (9,0%), refino de petróleo e álcool (7,8%) e madeira (6,3%). Observando

este indicador para uma série de um ano, observa-se uma leve tendência de crescimento da atividade industrial (Gráfico 1).

No acumulado do ano (jan-jul/13), o crescimento de 2,0% da produção industrial adveio do avanço em dezessete atividades, particu-

larmente dos setores de veículos automotores (13,2%) e refino de petróleo e álcool (8,9%).

Na análise por categoria de uso, constatou-se, em julho/13, queda em todos os grupos na comparação com junho/13, principalmente no de bens de consumo duráveis (-7,2%) e no de bens de capital (-3,3%). Os demais grupos apresentaram recuos menores: bens de consumo (-2,6%), semiduráveis e não duráveis (-1,5%) e bens intermediários (-0,7%).

O padrão oscilante nos doze últimos meses da indústria de transformação evidencia que esse segmento econômico ainda não entrou em uma trajetória contínua de expansão. Há, inclusive, segundo a Consultoria Tendências, em razão da fraca produção industrial, o risco de ocorrer PIB negativo no 3º trimestre. A queda de 3,3% na produção de bens de capital em julho acende o sinal de que nos próximos meses a economia pode crescer menos.

Tabela 2 – Brasil: indicadores conjunturais da indústria - Julho 2013

Indústria de transformação	jul13/jun13 dessaz.	jul13/jul12	Variação percentual	
			jan-jul13/jan-jul12	
Faturamento real (1)	-1,5	5,5	5,2	
Horas trabalhadas	-1,7	0,7	0,2	
Emprego	0,3	0,9	0,5	
Massa salarial real(2)	0,4	2,1	1,8	
Rendimento médio real(2)	-0,1	1,2	1,3	
Percentual médio				
	jul13	jun13	jul12	
Utilização da capacidade instalada dessaz.	82,2	82,3	82,2	

Fonte: CNI, 2013.

(1) Deflator: IPA/OG-FGV.

(2) Deflator: INPC-IBGE.

Com exceção do emprego e da massa salarial, nenhuma outra variável dessazonalizada registrou crescimento em julho frente ao mês anterior. De fato, os indicadores conjunturais da indústria de transformação brasileira relativos a julho/13, em relação ao mês precedente, apresentaram queda no faturamento real (-1,5%), nas horas trabalhadas (-1,7%) e no rendimento real médio (-0,1%) e crescimento no nível de emprego (0,3%) e da massa salarial real (0,4%). No entanto, essas variáveis, quando observadas na comparação de julho/13 com julho/12 e no acumulado do ano em relação a igual período do ano precedente, apresentaram resultados positivos (Tabela 2).

O Nível de Utilização da Capacidade Instalada (NUCI) de julho/13, correspondente a 82,2%, evidencia que a melhoria na produção observada nos últimos doze meses da atividade industrial não foram suficientes para promover maior expansão da utilização da capacidade instalada. A análise do NUCI por setor revela grande heterogeneidade no indicador, porquanto variou, em julho/13 relativamente a julho/12, entre -3,4% para produtos farmacêuticos e 3,9% para a metalurgia.

De acordo com o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI, 2013), o Brasil experimentou uma ligeira queda nas exportações dos produtos típicos da indús-

tria de transformação no primeiro semestre do ano frente a igual período de 2012, ficando em US\$ 67,7 bilhões. Esse valor, aliado ao acréscimo nas importações semestrais, proporcionou déficit de US\$ 33,3 bilhões para esses produtos.

Conforme detalha o IEDI, no que se refere ao intercâmbio de produtos da indústria de transformação pela classificação de intensidade tecnológica (alta, média-alta, média-baixa e baixa), os saldos dos três primeiros segmentos declinaram na comparação entre o acumulado até junho de 2013 e o de 2012.

O comércio dos bens produzidos por atividades de alta intensidade tecnológica percebeu déficit de US\$ 16,5 bilhões no primeiro semestre de 2013. As exportações caíram de US\$ 4,6 bilhões para US\$ 4,0 bilhões, o menor montante exportado desde a primeira metade de 2005. As importações cresceram para o patamar recorde de US\$ 20,6 bilhões.

O segmento de média-alta intensidade foi aquele a experimentar o maior déficit: saldo negativo de US\$ 30,4 bilhões. O Brasil exportou US\$ 18,8 bilhões em mercadorias tipicamente produzidas por atividades de média-alta intensidade.

Quanto aos bens tipicamente produzidos por atividades de média-baixa intensidade

tecnológica, experimentou, pela quarta vez consecutiva, saldo negativo para o primeiro semestre, apresentando déficit de US\$ 5,3 bilhões, o maior desde 1989 para o acumulado do ano até julho. O segmento de baixa intensidade tecnológica, por sua vez, continuou com saldo positivo e atingiu superávit recorde de US\$ 18,9 bilhões na série para janeiro-junho.

No que concerne particularmente à queda na produção brasileira da indústria têxtil (-3,1%) e de vestuário (-2,2%) nos sete primeiros meses do ano em relação a igual período de 2012, observa-se um contraste com a geração de emprego nesses setores, que foi superior ao dobro do observado no ano precedente. De acordo com a Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (ABIT, 2013), a geração de 30.447 empregos a mais do que no ano anterior foi causada pela desoneração da folha de pagamento, que permitiu a contratação dos trabalhadores informais. Ainda segundo a ABIT, esses dois setores devem fechar 2013 com redução de investimentos de 18,2% em relação a 2012, sinalizando maior redução de produção em termos relativos. Ressalta-se que o setor convive com déficit na balança comercial (US\$2,7 bilhões no primeiro semestre de 2013), em razão da concorrência expressiva de produtos asiáticos.

3.3.1 – Produção industrial do Nordeste

A atividade industrial nordestina registrou queda de 0,3% em julho de 2013 na comparação com o mês anterior. Essa retração foi inferior à brasileira, cujo indicador recuou 2,0%. Nas comparações interanuais, os resultados da Região permanecem positivos: avanço de 5,6% em relação a julho de 2012, crescimento de 2,4% no acumulado do ano e

aumento de 2,0% no acumulado dos 12 últimos meses (Tabela 3).

Analisando o comportamento do indicador mês/mês do ano anterior para o Nordeste nos últimos 12 meses, constata-se grande volatilidade, com oscilações entre -4,6% e 7,0%. Contudo, entre agosto de 2012 e ju-

lho de 2013, o indicador se mostra positivo, apresentando uma linha de tendência crescente (Gráfico 2).

O acréscimo de 5,6% no indicador mês/mesmo mês do ano anterior representa o

quarto resultado positivo consecutivo nessa base de comparação. Oito dos onze segmentos analisados assinalaram resultados positivos, com destaque para calçados e artigos de couro (21,3%), metalurgia básica (20,8%) e refino de petróleo e álcool (13,4%) (Gráfico 3).

Tabela 3 – Nordeste e estados: produção industrial física – julho/2013

Região/UF	Variação (%)			
	jul13/jun13 (com ajuste sazonal)	jul13/jul12	Acumulado no ano (jan-jul)	Acumulado em 12 meses
Nordeste	-0,3	5,6	2,4	2,0
Ceará	1,5	5,5	2,2	0,3
Pernambuco	-2,3	3,8	1,0	-0,3
Bahia	0,5	13,4	7,0	7,0

Fonte: IBGE. Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física, 2013. Elaboração própria.

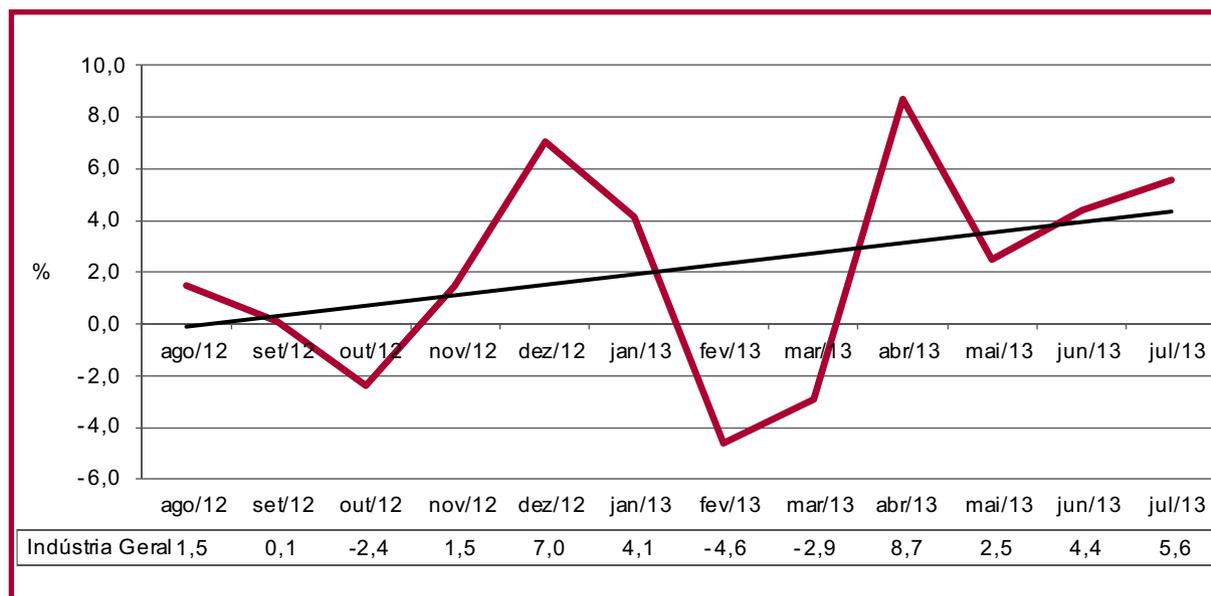


Gráfico 2 – Produção industrial nordestina – agosto de 2012 a julho de 2013. indicador mês/mesmo mês do ano anterior (%)

Fonte: IBGE. Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física, 2013. Elaboração própria.

No caso específico da indústria de calçados e artigos de couro do Nordeste, o aumento na produção não foi acompanhado pela geração de emprego. Ao contrário, de acordo com a Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (ABICALÇADOS, 2013b), o saldo de empregos formais em julho recuou 4,2% frente ao mesmo mês de 2012, significando

a perda de 5.081 postos de trabalho nessa atividade.

No que se refere às principais economias estaduais da Região, o Ceará apresentou crescimento de 1,5% no mês de julho/2013 na sua produção industrial, comparativamente ao mês precedente. Trata-se do estado nordestino que apresentou o melhor resulta-

do, dentre os três analisados pela pesquisa. Já nas comparações interanuais, a indústria cearense registrou avanço de 5,5% no indi-

cadador mensal de julho/2013, alta de 2,2% no acumulado do ano e crescimento de 0,3% nos doze últimos meses (Tabela 3).

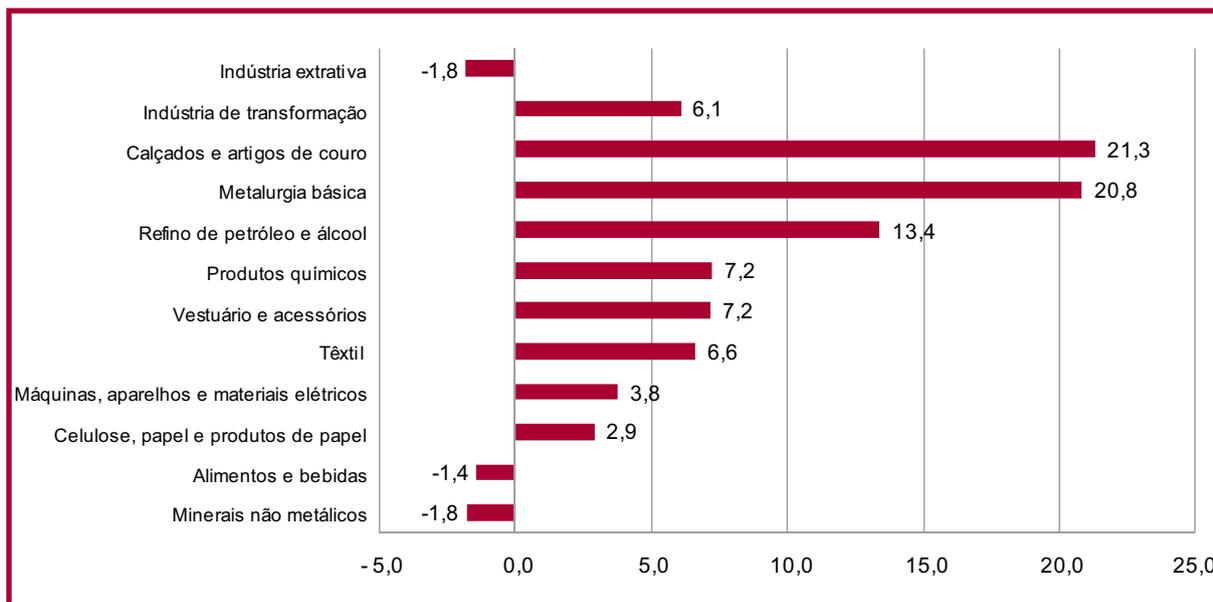


Gráfico 3 – Nordeste: variação da produção industrial mensal em relação ao mesmo mês do ano anterior de setores industriais – julho/2013 (%).

Fonte: IBGE. Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física, 2013. Elaboração própria.

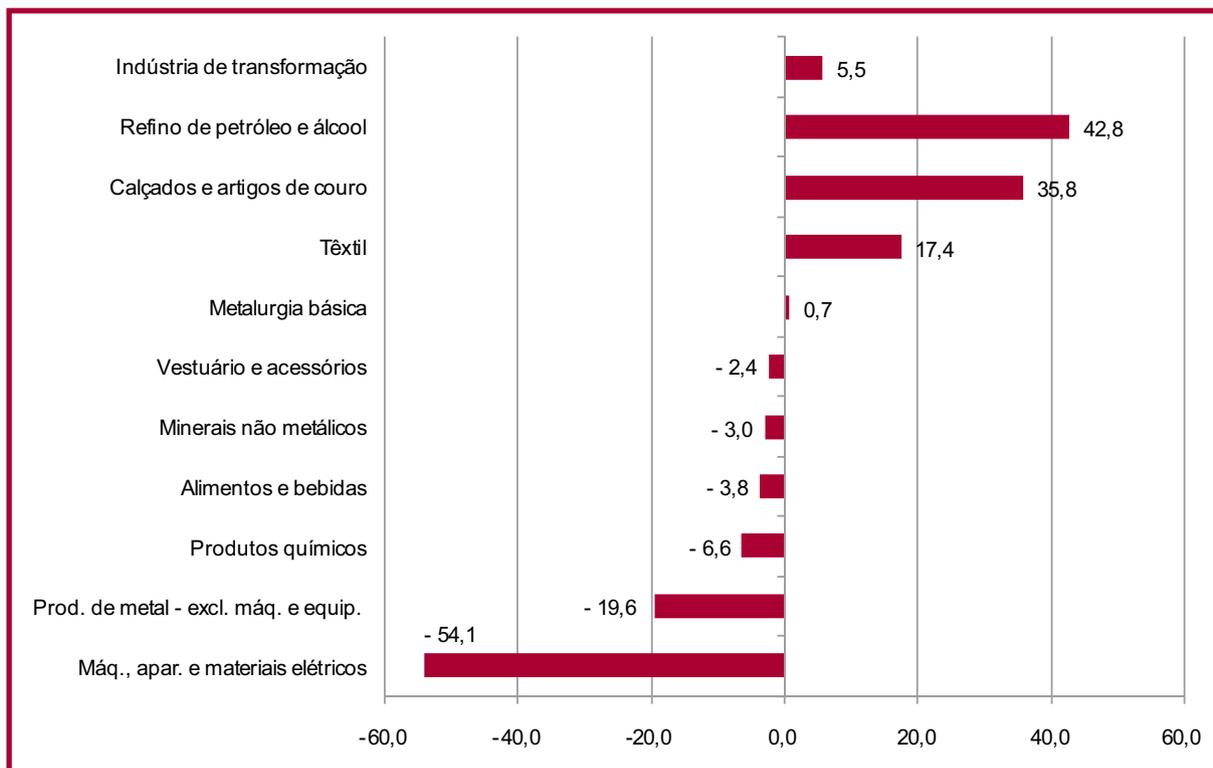


Gráfico 4 – Ceará. Classe e gêneros da indústria de transformação. julho de 2013 – indicador mês/mesmo mês do ano anterior

Fonte: IBGE. Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física, 2013. Elaboração própria.

Quatro dos dez ramos investigados apresentaram crescimento em julho de 2013, comparativamente ao mesmo mês do ano anterior. Desses, os seguintes setores apresentaram avanços expressivos: refino de petróleo e álcool (42,8%), calçados e artigos de couro (35,8%) e têxtil (17,4%). As maiores retrações foram verificadas em máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-54,1%), produtos de metal (-19,6%) e produtos químicos (-6,6%) (Gráfico 4).

Diferentemente do que foi observado para todo o Nordeste, a expansão da produção do segmento de calçados e artigos de couros no Ceará refletiu-se na geração de novos postos de trabalho. De acordo com a Abicalçados (2013b), utilizando dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED/MTE), foram gerados nos primeiros sete meses de 2013 no Estado 3.759 empregos, sendo o estoque de postos de trabalho no final de julho/13 6,1% superior ao de julho do ano precedente, melhor resultado dentre os principais estados produtores.

Ainda de acordo com a Abicalçados (2013a), no que se refere às exportações de calçados do Estado, embora tenha ocorrido

aumento do quantum de 12,8% nos primeiros sete meses de 2013 em comparação a igual período do ano anterior, houve redução de 8,4% no valor exportado, reflexo da redução do valor médio do calçado exportado, que caiu de US\$ 7,11 para US\$ 5,77.

Em Pernambuco, a atividade industrial registrou queda de 2,3% em julho/13 no confronto com o mês imediatamente anterior, após quatro meses consecutivos de avanço. Em bases interanuais, a indústria pernambucana registrou alta de 3,8% em julho/2013 relativamente a igual mês de 2012, crescimento de 1,0% no acumulado do ano e queda de 0,3% nos doze últimos meses (Tabela 3).

O crescimento de 3,8% da indústria de transformação em Pernambuco, na comparação julho13/julho12, decorreu da variação positiva de oito das onze atividades investigadas. Os maiores avanços couberam à indústria têxtil (15,8%), produtos químicos (11,7%) e calçados e artigos de couro (11,3%). Por outro lado, apresentaram retração da produção no período os setores de borracha e plástico (-16,9%) e minerais não metálicos (-7,0%). O setor de refino de petróleo e gás manteve-se estável no período (Gráfico 5).

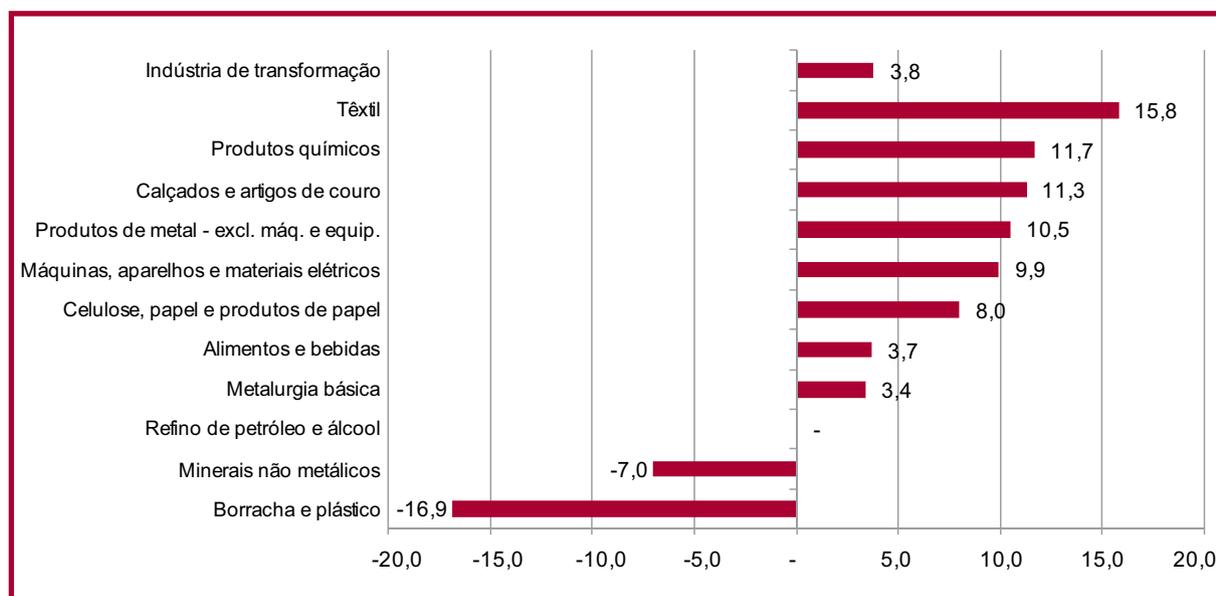


Gráfico 5 – Pernambuco. Classe e gêneros da indústria de transformação – julho de 2012 a julho de 2013 – indicador mês/mesmo mês do ano anterior

Fonte: IBGE. Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física, 2013. Elaboração própria.

Na Bahia, constatou-se um aumento de 0,5% da produção industrial em julho na comparação com o mês anterior. Nos indicadores interanuais, os resultados também foram positivos: 3,4% no comparativo mês/mesmo mês do ano anterior, 7,0% no acumulado do ano e 7,0% nos doze últimos meses (ver Tabela 3).

A alta de 3,4% no indicador mensal interanual da indústria baiana refletiu o avanço de oito dos nove ramos pesquisados¹. As principais contribuições positivas ocorreram nos segmentos de metalurgia básica (100,2%) e

de veículos automotores (66,0%). Por outro lado, apenas o ramo de minerais não metálicos apresentou variação negativa (-2,5%) (Gráfico 6).

Conforme já ressaltado em edição anterior, a lenta recuperação da indústria nordestina está associada ao cenário externo de retração da atividade econômica e ao crescente protecionismo de tradicionais importadores de produtos da Região. Ademais, muitos setores industriais ainda sentem o efeito da forte estiagem que tem assolado a Região nos dois últimos anos.

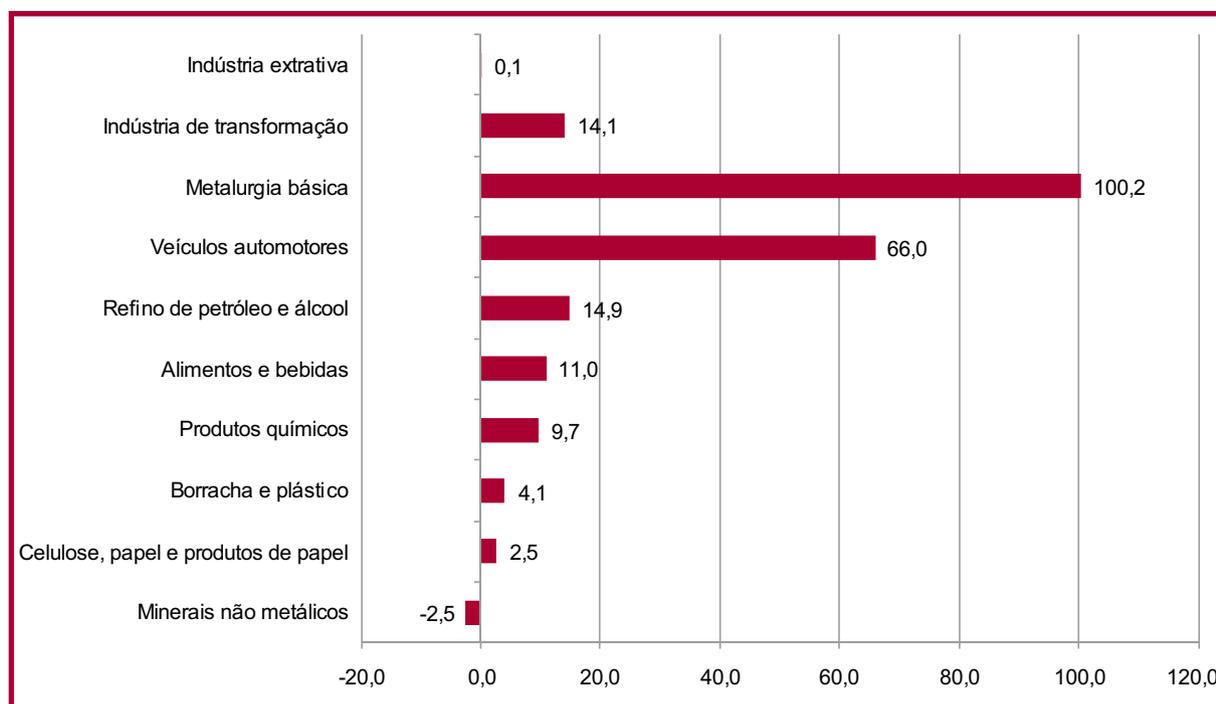


Gráfico 6 – Bahia. Classe e gêneros da indústria de transformação e indústria extrativa – julho de 2013 – indicador mês/mesmo mês do ano anterior

Fonte: IBGE. Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física, 2013. Elaboração própria.

REFERÊNCIAS

ABICALÇADOS. **Comércio exterior de calçados exportação:** evolução das exportações brasileiras de calçados e os princi-

pais países de destino. Disponível em: <<http://www.abicalcados.com.br/site/routines.php?action=downFile&caminho=../>>

¹ Diferentemente de Pernambuco e Ceará, no estado da Bahia é incluída a indústria extrativa na pesquisa.

upload/site_inteligencia/arquivo_NjQ013814100070.pdf>. Acesso em: 10 set. 2013a.

_____. **Evolução do emprego na indústria de calçados**, Novo Hamburgo, set. 2013. Disponível em: <http://www.abicalcados.com.br/site/routines.php?action=downFile&caminho=../upload/site_inteligencia/arquivo_NTM313823707150.pdf>. Acesso em: 10 set. 2013b.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA TÊXTIL E DE CONFECÇÃO. Investimentos no setor têxtil devem cair 18% em 2013. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 29 jul. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

<mercado/121223-mercado-aberto.shtml>> Acesso em: 29 jul. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa industrial mensal: produção física**. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo2.asp?e=c&p=PZ&v=28&z=t&o=22>> Acesso em: 10 set. 2013.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. **Carta IEDI n. 581: do déficit dos bens da indústria de transformação ao déficit da balança comercial**. São Paulo, 19 jul. 2013. Disponível em: <http://www.iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_581.html> Acesso em: 10 set. 2013.

3.4 – Desempenho do Comércio Varejista no Brasil

O comércio varejista brasileiro apresentou desempenho positivo pelo terceiro mês, no primeiro semestre de 2013, com crescimento acumulado em volume de vendas de 3,8% no comércio varejista ampliado e de 3,5% no comércio varejista restrito, conforme resultados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2013).

A PMC reúne dados de 5.700 empresas sediadas no território nacional, com 20 ou mais empregados e receita bruta oriunda, predominantemente, da atividade comercial varejista. A presente análise do desempenho do comércio se baseia no conceito de “volume de vendas” da PMC, o qual representa valores nominais correntes deflacionados por ín-

dices de preços específicos para cada grupo de atividades e estado da Federação.

Na Tabela 1, tem-se a participação percentual dos dez grupos de atividades na composição da taxa mensal do volume de vendas do comércio varejista em junho 2013. Os três grupos de atividades que mais se destacaram no comércio varejista restrito foram: combustíveis e lubrificantes (48,2%), outros artigos de uso pessoal e doméstico (42,9%) e artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria (25,6%). Hipermercados, supermercados, alimentos, bebidas e fumo foi o grupo de atividades com maior impacto negativo (-24,4%) na formação da taxa global do comércio varejista restrito, em face de variações negativas em relação ao mês anterior (-0,4%) e a junho de 2012 (-0,8%).

Tabela 1 – Brasil: participação relativa dos resultados setoriais na formação da taxa mensal do comércio varejista em volume de vendas – junho 2013

Grupos de atividades	Comércio varejista (%)	
	Restrito	Ampliado
Combustíveis e lubrificantes	48,2	-22,8
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	42,9	-20,3
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria	25,6	-12,2
Móveis e eletrodomésticos	20,2	-9,6
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	6,0	-3,1
Livros, jornais, revistas e papelaria	-1,2	0,5
Tecidos, vestuário e calçados	-17,3	8,1
Hipermercados, supermercados, alimentos, bebidas e fumo	-24,4	11,7
Veículos, motos, partes e peças		167,5
Material de construção		-19,8
Taxa Global	100,0	100,0

Fonte: IBGE, 2013.

Em geral, os resultados do comércio varejista no semestre foram influenciados por fatores favoráveis e desfavoráveis. No primeiro caso, ainda repercutem as medidas governamentais de estímulo à demanda, tais como redução do IPI para eletrodomésticos, em novembro de 2011, para móveis, em março de 2012, e para automóveis, em maio de 2012.

No segundo caso, verificaram-se aumentos de juros e inflação, expansão mais moderada das oportunidades de trabalho e permanência de níveis elevados de endividamento e comprometimento da renda das famílias (LCA, 2013; CNC, 2013) e queda da confiança do consumidor em relação a janeiro. Instituto Brasileiro de Economia (IBRE, 2013).

A Tabela 2 mostra os resultados do comércio varejista em 2013 e explicações sintéticas do desempenho dos dez grupos de atividades, dispostos em ordem decrescente de sua contribuição para a formação da taxa global do comércio varejista restrito.

Em junho de 2013, o comércio varejista restrito apresentou variação de 0,5% em relação a maio. Das oito atividades, cinco apresentaram resultados positivos. Já o comércio varejista ampliado, obtido pela inclusão dos grupos de atividades veículos, motocicletas, partes e peças e material de construção (os quais incluem vendas no varejo e no atacado), registrou, em junho, crescimento de 1,0% em relação a maio de 2013.

Na comparação com junho de 2012, seis grupos de atividades apresentam desempenho positivo, com destaque para: combustíveis e lubrificantes (8,2%), outros artigos de uso pessoal e doméstico (7,8%) e artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria (6,6%) e equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (6,6%). A atividade com pior desempenho foi veículos, motos, partes e peças (-9,3%).

A projeção de crescimento da LCA (2013) para o comércio varejista restrito situa-se em torno de 4,5%.

Tabela 2 – Brasil: desempenho do comércio varejista em volume de vendas por grupos de atividades – junho 2013

Grupos de atividades/fatores de desempenho	Desempenho (%) ⁽¹⁾		
	A ⁽²⁾	B ⁽³⁾	C ⁽⁴⁾
Comércio varejista restrito	0,5	1,7	3,0
Combustíveis e lubrificantes			
Fator de desempenho: aumento do preço em 3,5% do item “combustíveis” nos últimos 12 meses contra 6,7% de aumento do IPCA.	0,9	8,2	6,2
Outros artigos de uso pessoal e doméstico			
Fator de desempenho: bons resultados do primeiro semestre refletem a coincidência de datas importantes para presentes, como da Páscoa, Dia das Mães, Dia dos Namorados.	-0,1	7,8	9,8
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria			
Fatores de desempenho: expansão da massa de salários e a essencialidade dos produtos.	1,0	6,6	8,6
Móveis e eletrodomésticos			
Fatores de desempenho: política de incentivo do Governo ao consumo, com manutenção de alíquotas de IPI reduzidas para móveis e eletrodomésticos, embora cada vez menores. O bom desempenho do grupo no segundo trimestre foi puxado pelos “eletrodomésticos”, que cresceram 11%, enquanto o item “móveis” ficou negativo.	1,8	2,9	3,8
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação			
Fator de desempenho: bons resultados do grupo resultaram da deflação dos preços dos produtos. Houve desaceleração da venda de PCS entre o primeiro e o segundo trimestres, mas a venda de tablets continua em expansão.	-0,5	6,6	3,7
Livros, jornais, revistas e papelaria			
Fatores de desempenho: aumento de renda e diversificação da linha de produtos, principalmente pelas grandes livrarias.	1,0	-3,0	4,4
Tecidos, vestuário e calçados			
Fator de desempenho: a desaceleração das vendas se explica pelo crescimento dos preços nos últimos 12 meses (6,7% no grupo “vestuário”, segundo IPCA).	-1,4	-3,2	3,0
Hipermercados, supermercados, alimentos, bebidas e fumo			
Fator de desempenho: desaceleração do volume resultou da alta dos preços nos últimos 12 meses (13,6% no Subgrupo Alimentação no Domicílio do IPCA).	-0,4	-0,8	0,3
Comércio varejista ampliado	1,0	-2,0	3,7
Veículos, motos, partes e peças			
Fator de desempenho: medidas anunciadas pelo Governo, que levaram a zero o IPI sobre carros 1.0 e pela metade o imposto sobre as demais cilindradas, se deram no final de maio de 2012, e começaram a surtir efeito sobre as vendas no mês de junho.	0,9	-9,3	4,2
Material de construção			
Fatores de desempenho: redução do IPI para uma cesta de produtos do setor, melhores condições de crédito habitacional (aumento da oferta em 37,6% em 2012) e evolução do Programa Minha Casa Minha Vida foram os principais fatores de desempenho positivo do grupo ao longo do semestre.	0,6	5,0	6,8

Fonte: Dados do IBGE, 2013; LCA, 2013. Elaboração do BNB, ETENE, Conjuntura Econômica.

(1) Índices de desempenho.

(2) Índice mês/mês – jun./mai. 2013, série com ajuste sazonal.

(3) Índice mensal – jun. 2013/2012.

(4) Índice acumulado em 2013

Em junho de 2013, o comércio varejista restrito apresentou variação de 0,5% em relação a maio. Das oito atividades, cinco apresentaram resultados positivos. Já o comércio varejista ampliado, obtido pela inclusão dos grupos de atividades veículos, motocicletas, partes e peças e material de construção (os quais incluem vendas no varejo e no atacado), registrou, em junho, crescimento de 1,0% em relação a maio de 2013.

Na comparação com junho de 2012, seis grupos de atividades apresentam desempe-

nho positivo, com destaque para: combustíveis e lubrificantes (8,2%), outros artigos de uso pessoal e doméstico (7,8%) e artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria (6,6%) e equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (6,6%). A atividade com pior desempenho foi veículos, motos, partes e peças (-9,3%).

A projeção de crescimento da LCA (2013) para o comércio varejista restrito situa-se em torno de 4,5%.

3.4.1 – Desempenho do Comércio no Nordeste

A PMC não agrupa o desempenho do comércio por região. Considerando o resultado acumulado em 2013 do comércio varejista ampliado, o Gráfico 1 mostra que seis estados nordestinos tiveram desempenho igual ou superior ao do Brasil (3,7%), com desta-

que para Rio Grande do Norte (9,3%), Paraíba (8,3%) e Maranhão (7,8%). Entretanto, dois estados de economia mais expressiva – Bahia e Ceará – registraram taxas de crescimento bem abaixo da média nacional.

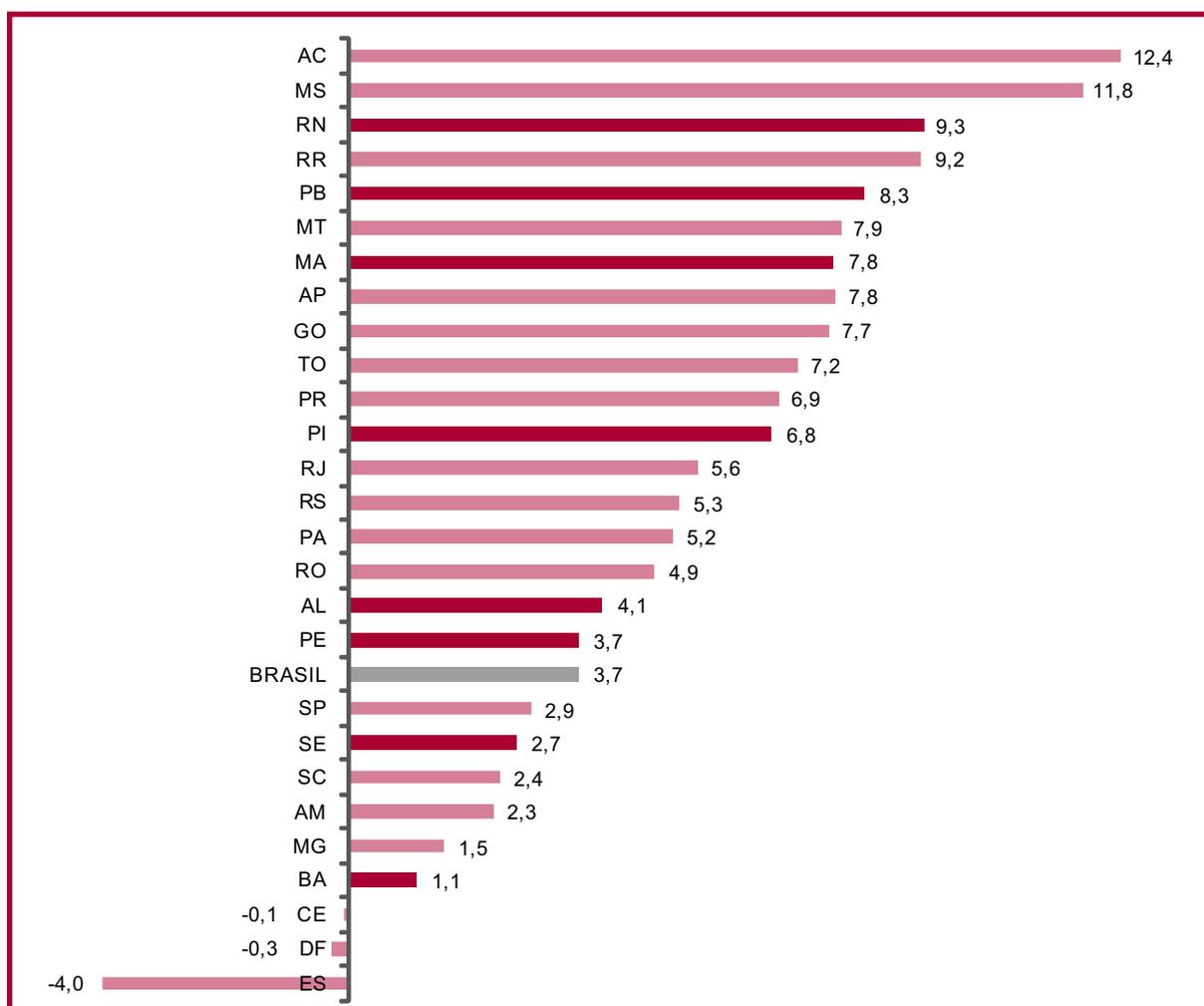


Gráfico 1 – Brasil: crescimento percentual acumulado do volume do comércio varejista ampliado – junho 2013

Fonte: IBGE, 2013.

REFERÊNCIAS

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO. **Pesquisa nacional de intenção de consumo das famílias**. Rio de Janeiro, ago. 2013. Disponível em: <<http://www.cnc.org.br/central-do-conhecimento/pesquisas/pesquisa-de-intencao-de-consumo-das-familias-icf-agosto-de-2013>>. Acesso em: 21 ago. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA. FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. **Sondagem de expectativas do consumidor**. Rio de Janeiro, ago. 2013. Disponível em: <http://portalibre.fgv.br/main.jsp?lumPagelId=402880811D8E34B9011D9852965E3CD4>. Acesso em: 21 ago. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores IBGE**: pesquisa mensal de comércio. Rio de Janeiro, jun. 2013. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Comercio_e_Servicos/Pesquisa_Mensal_de_Comercio/Fasciculo_Indicadores_IBGE/pmc_201306caderno.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2013.

LCA SETORIAL. **Relatório trimestral de consumo e varejo**. São Paulo, 2013.

4 – EMPREGO E RENDIMENTO

Os resultados do mercado de trabalho continuam favoráveis, mas começam a apresentar sinais de desaceleração no ritmo de crescimento do emprego e do rendimento, fato que está em linha com a perspectiva de crescimento moderado da economia para 2013.

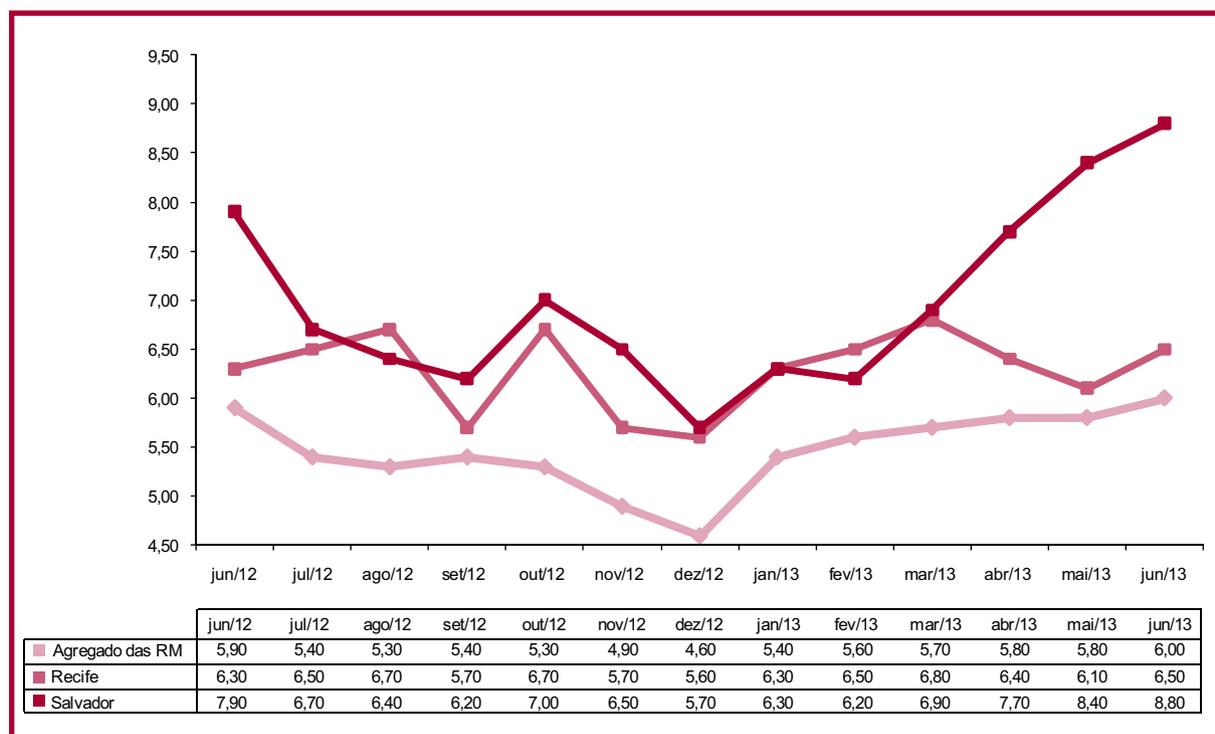


Gráfico 01 – Taxa de desocupação por Região Metropolitana

Fonte: IBGE. Indicadores IBGE: pesquisa mensal de emprego. jun. 2013.

Os dados mais recentes da Pesquisa Mensal do Emprego (PME) assinalam estabilidade na taxa de ocupação estimada para o conjunto das seis regiões metropolitanas. A taxa de desocupação estimada em junho foi ligeiramente superior à registrada em maio (5,8%). A estabilidade também é observada na comparação frente ao mesmo período de 2012, quando o contingente de desocupados era de 1,4 milhão contra 1,5 milhão de desocupados em 2013.

A visível estabilidade na taxa de desocupação nesse período pode ser atribuída à redução no ritmo de crescimento da população ocupada, que em junho de 2013 (23 milhões para o total das seis regiões) também não mostrou alteração significativa na comparação com maio, em relação ao mesmo período do ano anterior, houve incremento de apenas 0,6%, correspondente à inserção de 143 mil pessoas na população ocupada. Outro fator que ajuda a explicar esse

comportamento da taxa de desocupação é a trajetória da População Economicamente Ativa (PEA), que apresentou um crescimento interanual mais modesto nos últimos doze meses (0,9%).

A taxa de desocupação apurada para as regiões metropolitanas de Recife e Salvador também ficou estável. A maior alteração ocorreu em Salvador, onde o contingente de pessoas desocupadas aumentou 23,1% em junho de 2013 (34 mil pessoas) na comparação com o mesmo período do ano anterior.

Na tabela 1, tem-se a segmentação da população ocupada por setor de atividade,

cuja comparação com junho/12 mostra que o crescimento na população ocupada para o agregado das regiões foi impulsionado, especialmente, pela atividade de educação, saúde e administração pública, com variação de 6% em relação ao mesmo período de 2012 (inserção de 226 mil trabalhadores). As outras atividades com variação positiva foram: outros serviços (1,4%), comércio (1,1%) e serviços prestados (1,0%). Essas variações se refletiram em aumento da participação dessas atividades dentro da população ocupada, conforme pode ser observado na tabela 1.

Tabela 1 – População ocupada nas Regiões Metropolitanas de Recife e Salvador (%), segundo grupamento de atividades. Junho 2012/2013

GRUPAMENTOS DE ATIVIDADE	TODAS 6 RMs		RECIFE		SALVADOR	
	% População Ocupada		% População Ocupada		% População Ocupada	
	jun/12	jun/13	jun/12	jun/13	jun/12	jun/13
Indústria	16,20	15,50	11,50	11,10	9,40	9,10
Construção	7,70	7,60	7,20	7,60	10,30	8,80
Comércio	18,70	18,80	23,10	24,20	20,80	22,80
Serviços Prestados às Empresas	16,10	16,20	16,40	15,30	15,50	16,20
Educação, Saúde e Adm. Pública	16,40	17,30	18,50	18,90	18,60	18,10
Serviços Domésticos	6,40	6,30	7,00	6,90	8,00	6,70
Outros Serviços	17,70	17,80	15,80	15,50	16,40	17,60

Fonte: IBGE. Indicadores IBGE: pesquisa mensal de emprego. jun. 2013.

A população ocupada na Região Metropolitana de Recife declinou 3,2% (perda de 51 mil postos de trabalhos) em relação ao mesmo período do ano passado. As atividades com as maiores variações negativas foram: serviços prestados às empresas (9,5%), indústria (7,5%) e outros serviços (5,10%).

A Região Metropolitana de Salvador teve na comparação interanual crescimento de 10,3% na população ocupada (177 mil pessoas). Os maiores incrementos foram observados no comércio (20,8%), nos outros

serviços (18,5%) e nos serviços prestados às empresas (15,5%). Houve, também, significativa redução da participação dos serviços domésticos na população ocupada, possivelmente, um reflexo da PEC das domésticas que resultou em aumento dos custos e realocação dessa população em outras atividades, uma vez que não aconteceu redução na população ocupada nesse período.

Na distribuição da população ocupada por posição na ocupação, os empregados com carteira são a categoria que mais cresce.

A evolução do emprego com e sem carteira nos últimos nove anos para o mês de junho está apresentada na tabela 2, onde é possível perceber que a trajetória crescente do emprego com carteira é acompanhada de queda da participação dos empregados sem carteira, o que mostra o aumento da formalização nos últimos anos.

No âmbito regional, o conjunto da série mostra aumento na participação dos empregados com carteira em detrimento da queda da população ocupada sem carteira. Por outro lado, Salvador na última comparação interanual apresentou comportamento distinto do agregado das regiões, com a participação da população com carteira declinando de 46,7 para 46%, enquanto os sem carteira foram de 10,3 para 11% da população ocupada.

Tabela 2 – Empregados no setor privado (%). Março 2005/2013

Mês/Ano	Todas 6 RM		RM Recife		RM Salvador	
	com carteira	sem carteira	com carteira	sem carteira	com carteira	sem carteira
jun/05	40,3	15,6	34,1	15,1	35,8	13,3
jun/06	41,2	14,6	33,6	15,4	34,8	14,7
jun/07	41,8	14,0	35,7	14,8	36,3	13,0
jun/08	43,8	13,4	37,7	11,1	39,0	13,7
jun/09	44,8	12,9	40,2	10,8	40,1	12,2
jun/10	46,4	12,2	43,3	10,3	41,3	11,2
jun/11	48,2	11,2	44,5	11,3	44,1	11,1
jun/12	48,7	10,8	42,9	11,4	46,7	10,3
jun/13	49,9	9,6	45,8	9,4	46,0	11,0

Fonte: IBGE. Indicadores IBGE: pesquisa mensal de emprego. jun. 2013.

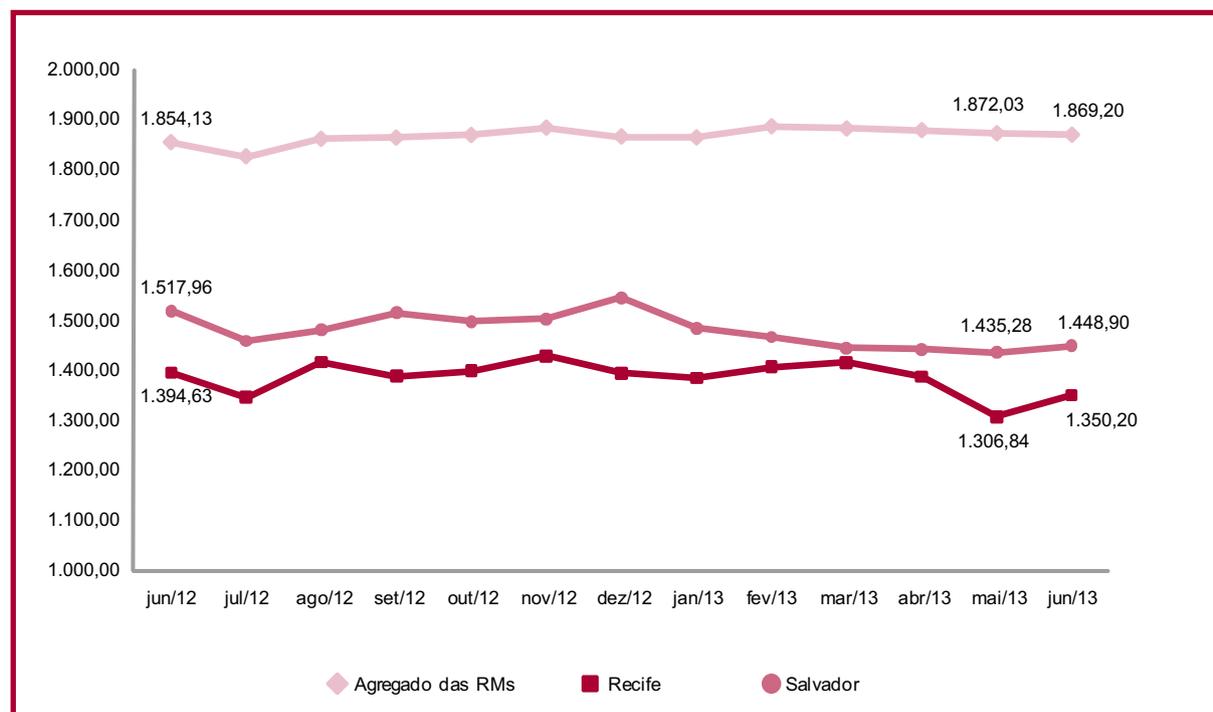


Gráfico 02 – Rendimento real habitual médio (em R\$) – junho de 2012 a junho de 2013

Fonte: IBGE. Indicadores IBGE: pesquisa mensal de emprego. jun. 2013.

Em relação ao rendimento, a PME estimou para o total das seis regiões pesquisadas, um rendimento médio real habitual dos trabalhadores de R\$ 1.869,20, correspondendo a um valor 0,2% menor em relação a maio/12 e 0,8% maior do que o verificado em junho de 2012.

Na análise regional, a comparação entre junho de 2012 e junho de 2013 mostra perda de poder aquisitivo para os trabalhadores das regiões metropolitanas de Recife e Salvador, com queda de 3,2% e 4,5% no rendimento real de Recife e Salvador, respectivamente.

REFERÊNCIAS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores IBGE:** pesquisa mensal de emprego. Rio de Janeiro, jun. 2013. Disponível em: <[http://www.ibge.gov](http://www.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Mensal_de_Emprego/fasciculo_indicadores_ibge/2013/pme_201306pubCompleta.pdf)

[br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Mensal_de_Emprego/fasciculo_indicadores_ibge/2013/pme_201306pubCompleta.pdf](http://www.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Mensal_de_Emprego/fasciculo_indicadores_ibge/2013/pme_201306pubCompleta.pdf)>. Acesso em: 19. jun. 2013.

4.1 – Considerações Adicionais sobre Emprego Formal

De acordo com os dados divulgados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do Ministério do Trabalho e Emprego, no 1º semestre 2013 registrou-se a segunda pior geração líquida de emprego formal dos últimos dez anos. Para o mês de junho, a geração de postos de trabalho foi inferior ao ano anterior: 123.836 postos, em 2013, contra 163.227, em 2012.

A Região Nordeste do País, também vem experimentando desaceleração no ritmo de contratação de mão de obra. No 1º semestre de 2013, foram retirados 26.570 postos de trabalho na Região, resultado de uma queda frente ao resultado alcançado em 2012, onde foram gerados 27.743 vagas de trabalho. Vale destacar que a Região Nordeste também registra contínua perda de partici-

pação na geração de novas vagas de trabalho celetista no País desde 2010. O Gráfico 3 mostra a evolução do saldo do emprego regionalmente para o intervalo de 2004/2013, onde se percebe que o Nordeste apresenta a pior marca de geração de emprego nos anos apresentados.

A piora do mercado de trabalho no início deste ano ocorre devido a um aumento dos desligamentos, influenciados, por sua vez, pela decepção com a demora pela retomada do crescimento econômico e com a perda da confiança dos empresários. No segundo trimestre, o emprego formal mostra sinais de recuperação com saldos positivos para os meses de abril, maio e junho, conforme mostra o gráfico 4.

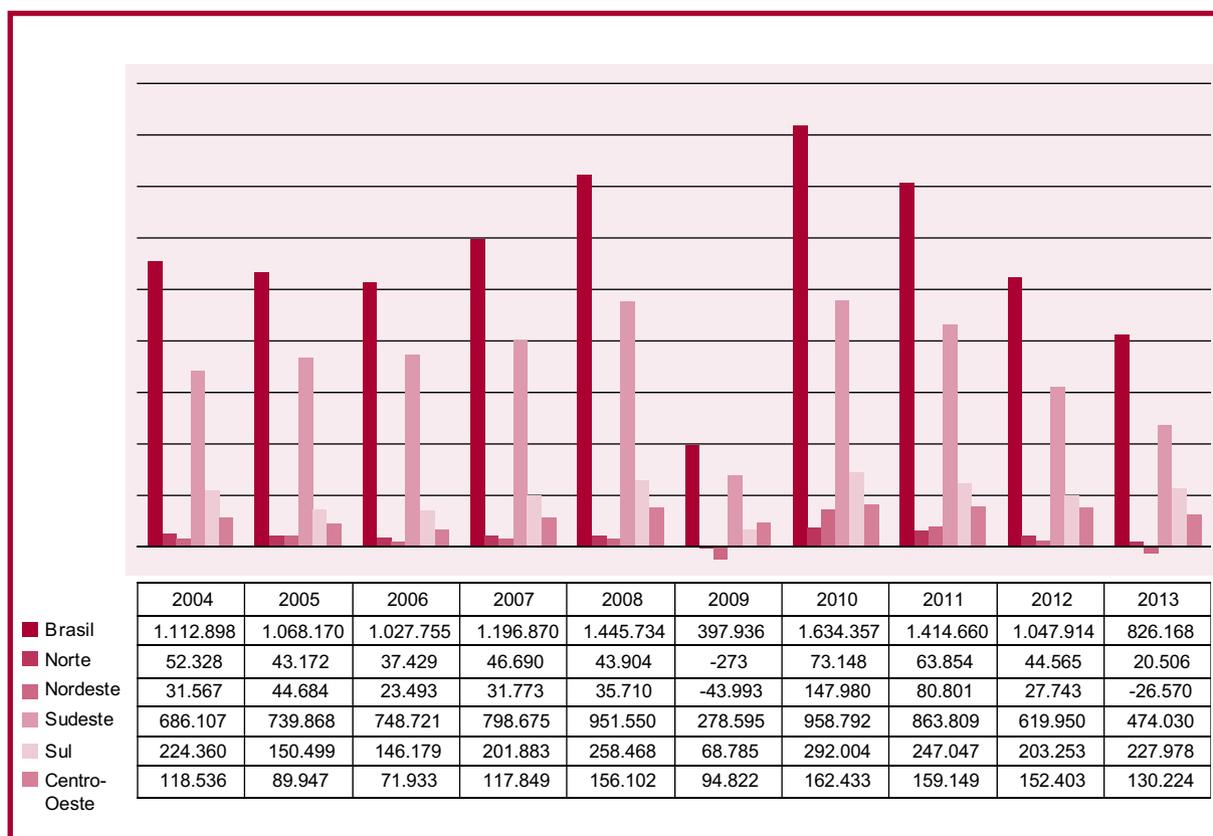


Gráfico 3 – Brasil e Regiões - evolução do saldo de empregos 2004 - 2013 (janeiro - junho)

Fonte: Dados do Ministério do Trabalho e Emprego, 2013a, 2013b. Elaboração do BNB, ETENE, Conjuntura Econômica.

Notas: 1 Série ajustada.

2 Dados ajustados com as declarações fora do prazo que chegaram até maio de 2013.

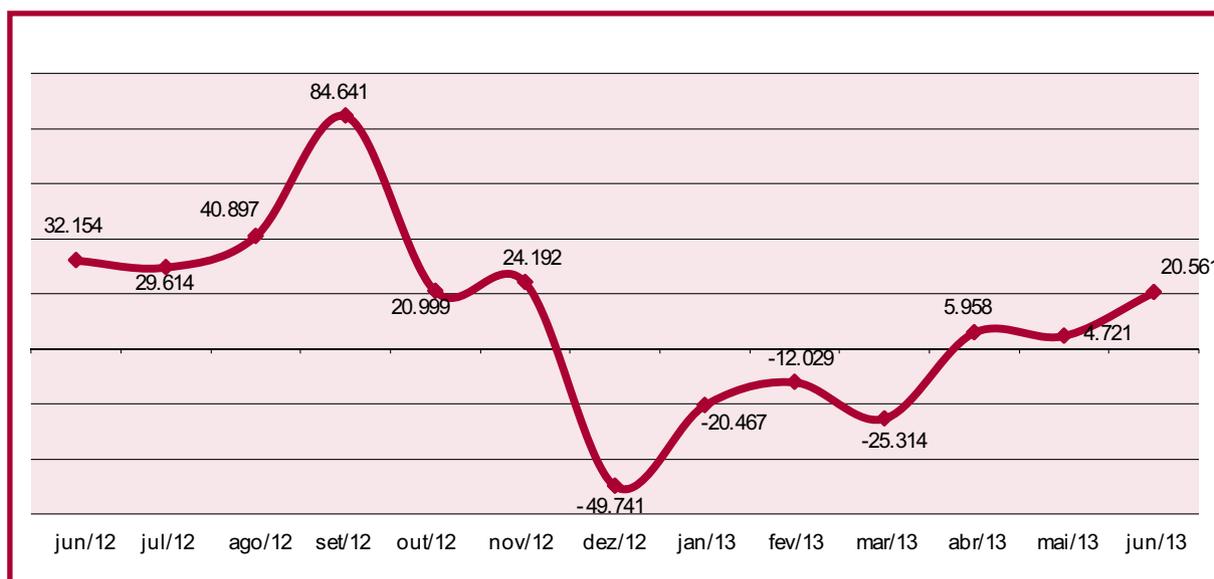


Gráfico 4 – Nordeste - evolução do saldo do emprego formal – mensal – jun./12 jun./13

Fonte: Dados do Ministério do Trabalho e Emprego, 2013a, 2013b. Elaboração do BNB, ETENE, Conjuntura Econômica.

No mês de junho, apenas o estado do Ceará apresentou saldo superior ao mesmo mês do ano anterior, 11.126, em 2013, contra 4.740, em 2012. Entretanto, no acumulado do ano, o saldo é positivo apenas para os estados do Piauí, Ceará, Sergipe e Bahia, com saldo líquido de 6.227, 13.152, 295, 26.640 novos postos de trabalho, respectivamente (Tabela 4).

A discriminação geográfica e setorial do saldo de empregos acumulados em 2013 (Tabela 5) indica que, em âmbito nacional, o setor de serviços continua sendo responsável pela maior geração de emprego 47,45% do

total, seguido pela indústria de transformação 22,61% e construção civil 16,15%. Entre as regiões, o Sudeste participa com 57,37% do saldo nacional.

A economia regional não vem apresentando resultados muito satisfatórios, no período de janeiro a junho; apenas os setores serviços, construção civil, extrativa mineral, serviços industriais de utilidade pública e administração pública, tiveram saldo positivo. A análise por Estado mostra que, em alguns segmentos, os resultados também foram aquém do esperado.

Tabela 4 – Nordeste e Estados – saldo do emprego formal – 2012 a 2013

Nordeste e Estados	Resultado mensal junho		Acumulado no ano (jan-jun)	
	2012	2013	2012	2013
Nordeste	32.154	20.561	27.743	-26.570
Maranhão	2.933	734	6.062	-1.431
Piauí	1.932	1.632	6.106	6.227
Ceará	4.740	11.126	9.979	13.152
Rio Grande do Norte	2.219	1.112	522	-1.927
Paraíba	1.858	823	742	-3.875
Pernambuco	13.042	4.445	8.750	-24.489
Alagoas	544	-982	-37.595	-41.162
Sergipe	1.471	235	2.843	295
Bahia	3.415	1.436	30.334	26.640

Fonte: Dados do Ministério do Trabalho e Emprego, 2013a, 2013b. Elaboração do BNB, ETENE, Conjuntura Econômica.

Nota: Série ajustada.

Tabela 5 – Subsetores de atividade econômica - evolução do saldo do emprego formal – janeiro a junho 2013

Subsetores de Atividade Econômica	Brasil	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Norte	Nordeste	Maranhão	Piauí	Ceará	Rio Grande do Norte	Paraíba	Pernambuco	Alagoas	Sergipe	Bahia
Extração mineral	3.151	1.360	505	958	84	244	-31	87	136	-233	28	53	21	15	168
Indústria de Transformação	186.815	118.099	97.679	29.126	3.422	-61.511	1.498	450	4.945	-2.220	-5.409	-22.284	-39.923	-1.215	2.647
Indústria de produtos minerais não metálicos	7.194	1.292	3.437	704	424	1.337	225	-83	342	123	-22	376	-3	57	322
Indústria metalúrgica	11.215	1.095	9.040	811	50	219	-256	54	-106	189	127	-82	338	128	-173
Indústria mecânica	18.929	6.304	11.452	414	829	-70	-10	4	90	-74	74	-162	-91	244	-145
Indústria do material elétrico e de comunicações	5.697	875	1.901	81	2.357	483	-14	1	-64	6	11	90	12	143	298
Indústria do material de transporte	24.527	9.908	11.376	722	-170	2.691	-102	18	-20	-28	38	2.218	-9	4	572
Indústria da madeira e do mobiliário	5.001	596	6.608	140	-2.704	361	77	23	105	-6	116	35	7	-68	72
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	-499	-2.673	1.004	797	8	365	74	20	-26	117	102	-97	-50	23	202
Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas	22.826	6.538	14.925	618	558	187	50	-9	-125	-24	39	54	-4	36	170
Ind. química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria,	38.426	21.779	8.396	14.899	198	-6.846	1.488	19	338	-1.854	-2.007	-2.036	-1.102	-2.052	360
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	30.447	11.681	15.296	2.206	378	886	1	-59	733	-49	131	-222	-25	348	28
Indústria de calçados	18.471	13.300	4.692	57	-4	426	1	-12	2.783	-83	-364	69	-62	89	-1.995

continua

Tabela 5 – Subsetores de atividade econômica - evolução do saldo do emprego formal – janeiro a junho 2013 continuação

Subsetores de Atividade Econômica	Brasil	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Norte	Nordeste	Maranhão	Piauí	Ceará	Rio Grande do Norte	Paraíba	Pernambuco	Alagoas	Sergipe	Bahia
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	4.581	47.404	9.552	7.677	1.498	-61.550	-36	474	895	-537	-3.654	-22.527	-38.934	-167	2.936
Serviços industriais de utilidade pública	8.673	4.074	616	951	-137	3.169	657	33	253	-57	-4	1.321	357	202	407
Construção civil	133.436	68.215	24.789	23.517	8.649	8.266	-4.813	2.151	3.770	-316	98	-503	-1.900	785	8.994
Comércio	-13.693	-22.884	13.189	5.806	-54	-9.750	-295	197	-1.044	-448	553	-6.433	-122	-319	-1.839
Comércio varejista	-39.003	-35.704	4.565	3.649	-930	-10.583	-611	255	-1.436	-458	98	-4.967	-404	-707	-2.353
Comércio atacadista	25.310	12.820	8.624	2.157	876	833	316	-58	392	10	455	-1.466	282	388	514
Serviços	361.180	186.349	78.995	48.415	7.106	40.315	2.797	3.078	4.743	3.414	4.752	5.136	890	4.754	10.751
Instituições de crédito, seguros e capitalização	3.005	-18	1.789	477	520	237	-	109	-176	15	49	10	16	18	196
Com. e administração de imóveis, valores mobiliários, serv. técnico...	89.110	42.042	22.464	11.549	788	12.267	741	129	3.414	1.473	2.247	-178	246	2.546	1.649
Transportes e comunicações	65.439	36.520	12.044	10.056	1.625	5.194	13	1.054	952	272	394	1.010	-117	530	1.086
Serv. de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação, r...	69.575	31.858	18.171	15.272	1.008	3.266	713	1.126	-3.679	430	626	486	-304	814	3.054
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	47.856	28.698	9.236	3.314	-146	6.754	365	275	1.806	349	539	1.592	227	346	1.255
Ensino	86.195	47.249	15.291	7.747	3.311	12.597	965	385	2.426	875	897	2.216	822	500	3.511

continua

Tabela 5 – Subsetores de atividade econômica - evolução do saldo do emprego formal – janeiro a junho 2013 conclusão

Subsetores de Atividade Econômica	Brasil	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Norte	Nordeste	Maranhão	Piauí	Ceará	Rio Grande do Norte	Paraíba	Pernambuco	Alagoas	Sergipe	Bahia
Administração Pública	30.861	17.683	9.950	634	904	1.690	368	3	1.009	59	-7	-148	-41	141	306
Agricultura, silvicultura, criação de animais, extrativismo vegetal...	115.745	101.134	2.255	20.817	532	-8.993	-1.612	228	-660	-2.126	-3.886	-1.631	-444	-4.068	5.206
Total	826.168	474.030	227.978	130.224	20.506	-26.570	-1.431	6.227	13.152	-1.927	-3.875	-24.489	-4.1.162	295	26.640

Fonte: Dados do Ministério do Trabalho e Emprego, 2013a, 2013b. Elaboração do BNB, ETENE, Conjuntura Econômica.

Nota: Série ajustada.

REFERÊNCIA

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. **CAGED estatístico Id**. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_estatistico_id/caged_estatistico_basico_tabela.php>. Acesso em: 8 ago. 2013a.

_____. **Informações das declarações fora do prazo**. Brasília, DF, 2013. Disponível em:

<http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_acerto/caged_acerto_basico_tabela.php>. Acesso em: 8 ago. 2013b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa mensal de emprego**. Rio de Janeiro, jun. 2013. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 19 jun. 2013.

5 – SETOR EXTERNO

5.1 – Balança comercial brasileira e nordestina

Segundo informações do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), no primeiro semestre de 2013, as exportações brasileiras atingiram US\$ 114,4 bilhões registrando queda de 7,6% relativamente ao mesmo período do ano passado. (BRASIL, 2013b). Um dos fatores que influenciaram o fraco desempenho da balança comercial brasileira neste primeiro semestre foi a contabilização da importação de US\$ 4,6 bilhões em petróleo e derivados efetivada no ano anterior. O motivo desse atraso foi a edição da Instrução Normativa 1.282 da Receita Federal que concedeu um prazo de até 50 dias para registro das importações de combustíveis e derivados feitas pela Petrobras. (PEDROSO, 2013).

A análise das exportações por fator agregado (Tabela 1) mostra que, no acumulado do ano, as vendas dos produtos básicos representaram 47,5% da pauta, seguida dos manufaturados (37,4%) e semimanufaturados (12,4%). Comparativamente a igual período de 2012, houve desempenho negativo para todas as classes de produtos, sendo maior decréscimo para os semimanufaturados (3,8%). O produto minério de ferro e seus concentrados liderou as exportações (13,1%) seguido

da soja (12,1%). A China absorveu 20,1% das exportações brasileiras e os Estados Unidos, 10,1%. Vale ressaltar que as compras asiáticas somaram US\$ 22.957 milhões no primeiro semestre, 10,3% a mais do que em mesmo período de 2012, contribuindo para minimizar a queda registrada no total das exportações. No primeiro semestre deste ano, a cada cinco dólares que entraram no Brasil, um veio da China. A situação era diferente há seis anos, a cada cinco dólares, 30 centavos vinham da mesma fonte. (PEDROSO, 2013).

Tabela 1 – Brasil – Exportação por fator agregado – jan./jun. 2013/2012 – US\$ milhões FOB

Exportação por fator agregado	BRASIL				
	jan – jun				
	2013	2012	Part. % 2013	Part. % 2012	Var. %
Básicos	54.374	55.838	47,5	47,6	-2,6
Industrializados	57.419	58.529	50,2	49,9	-1,9
Semimanufaturados	14.661	15.241	12,8	13,0	-3,8
Manufaturados	42.758	43.288	37,4	36,9	-1,2
Op. especiais	2.630	2.847	2,3	2,4	-7,6
TOTAL	114.423	117.214	100,0	100,0	-2,4

Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração do BNB, ETENE, Conjuntura Econômica.

Dados elaborados pela Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex, 2013b), para o período de janeiro a junho de 2013 relativamente ao mesmo período do ano anterior, indicam que a queda de 2,4% do valor das exportações brasileiras deveu-se mais à queda dos preços já que o quantum exportado praticamente manteve-se estável (+0,6%). Nesse período, a queda dos preços foi mais acentuada nos produtos semimanufaturados (-9,9%) e manufaturados (-3,8%).

Por outro lado, as importações brasileiras somaram US\$ 117,5 bilhões, com incremento de 6,7% nesse período. A decomposição das importações brasileiras por categoria de uso mostra que o País concentrou 43,7% das suas compras em Bens Intermediários e 17,8% em Combustíveis e Lubrificantes. A categoria Bens de Consumo Duráveis foi a única que apresentou decréscimo (-4,5%).

Tabela 2 – Brasil – Variação dos índices de preços e quantum (%) – jan./jun. – 2013/2012

Discriminação	Preço	Quantum
Exportação total	-2,5	0,6
Básicos	0,9	-2,6
Semimanufaturados	-9,9	7,3
Manufaturados	-3,8	2,7

Fonte: FUNCEX. Disponível em: www.funcex.com.br.

Tabela 3 – Brasil – Importação por categoria de uso – jan./jun. 2013/2012 – US\$ milhões FOB

Importação por categoria de uso	BRASIL				
	2013	2012	Part. % 2013	Part. % 2012	Var. %
Bens de capital	25.633	24.043	21,8	21,8	6,61
Bens intermediarios	51.317	48.058	43,7	43,6	6,78
Bens de consumo	19.696	19.191	16,8	17,4	2,63
B. de consumo duráveis	10.330	10.820	8,8	9,8	-4,53
B. de consumo não duráveis	9.366	8.371	8,0	7,6	11,89
Combustíveis e lubrificantes	20.869	18.861	17,8	17,1	10,65
TOTAL	117.515	110.153	100,0	100,0	6,68

Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração do BNB, ETENE, Conjuntura Econômica.

O Boletim de Comércio Exterior da Funcex (2013b), sinaliza que o aumento nas importações de Bens intermediários em contraste com o comportamento oscilante da produção industrial doméstica pode ser explicado pela ocorrência de substituição de insumos domésticos por importados.

O saldo da balança comercial brasileira apresentou déficit de US\$ 3,1 bilhões, o pior desempenho desde 1995 para o período em análise. No País, somente as regiões Norte e Centro-Oeste registraram superávit no semestre. Na Região Nordeste, o déficit no saldo da balança comercial de US\$ 6,5 bilhões foi o dobro do apresentado pelo País.

Pelo lado das exportações nordestinas, houve, entre janeiro e junho de 2013, decréscimo de 15,7% relativamente aos valores registrados em igual semestre do ano anterior. Como consequência, as exportações nordestinas reduziram sua participação no total nacional, passando de 7,8% para 6,7% nesse

período de comparação. As exportações de produtos industrializados participaram com 77,6% da pauta de exportações nordestinas no primeiro semestre de 2013 e registraram queda de 12,7% no valor exportado. Por outro lado, os produtos básicos contribuindo com 20,7%, retrocederam 24,3%, no período em análise.

Tabela 4 – Nordeste – Exportação por fator agregado – jan./jun. 2013/2012 – US\$ milhões FOB

Exportação por fator agregado	NORDESTE				
	jan./jun				
	2013	2012	Part. % 2013	Part. % 2012	Var. %
Básicos	1.594	2.105	20,7	23,1	-24,3
Industrializados	5.979	6.847	77,6	75,0	-12,7
Semimanufaturados	2.588	2.606	33,6	28,5	-0,7
Manufaturados	3.391	4.241	44,0	46,5	-20,0
Op. especiais	128	178	1,7	1,9	-28,1
TOTAL	7.701	9.130	100,0	100,0	-15,7

Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração do BNB, ETENE, Conjuntura Econômica.

Quase metade das exportações nordestinas está concentrada em sete capítulos da Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM): Sementes e frutos oleaginosos, grãos, etc. (11,34%), açúcares e produtos de confeitaria (10,10%), pastas de madeira ou outras matérias fibrosas, etc. (9,82 %), produtos químicos orgânicos (8,70%), combustíveis, óleos e ceras minerais, etc. (7,92%), produtos químicos inorgânicos (5,53 %) e cobre e suas obras (4,98%).

No Nordeste, as principais empresas exportadoras são: Braskem. A. (8,33%), Petrobras (8,19%), Bahia Sul Celulose S.A. (5,65%), Paranapanema S.A. (5,59%), Ford Motor Company Brasil Ltda (4,89%), Bunge alimentos S.A. (4,35%), Cargill Agrícola S.A. (3,25%), Alcoa World Alumina Brasil Ltda. (2,99%), Copertrading Comércio Exportação e Importação S.A. (2,9%) e Veracel Celulose S.A. (2,75%).

Todos os estados da Região registraram redução do valor exportado, tendo as maiores quedas sido registradas em Pernambuco (-54,8%), em Sergipe (-40,4%), no Maranhão (-19,6%) e no Piauí (-19,1%).

A redução das exportações nordestinas tem origem na estagnação econômica da União Europeia, no crescimento moderado dos Estados Unidos na redução dos níveis de crescimento chinês e, ainda, na forte competição de preços no mercado internacional. A China (14,6%) e os Estados Unidos (13,8%) figuram como os países que possuem maior participação nas exportações nordestinas.

O Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra) é um programa do Governo Federal para manter a competitividade das exportações brasileiras. O programa permite a devolução de até 3% do valor exportado para a empresa na forma de créditos tributá-

rios de Pis e Cofins. Iniciado em dezembro de 2011 e com prazo de vigência até 3 de junho passado, o benefício foi prorrogado até 31 de dezembro próximo. A sinalização para 2014 é que o benefício não será prorrogado.

Do lado das importações nordestinas, houve crescimento de 12,0% nos valores

importados no primeiro semestre de 2013 relativamente ao mesmo período no ano anterior. Segundo a categoria de uso, o aumento foi devido principalmente a aquisições de bens de capital, bens intermediários e combustíveis e lubrificantes.

Tabela 5 – Nordeste – importação por categoria de uso – jan./jun. 2013/2012 – US\$ milhões FOB

Importação por categoria de uso	NORDESTE				
	2013	2012	Part. % 2013	Part. % 2012	Var. %
Bens de capital	2.184	1.498	15,3	11,8	45,8
Bens intermediarios	5.577	5.096	39,2	40,1	9,4
Bens de consumo	1.144	1.174	8,0	9,2	-2,6
B. de consumo duráveis	783	850	5,5	6,7	-7,9
B. de consumo não duráveis	361	324	2,5	2,5	11,4
Combustíveis e lubrificantes	5.335	4.948	37,5	38,9	7,8
TOTAL	14.240	12.716	100,0	100,0	12,0

Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração do BNB, ETENE, Conjuntura Econômica.

Os cinco principais produtos importados pelo Nordeste são responsáveis por 41,5% do total das compras externas da Região e destinam-se à indústria petroquímica, à automobilística e à de alimentos. Foram eles: gásóleo (16,94%), outras gasolinas, exceto para aviação (11,16%), naftas para petroquímica (5,36%), sulfetos de minérios de cobre (4,52%), outros trigos e misturas de trigo com centeio (3,48%).

Os Estados Unidos (22,3%) representam a principal origem das compras externas do Nordeste, vindo em seguida a China (9,64%), Argentina (9,26%), Índia (6,3%) e Chile (4,6%). Vale ressaltar que, no primeiro semestre de 2013 frente ao mesmo período de 2012, as compras adquiridas dos Estados Unidos cresceram 48,0%.

Dos estados nordestinos, apenas Alagoas e Bahia não registraram saldo negativo na balança comercial (Figura 1). A análise do comportamento do fluxo comercial de cada estado a seguir mostra, com mais detalhes, o desempenho da balança comercial da Região Nordeste.

Alagoas

O estado de Alagoas exportou US\$ 599,3 milhões entre janeiro e junho de 2013, valor 14,9% inferior ao realizado em mesmo período de 2012. Maior exportador de açúcar do Nordeste, quase toda a pauta de exportação alagoana está concentrada na venda de açúcares e produtos de confeitaria (95%). Desse modo, a queda do preço médio dos produtos do capítulo de US\$ 0,59 para US\$ 0,48,

apesar de aumento do quantum exportado (+13,0%), ocasionou esse desempenho negativo. Esta redução de preços decorre tanto

da manutenção da produção mundial de açúcar quanto da recente desvalorização do real.

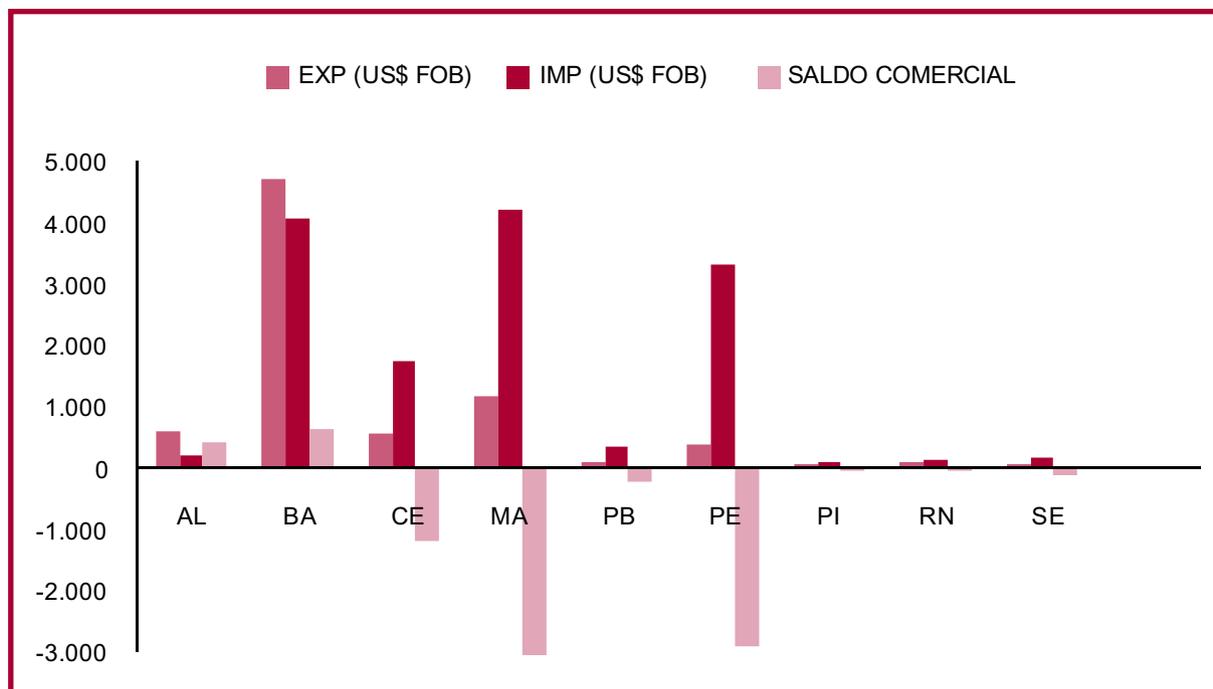


Gráfico 1 – Exportações e importações dos estados nordestinos – jan./jun. 2013

Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração do BNB, ETENE, Conjuntura Econômica.

Tabela 6 – Alagoas – principais capítulos/produtos exportados – jan./jun. – 2013/2012 – US\$ 1.000 FOB

Capítulo/produto	Jan - jun/2013	Jan - jun/2012	Var. %	2013 Part. %
Açúcares e produtos de confeitaria	569.932	622.136	-8,39	95,10
Outros açúcares de cana	540.492	532.818	1,44	90,18
Demais produtos	29.441	89.318	-67,04	4,91
Demais capítulos	29.384	75.436	-61,05	4,90
Total	599.316	697.572	-14,09	100,00

Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração do BNB, ETENE, Conjuntura Econômica.

As importações alagoanas registraram decréscimo de 9,5% do valor, alcançando US\$ 201,3 milhões no primeiro semestre de 2013. Foram importados, principalmente, bens manufaturados (85,2%). Desta maneira, Alagoas apresentou saldo da balança comercial de US\$ 398,0 milhões.

Bahia

Responsável por 60,1% das exportações nordestinas e por 4,1% do País, o estado da Bahia possui a pauta exportadora mais diversificada dentre os estados da Região. No primeiro semestre de 2013, as vendas externas baianas somaram US\$ 4.691,7 milhões,

registrando redução de 8,6% relativamente aos valores do mesmo período de 2012. Essa queda deveu-se a redução de US\$ 430,0 milhões (-44,8%) no montante exportado do principal produto da pauta "fuel-oil". Esse resultado foi motivado pela redução do

quantum exportado (-37,4%) devido a uma produção interna menor causada por paradas programadas para manutenção de plataformas, retração nos preços médios do produto no mercado externo (-11,8%) e aumento do consumo doméstico.

Tabela 7 – Bahia – principais capítulos/produtos exportados – jan./jun. – 2013 /2012 – US\$ 1.000 FOB

Capítulo/produto	jan - jun/2013	jan - jun/2012	Var. %	2013 part. %
Pastas de madeira ou outras mat. fibs, etc.	756.035	775.091	-2,5	16,1
Pasta quim.madeira de n/conif.	589.492	581.791	1,3	12,6
Demais produtos	166.544	193.300	-13,8	3,5
Produtos químicos orgânicos	650.573	605.812	7,4	13,9
Propeno (propileno) não saturado	133.172	90.431	47,3	2,8
P-xileno	110.013	112.010	-1,8	2,3
Benzeno	93.359	83.657	11,6	2,0
Outs.éteres acíclicos e seus derivados	73.169	64.004	14,3	1,6
Buta-1, 3-dieno não saturado	67.050	29.894	124,3	1,4
Propilenoglicol (propano-1, 2-diol)	20.459	12.339	65,8	0,4
Ésteres de metila do ácido metacrílico	17.917	12.852	39,4	0,4
Demais produtos	135.434	200.624	-32,5	2,9
Combustíveis, óleos e ceras minerais, etc.	588.476	1.018.483	-42,2	12,5
"fuel-oil"	522.824	946.551	-44,8	11,1
Demais produtos	65.652	71.932	-8,7	1,4
Sementes e frutos oleaginosos, grãos, etc.	532.968	510.814	4,3	11,4
Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura	530.517	509.063	4,2	11,3
Demais produtos	2.451	1.751	40,0	0,1
Cobre e suas obras	380.682	234.972	62,0	8,1
Cátodos de cobre refinado/seus elementos	266.873	59.704	347,0	5,7
Demais produtos	113.809	175.268	-35,1	2,4
Veículos automóveis, tratores, ciclos, etc.	370.900	255.194	45,3	7,9
Automóveis c/motor explosão	349.398	220.784	58,3	7,4
Demais produtos	21.502	34.410	-37,5	0,5
Pérolas, pedras preciosas, etc.	189.154	236.310	-20,0	4,0
Bulhão dourado, para uso não monetário	68.611	62.070	10,5	1,5
Ouro em barras, fios, perfis de sec.macica	56.583	110.522	-48,8	1,2
Demais produtos	63.960	63.719	0,4	1,4
Resíduos e desperdícios das inds. alim., etc.	151.028	155.901	-3,1	3,2
Borracha e suas obras	134.727	175.830	-23,4	2,9
Pneus novos para automóveis de passageiros	95.430	117.504	-18,8	2,0
Demais produtos	39.297	58.326	-32,6	0,8
Demais capítulos	937.178	1.166.353	-19,6	20,0
Total	4.691.721	5.134.760	-8,6	100,0

Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração do BNB, ETENE, Conjuntura Econômica.

O principal item da pauta exportadora baiana foi o produto pasta química de madeira não conífera a soda/sulfato do capítulo pasta de madeira ou outras matérias fibrosas etc. Participando com 12,6% do total exportado, o produto apresentou leve crescimento de 1,3% no período de janeiro a junho de 2013 comparativamente ao mesmo período no ano anterior.

No capítulo produtos químicos orgânicos, com participação de 13,9% no total exportado, os destaques foram para a taxa de crescimento do valor exportado dos produtos propeno (47,3%) e butadieno (124,3%).

Vale destacar, entretanto, que os produtos catodos de cobre refinado (placas de cobre refinado) e automóveis com motor a explosão apresentaram as maiores contribuições em termos de valor exportado, US\$ 207,2 milhões e US\$ 115,7 milhões, respectivamente, na comparação com o primeiro semestre de 2013 relativamente ao mesmo intervalo de 2012.

A empresa Paranapanema, principal fabricante de catodos de cobre do Brasil, adotou nova tecnologia no processo de transformação de chapas de cobre, aumentando o volume anual de cobre refinado, de 220 mil para 280 mil toneladas em 2013 e estima 300 mil toneladas em 2014. Já o desempenho da indústria automobilística baiana foi impulsionado pelo aumento da demanda dos argentinos.

Quanto aos países de destino das exportações baianas, China (19,3%), Estados Unidos (13,5%), Argentina (12,1%) e Holanda (9,8%) foram responsáveis por 54,7% do total exportado.

As importações da Bahia (US\$ 4.071,3 milhões) cresceram 3,5% no primeiro semestre

de 2013 comparativamente aos seis meses de 2012. Os principais produtos importados foram naftas para petroquímica (18,7%), sulfetos de minérios de cobre (15,8%) e automóveis (8,3%). A balança comercial registrou saldo positivo de US\$ 620,4 milhões nesse período de comparação, porém 48,3% inferior ao verificado no primeiro semestre de 2012.

Ceará

O estado do Ceará exportou US\$ 542,2 milhões no primeiro semestre de 2013, registrando queda de 11,8% nas vendas, relativamente a janeiro-junho de 2012. Três capítulos da NCM concentram 60,4% das exportações: calçados e suas partes, frutas, cascas de cítricos e de melões e peles e couros.

Com 26,7% de contribuição, calçados foi o principal capítulo da pauta de exportação cearense no primeiro semestre de 2013. Entretanto, comparativamente ao mesmo período de 2013, registrou queda de 12,6% nas vendas externas. Vale ressaltar que o Estado é o segundo maior exportador de calçados com 24,2 milhões de pares embarcados.

No capítulo Frutas, cascas de cítricos e de melões, o destaque foram as exportações de castanha de caju participando com quase 10% do total. No entanto, foi responsável pela maior queda em termos de valor (-US\$ 34.299 mil), resultado da redução de 28,8% na quantidade exportada e de 14,1% no preço dos produtos.

O capítulo peles (exceto peleteria) e couros apresentou queda nos valores exportados de 11,5%, na relação 1º semestre 2013 / 1º semestre 2012, porém, o principal produto de exportação do capítulo, couro, é um dos mais expressivos da pauta cearense com participação de 9,5% no total exportado.

Tabela 8 – Ceará – Principais capítulos/produtos exportados – jan./jun. – 2013/2012 – US\$ 1.000 FOB

Capítulo/produto	jan - jun/ 2013	jan - jun/ 2012	Var. %	2013 part. %
Calçados, polainas, etc. e suas partes	145.040	165.913	-12,58	26,75
Outs.calç.cobr.tornoz.part.sup.borr., plást.	50.418	59.320	-15,01	9,30
Calçados de borracha/plast.c/parte super.em tiras, etc.	46.894	42.964	9,15	8,65
Outros	47.728	63.629	-24,99	8,80
Frutas, cascas de cítricos e de melões	91.529	121.915	-24,92	16,88
Castanha de caju, fresca ou seca, sem casca	54.006	88.305	-38,84	9,96
Outros	37.523	33.609	11,65	6,92
Peles (exceto peleteria), e couros	91.175	103.003	-11,48	16,81
Couros/peles, bovinos, preparas.divid.c/a flor	51.718	51.195	1,02	9,54
Outs.couros/peles, int.bovinos, pena fl.preparas	14.866	12.935	14,93	2,74
Outros	24.590	38.874	-36,74	4,53
Gorduras, óleos e ceras, animais e vegetais	30.571	42.276	-27,69	5,64
Ceras vegetais	29.162	42.229	-30,94	5,38
Outros	1.409	47	2881,19	0,26
Algodão	27.637	29.891	-7,54	5,10
Tecido de algodão>=85%, fio color.denim, indigo	9.545	13.820	-30,93	1,76
Tecido algodão<85%, indigo blue/fibra sint/art.	4.643	3.374	37,61	0,86
Outs.tecidos algodão<85%, color/fibra sint/art.	3.014	2.180	38,26	0,56
Outs.tecidos de algodão>=85%, fio color.denim	2.712	1.923	41,03	0,50
Tecido de algodão>=85%, branqueado, pto.sarjado	1.896	1.635	15,96	0,35
Outros	5.827	6.959	-16,27	1,07
Máquinas, aparelhos e mats. elétricos, etc.	26.370	3.623	627,87	4,86
Partes de outros motores/geradores/grupos eletrog.etc.	25.944	3.058	748,37	4,78
Outros	426	565	-24,55	0,08
Demais capítulos	129.931	147.944	-12,18	23,96
Total	542.253	614.565	-11,77	100,00

Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração do BNB, ETENE, Conjuntura Econômica.

Por outro lado, as importações cearenses, no acumulado do primeiro semestre de 2013, atingiram o valor de US\$ 1.742,4 milhões, alta recorde de 51,51%, comparativamente ao mesmo período do ano anterior. Gás natural, liquefeito (23,8%), outras turbinas a vapor (10,6%) e outros trigos e misturas de trigo com centeio (9,6%) foram os principais produtos importados.

Como resultado, a balança comercial do Estado acumula um déficit de US\$ 1.200,2 milhões, o maior nos últimos anos, representando um aumento de 124,1% frente ao saldo negativo observado em igual período de 2012.

Maranhão

O Maranhão é o segundo estado que mais contribuiu com as exportações nordestinas (15,2%). Nos primeiros seis meses de 2013, exportou US\$ 1.168,3 milhões, valor 19,6% inferior ao registrado em igual período de 2012.

O capítulo produtos químicos inorgânicos, onde se destaca a participação do produto alumina calcinada no total exportado, registrou incremento da receita de 13,4%, decorrente do aumento de 17,3% na quantidade exportada apesar da queda de 3,4% no preço, no período em análise. As exportações tive-

ram como principal destino: Islândia (36,5%), Canadá (31,2%) e Argentina (18,1%).

O Maranhão é segundo maior estado nordestino exportador de soja, responsável por

35,1% das vendas. Foram 575,2 mil toneladas exportadas no primeiro semestre deste ano, gerando US\$ 305,4 milhões de divisas.

Tabela 9 – Maranhão – principais capítulos/produtos exportados – jan./jun. – 2013/2012 – US\$ 1.000 FOB

Capítulo/produto	jan-jun/ 2013	jan-jun/ 2012	Var. %	2013 part. %
Produtos químicos inorgânicos	408.231	360.079	13,37	24,78
Alumina calcinada	408.231	360.079	13,37	24,78
Sementes e frutos oleaginosos, grãos, etc.	305.432	296.372	3,06	20,39
Soja, mesmo triturada	305.422	296.372	3,05	20,39
Outras sementes p/ semeadura	10	-	-	0,00
Demais capítulos	454.717	796.806	-42,93	54,83
Total	1.168.380	1.453.257	-19,60	100,00

Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração do BNB, ETENE, Conjuntura Econômica.

As importações maranhenses alcançaram US\$ 4.205,9 milhões, aumento 13,9% no período janeiro-junho/2013 - janeiro-junho 2012, devido principalmente às compras de combustíveis e lubrificantes realizadas pela Petrobrás. Por conseguinte, a balança comercial registrou saldo negativo de US\$ 3.037,4 milhões.

Paraíba

O estado da Paraíba exportou, no primeiro semestre deste ano, US\$ 105,1 milhões, 15,8% inferior ao total registrado no mesmo período de 2012.

Segundo maior exportador de calçados do Nordeste e quarto do Brasil, as exportações paraibanas ao exterior de calçados que respondem por metade da pauta exportadora do Estado geraram US\$ 52.595 mil de receita, no acumulado dos seis primeiros meses do ano, apresentado leve redução de 1,6%, comparativamente ao mesmo período do ano anterior. Segundo a Associação Brasilei-

ra das Indústrias de Calçados – Abicalçados (2013), foram embarcados 15 milhões de pares no Estado, principalmente, pela empresa Alpargatas S.A. Austrália (25,2%), Angola (14,2%), França (8,1%), e Filipinas (7,6%) foram os principais países compradores do produto paraibano.

O capítulo açúcares e produtos de confeitaria (US\$ 19,62 milhões) registrou queda no valor exportado de 28,7% em virtude da redução nas quantidades exportadas (-11,72%) e do preço (-19,2%).

As importações do estado da Paraíba somaram, de janeiro a junho deste ano, US\$ 350,6 milhões, aumento de 18,2% em relação a igual período de 2012. Consequentemente, a balança comercial paraibana registrou saldo negativo de US\$ 245,5 milhões. Os principais produtos importados foram calçados (17,6%), outros trigos e misturas de trigo com centeio (12,5%) e malte (8,2%).

Tabela 10 – Paraíba – principais capítulos/produtos exportados – jan./jun. – 2013/2012 – US\$ 1.000 FOB

Capítulo/produto	jan - jun/ 2013	jan - jun/ 2012	Var. %	2013 part. %
Calçados, polainas, etc. e suas partes	57.446	59.560	-3,55	54,68
Calçados de borracha/plástico, etc.	52.595	53.422	-1,55	50,06
Demais produtos	4.851	6.138	-20,97	4,62
Açúcares e produtos de confeitaria	19.620	27.520	-28,71	18,67
Outros açúcares de cana	10.051	9.628	4,39	9,57
Out. açúcares de cana, beterraba, etc.	9.569	17.892	-46,52	9,11
Demais capítulos	27.997	37.682	-25,70	26,65
Total	105.064	124.762	-15,79	100,00

Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração do BNB, ETENE, Conjuntura Econômica.

Pernambuco

As vendas externas de Pernambuco alcançaram apenas US\$ 370,7 milhões no acumulado jan./jun. de 2013, o que significou redução de 54.8% em relação ao mesmo período de 2012. Esse resultado contribuiu com 31,5% da queda total das exportações nordestinas, totalizando US\$ 449,9 milhões.

A principal causa foi a exportação do Produto "Plataformas de perfuração/exploração, flutuante", em fevereiro do ano passado, no valor de US\$ 404,9 milhões pelo Estaleiro Atlântico Sul, que elevou a base de comparação.

Destaca-se, também, a redução no principal capítulo exportado, açúcares e produtos de confeitaria (-14.4%), cujas vendas externas passaram de US\$ 194,1 milhões no acumulado jan./jun. de 2012 para US\$ 166,1 milhões no acumulado jan./jun. de 2013. Apesar do aumento no quantum exportado em 2013, as sucessivas reduções do preço do açúcar no mercado internacional diminuíram as receitas com as exportações do produto, provavelmente, em razão da baixa elasticidade-preço do produto no mercado internacional.

O capítulo máquinas equipamentos e materiais elétricos (US\$ 34,2 milhões), por sua vez, teve significativo crescimento em relação ao mesmo período do ano anterior (32,4%), em decorrência do aumento nas receitas de geradores de corrente alternada, que passaram de 0,9 milhões no acumulado jan./jun. de 2012 para 9,8 milhões no acumulado jan./jun. de 2013.

Os principais países de destinos das vendas pernambucanas foram Argentina (14,2%), Estados Unidos (12,4%) e Portugal (8,3%).

As importações pernambucanas somaram US\$ 3.279,2 milhões, no primeiro semestre de 2013, 4,9% superiores às registradas em igual período de 2012. Metade das compras externas foi concentrada em combustíveis minerais, óleos minerais etc. (gasolinas, exceto para aviação, óleo diesel, propanos, butanos liquefeitos, querosenes de aviação) e ácido tereftálico e seus sais. Estados Unidos (26,5%), Argentina (11,3%) China (9,3%), México (6,7%) e Holanda (6,1%) foram os principais países de origem das importações pernambucanas. O déficit gerado na balança comercial do Estado (US\$ 2.926,5 milhões) foi o segundo maior do Nordeste.

Tabela 11 – Pernambuco – principais capítulos/produtos exportados – jan./jun. – 2013/2012 – US\$ 1.000 FOB

Capítulo/produto	jan - jun/ 2013	jan - jun/ 2012	Var. %	2013 part. %
Açúcares e produtos de confeitaria	166.094	194.135	-14,44	44,81
Outros açúcares de cana	97.021	99.187	-2,18	26,17
Demais produtos	69.073	94.948	-27,25	18,63
Plásticos e suas obras	48.854	46.249	5,63	13,18
Tereftalato de polietileno	22.590	22.138	2,04	6,09
Outras chapas	13.493	12.643	6,73	3,64
Demais produtos	12.771	11.468	11,36	3,45
Máquinas, aparelhos e mats. elétricos, etc.	34.177	25.821	32,36	9,22
Outros acumuladores elétricos de chumbo	15.155	19.528	-22,39	4,09
Geradores de corrente alternada	9.770	1	1.101.375,87	2,64
Demais produtos	9.251	6.293	47,01	2,50
Outros	25.659	40.160	-36,11	6,92
Consumo de bordo - comb.e lub. p aeronaves	20.078	19.677	2,04	5,42
Demais produtos	5.581	20.484	-72,75	1,51
Frutas, cascas de cítricos e de melões	15.684	15.316	2,41	4,23
Mangas frescas ou secas	9.710	11.444	-15,16	2,62
Demais produtos	5.975	3.871	54,33	1,61
Demais capítulos	80.197	498.930	-83,93	21,64
Total	370.665	820.611	-54,83	100,00

Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração do BNB, ETENE, Conjuntura Econômica.

Piauí

As exportações do Piauí somaram US\$ 71,9 milhões no acumulado do primeiro semestre, respondendo por apenas 0,9% das exportações nordestinas. Apenas dois produtos, soja e ceras vegetais, responderam por mais 78,4% da pauta exportadora do Estado. Os dois produtos tiveram retrações importantes em relação ao primeiro semestre de 2012, quando as receitas das exportações de soja declinaram 25,5%, enquanto as receitas de ceras vegetais caíram 16,7%. A China é o principal destino das exportações de soja do Estado (53,8%) enquanto Japão (24,9%),

Estados Unidos (17,8%) e Alemanha (17,3%) investem na compra de ceras vegetais.

As importações piauienses (US\$ 78,1 milhões) apresentaram significativa elevação (57,1%) no período em análise. A pauta de importação do estado do Piauí, nos seis primeiros meses de 2013, foi composta, principalmente de insumos industriais, como, outros fio-máquinas de outras ligas de aços, barras de ferro/aço, fios de cobre refinado, laminados de outras ligas a quente. China (38,2%), Turquia (12,0%) e Rússia (10,2%) se constituíram na origem da maior parte das importações do Piauí.

Tabela 12 – Piauí – principais capítulos/produtos exportados – jan./jun. – 2013/2012 – US\$ 1.000 FOB

Capítulo/produto	jan - jun/ 2013	jan - jun/ 2012	Var. %	2013 part. %
Sementes e frutos oleaginosos, grãos, etc.	34.764	46.667	-25,50	48,36
Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura	34.764	46.667	-25,50	48,36
Gorduras, óleos e ceras, animais e vegetais	21.639	26.039	-16,90	30,10
Ceras vegetais	21.639	26.039	-16,90	30,10
Demais capítulos	15.489	16.160	-4,15	21,54
Total	71.893	88.865	-19,10	100,00

Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração do BNB, ETENE, Conjuntura Econômica.

Rio Grande do Norte

As exportações potiguares (US\$ 107,6 milhões), concentradas em frutas (US\$ 42,0 milhões) e açúcares e produtos de confeitarias (US\$ 14,3 milhões), tiveram redução de 11,5% em relação ao acumulado no primeiro semestre de 2012. A queda nas exportações de caju (36,5%), cuja produção desde 2012

tem sofrido os impactos da seca, influenciou fortemente esse resultado. A redução nas exportações do Estado só não foi maior em razão das vendas externas de “fuel-oil” (US\$ 8,6 milhões) para as Antilhas Holandesas no primeiro trimestre de 2013, que até 2012 não constava entre os produtos mais exportados pelo Estado.

Tabela 13 – Rio Grande do Norte – principais capítulos/produtos exportados – jan./jun. – 2013/2012 – US\$ 1.000 FOB

Capítulo/produto	jan - jun/ 2013	jan - jun/ 2012	Var. %	2013 part. %
Frutas, cascas de cítricos e de melões	42.026	50.227	-16,33	39,06
Melões frescos	16.426	13.829	18,78	15,27
Castanha de caju	14.497	22.829	-36,50	13,47
Demais produtos	11.103	13.570	-18,18	10,32
Açúcares e produtos de confeitaria	14.354	20.176	-28,86	13,34
Bombons, caramelos, confeitos e pastilhas	9.963	9.158	8,78	9,26
Demais produtos	4.391	11.017	-60,14	4,08
Combustíveis, óleos e ceras minerais, etc.	8.550	-	-	7,95
“fuel-oil”	8.550	-	-	7,95
Sal; enxofre; terras e pedras; gesso, cal, cimento	6.658	5.205	27,92	6,19
Granito cortado em blocos ou placas	3.244	3.758	-13,67	3,02
Demais produtos	3.414	1.447	135,98	3,17
Produtos de origem animal n.e.	6.182	4.946	24,99	5,75
Out. prod. de origem animal	6.182	4.946	24,99	5,75
Outros	6.124	9.965	-38,54	5,69
Consumo de bordo - comb. e lubrif. p aeronaves	5.841	6.046	-3,40	5,43
Demais produtos	283	3.919	-92,77	0,26
Demais capítulos	23.707	31.106	-23,79	22,03
Total	107.601	121.625	-11,53	100,00

Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração do BNB, ETENE, Conjuntura Econômica.

Quantos às importações, o estado do Rio Grande do Norte comprou US\$ 131,3 milhões, aumento de 22,9% no confronto jan./jun. 2013 e jan./jun. 2012. O trigo foi o principal produto, representando 17,7% das compras. A balança comercial do Estado registrou saldo negativo de US\$ 23,7 milhões.

Sergipe

As exportações sergipanas (US\$ 44,3 milhões) reduziram suas receitas em US\$ 30,1 milhões na comparação com igual período do ano anterior, dos quais US\$ 14,6 milhões correspondem à redução das exportações de sucos de laranja, principal produto da pauta de Sergipe, que declinaram 39,6% com relação

ao acumulado de jan./jun.de 2012. Vale ressaltar que a Holanda foi o principal destino das exportações de suco de laranja (65,7%). As principais empresas exportadoras do produto são a Tropfruit Nordeste S.A. e Marata Sucos do Nordeste Ltda.

As importações sergipanas somaram US\$ 161,5 milhões, registrando crescimento de 34,5% no período em análise, concorrendo para o déficit do saldo da balança comercial (US\$ 117,2 milhões). Os principais produtos importados forma outros trigos e misturas de trigo c/centeio (15,4%), outras máquinas de sondagem, rotativas (11,1%) e coque de petróleo não calcinado (8,8%).

Tabela 14 – Sergipe – principais capítulos/produtos exportados – jan/jun – 2013/2012 – US\$ 1.000 FOB

Capítulo/produto	jan - jun/ 2013	jan - jun/ 2012	Var. %	2013 part. %
Prep. de prod. hortícolas, frutas, etc.	23.310	47.560	-50,99	52,63
Sucos de laranjas	22.278	36.862	-39,56	50,30
Demais produtos	1.032	10.698	-90,35	2,33
Calçados, polainas, etc. e suas partes	8.458	9.134	-7,40	19,10
Outs.calç.cobr.tornoz.part.sup.borr., plást.	3.795	6.529	-41,88	8,57
Outs.calçados de materia têxtil, sola de borracha/plast.	2.346	1.689	38,88	5,30
Demais produtos	2.317	915	153,18	5,23
Demais capítulos	12.519	17.669	-29,15	28,27
Total	44.287	74.363	-40,44	100,00

Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração do BNB, ETENE, Conjuntura Econômica.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE INDÚSTRIA DE CALÇADOS. **Exportações registram leve desaceleração em junho**. 15 jul. 2013. Disponível em : <http://www.abi-calcados.com.br/site/noticias_detalhes.php?id=84&titulo=exportacoes-registram-leve-desaceleracao-em-junho>. Acesso em 24 ago 2013.

BALANÇA comercial tem o pior semestre em 18 anos. **Valor Econômico**, São Paulo, 01 jul. 2013. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/3181008/balanca-comercial-tem-o-pior-semester-em-18-anos#ixzz2dAfHftTc>>. Acesso em 26 ago 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Secretaria de Comércio Exterior. **Aliceweb**. Brasília, DF, 2013a. Disponível em: <<http://www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em 30 ago. 2013.

_____. **Balança comercial brasileira**, Brasília, DF, jan./jun. 2013b. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=3957&refr=1161>>. Acesso em 17 ago. 2013.

FUNCEX. **Boletim de comércio exterior**: índices de preço e quantum. Rio de Janeiro, ano XVII, n. 7, jul. de 2013a. Disponível em: <<http://www.funcec.com.br>>. Acesso em 17 set. 2013.

_____. **Informativo balanço comercial**: fluxos de comércio exterior brasileiro. Rio de Janeiro, ano III, n. 27, jul. de 2013b. Disponível em <<http://www.funcec.com.br>>. Acesso em 17 ago. 2013.

PEDROSO, Rodrigo. Sem compras da China: exportações brasileiras caíram 5,5% no semestre. **Valor Econômico**, São Paulo, 31 jul. 2013. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/3216952/sem-compras-da-china-exportacoes-brasileiras-cairiam-55-no-semester>>. Acesso em 17 ago. 2013.

6 – FINANÇAS PÚBLICAS

As principais fontes de recursos dos estados nordestinos são o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e os fundos constitucionais: Fundo de Participação dos Estados (FPE) e Fundo de Participação dos Municípios (FPM). No total dos recursos compostos por FPE, FPM e ICMS, a participação média do ICMS no período 2000 – 2012 foi de 50,7%. A evolução dos fundos está diretamente relacionada à evolução do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), dado que 44% destes dois impostos formam o valor a ser repassado na forma do FPE; e FPM e 3,0% para os fundos constitucionais FNE, FNO e FCE. Cabe salientar que 52,5% do FPE, 32,5% do FPM e 1,8% dos fundos constitucionais, vêm para a Região Nordeste.

A Tabela 1, abaixo, tenta contribuir com a discussão das razões da redução mais substancial no IPI. Até quanto dessa queda é decorrente da política adotada pelo Governo Federal, de cortes nas alíquotas do IPI para determinados setores, prejudicando os repasses dos fundos constitucionais, é difícil se determinar. A intenção da União é alavancar a atividade industrial que tem problemas de competitividade e que já vinha dando sinais de fraqueza desde 2011, quando teve um

crescimento de seu PIB de apenas 1,6%. A ideia é aumentar o volume da produção de forma a compensar, em parte, os cortes nas alíquotas e aumentar (ou manter) o nível de emprego no setor de transformação. O problema de se calcular o real impacto das políticas de incentivo fiscal à indústria é que o corte nas alíquotas provoca um aumento na demanda, que poderia não acontecer caso as alíquotas se mantivessem.

Tabela 1 – Receitas Federais – base de cálculo para o FPE e FPM

Meses	Imposto de Renda (R\$ milhões)			Imposto sobre Produtos Industrializados (R\$ milhões)		
	2012	2013	Variação real (%)	2012	2013	Variação real (%)
Janeiro	25.465	23.035	(9,54)	4.650	4.428	(4,79)
Fevereiro	28.953	33.532	15,82	4.069	3.379	(16,96)
Março	18.763	18.189	(3,06)	3.617	2.970	(17,91)
Abril	24.214	19.872	(17,93)	3.814	2.708	(29,01)
Mai	26.933	28.696	6,55	4.301	3.627	(15,67)
Junho	22.793	23.129	1,48	3.839	3.768	(1,85)
Julho	16.238	15.437	(4,93)	3.565	3.711	4,08
Total	163.358	162.028	(0,81)	27.857	24.591	(11,72)

Fonte: Dados do Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração do BNB, ETENE, Conjuntura Econômica.

Notas: 1 Valores a preços de julho de 2013, inflator usado IPCA.

2 Valor do IPI de janeiro de 2012, ajustado em função de que houve uma restituição no valor de R\$ 2.480 milhões.

Os dados mostram a evolução dos impostos nos primeiros semestres de 2012 e 2013, mês a mês. Nota-se que a variação real do IR se alterna em positiva e negativa, tendo uma queda nos sete meses de 0,8%, talvez refletindo a desaceleração da atividade econômica. A variação real do IPI é negativa nos seis primeiros meses do ano, quando comparados com o mesmo período de 2012, mês a mês, perfazendo uma variação total de -11,7%. Os dados da produção física industrial total, sem ajuste sazonal (PIM, IBGE), indicam uma queda de 0,4%, comparando-se os sete meses de

2013 com o mesmo período de 2012. A diferença entre a variação do IPI e da produção física industrial é muito grande. Supondo-se uma redução em função da desaceleração da atividade econômica, compatível com a evolução do IR, ainda sobraria -10% para explicar a redução do IPI. As desonerações podem explicar, pelo menos, parte desta evolução negativa no IPI. Na linha de que as desonerações afetam a distribuição do FPM aos municípios, a Confederação Nacional dos Municípios fez uma estimativa das perdas em 2012 e 2013, que são apresentadas na Tabela 2.

Tabela 2 – Estimativa de perdas do FPM em razão das desonerações do IPI

Estados/Região	2012 - R\$ milhões	2013 - R\$ milhões
Alagoas	39,8	23,9
Bahia	151,9	91,5
Ceará	87,1	49,8
Maranhão	69,5	41,7
Paraíba	54,0	32,4
Pernambuco	83,8	49,4
Piauí	44,3	26,6
Rio Grande do Norte	42,1	25,3
Sergipe	24,9	15,0
Nordeste	597,4	355,6

Fonte: Dados da Confederação Nacional dos Municípios. Elaboração do BNB, ETENE, Conjuntura Econômica.

6.1 – Arrecadação de ICMS

A arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), no Brasil, cresceu 11,9%, no 1º semestre de 2013, quando comparado com o mesmo período de 2012, conforme apresentado na Tabela 3. A variação real¹ ficou em 5,1%. O Nordeste fi-

cou abaixo da média nacional, mas ainda acima das regiões Norte, Sul e Centro-Oeste. A única região que puxou para cima a variação foi o Sudeste, com um índice de 12,5%, conforme mostra a Tabela 3.

1 O índice utilizado para o cálculo da variação real foi o IPCA no período em análise (índices médios do 1º semestre de 2012 e 2013), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Tabela 3 – Arrecadação de ICMS – 1º semestre – R\$ milhões

Regiões/Brasil	2012	2013	Var. %	Var. Real % (1)
Norte	9.176	10.001	9,0	2,4
Nordeste	24.391	27.244	11,7	4,9
Sudeste	85.712	96.463	12,5	5,7
Sul	24.908	27.742	11,4	4,6
Centro-Oeste	13.926	15.524	11,5	4,7
Brasil	158.113	176.974	11,9	5,1

Fonte: Dados do Ministério da Fazenda, Conselho Nacional de Política Fazendária. Elaboração do BNB, ETENE, Conjuntura Econômica.

(1) Índice de inflação. IPCA médio do 1º semestre de 2012 e 2013.

No Nordeste, a arrecadação desse tributo cresceu 4,9% em termos reais ou 11,7% nominais, no mesmo período. Se a relação entre a arrecadação do ICMS do Nordeste e do Brasil é uma aproximação aceitável da relação entre o PIB do Nordeste e do Brasil, espera-se que a Região apresente um crescimento em seu PIB no nível do crescimento do PIB bra-

sileiro². O ICMS da região nordestina é muito dependente do setor terciário. A representatividade média deste setor, entre os estados, é de 47,0%; já o segundo setor, que é o de petróleo, combustível e lubrificantes, representa 20,0%. Mudanças bruscas na arrecadação destes setores, associados ao secundário, que representa 19,0% da arrecadação, explicam a evolução do ICMS nordestino.

Tabela 4 – Arrecadação de ICMS – Nordeste – R\$ milhões

Estados/Região	Primeiro Semestre					
	2012	Part. %	2013	Part. %	Var. %	Var. Real % (1)
Alagoas	1.217	0,8	1.330	0,8	9,4	2,7
Bahia	7.010	4,4	7.932	4,5	13,2	6,3
Ceará	3.628	2,3	4.040	2,3	11,4	4,6
Maranhão	1.824	1,2	2.074	1,2	13,7	6,8
Paraíba	1.558	1,0	1.839	1,0	18,0	10,9
Pernambuco	5.132	3,2	5.601	3,2	9,1	2,5
Piauí	1.123	0,7	1.272	0,7	13,3	6,4
Rio Grande do Norte	1.761	1,1	1.908	1,1	8,3	1,8
Sergipe	1.138	0,7	1.248	0,7	9,7	3,0
Nordeste	24.391	15,4	27.244	15,4	11,7	4,9
Brasil	158.113	100,0	176.974	100,0	11,9	5,1

Fonte: Dados do Ministério da Fazenda, Conselho Nacional de Política Fazendária. Elaboração do BNB, ETENE, Conjuntura Econômica.

(1) Índice de inflação. IPCA médio do 1º semestre de 2012 e 2013.

2 Nos últimos anos observou-se um crescimento do ICMS Nordeste acima da arrecadação nacional, e o mesmo para a relação entre os PIB's. O fato é que nesse semestre a arrecadação do Sudeste surpreendeu positivamente e a seca no Nordeste deve ter puxado a arrecadação para baixo, via setor terciário que capta as vendas para os outros Estados.

No caso particular do Rio Grande do Norte, o setor petróleo não é relevante na estrutura de arrecadação do Estado. Ele é substituído pelo setor primário que representou 21,0% da arrecadação do primeiro semestre de 2013. Os três grandes estados da Região, são os mais importantes na arrecadação do ICMS em quase todos os setores. O setor primário aparece como relevante no Rio Grande do Norte e Piauí. Esses dois estados detêm 82,0% da arrecadação deste setor no primeiro semestre.

Os crescimentos significativos das arrecadações do ICMS, acima da média da Região e do País, ocorreram nos estados da Paraíba, Maranhão, Piauí e Bahia. O crescimento da arrecadação nos estados do Rio Grande do Norte, Pernambuco e Alagoas foram os menores da Região, e também ficaram abaixo da média nacional, cabendo ressaltar o baixo crescimento real do estado do Rio Grande do Norte, apenas 1,8%, apresentado na Tabela 3.

Tabela 5 – Variações relevantes da arrecadação do ICMS por setor – %

Estados	Primário	Secundário	Terciário	Energia	Petróleo	Outras Fontes	Participação no ICMS
Paraíba	14,9	18,9	40,6				90,2
Maranhão		26,9	17,1		17,1	27,1	92,4
Piauí	17,9		15,6		18,8		73,9
Bahia		19,9	24,0		36,5	-68	88,4
Rio Grande do Norte		4,4	8,2	-13,6			76,1
Pernambuco		3,7	8,1	-9,7		-14,9	81,1

Fonte: Dados do Ministério da Fazenda, Conselho Nacional de Política Fazendária. Elaboração do BNB, ETENE, Conjuntura Econômica.

No crescimento diferenciado da Paraíba, 18,0%, cabe destaque o aumento de 40,6% da arrecadação do setor terciário, o qual passou de uma arrecadação de R\$ 782 milhões para R\$ 930 milhões. Os outros dois setores relevantes na participação do ICMS no Estado não tiveram crescimento tão significativo, mas cresceram acima da média nacional e regional.

No estado da Bahia, os crescimentos nos setores secundário, terciário e petróleo, combustíveis e lubrificantes foram surpreendentes. Aumentaram a arrecadação em R\$ 1,4 bilhão, quando comparado com o mesmo período de 2012. Em contrapartida, houve uma queda na arrecadação do ICMS no segmento outras fontes no valor de R\$ 456 milhões, mas estas fontes pesam apenas 2,7% no total da arrecadação.

No Maranhão, os quatro setores referenciados na Tabela 5, aumentaram a arrecadação em R\$ 267 milhões, com destaque para os setores terciário e de petróleo, combustíveis e lubrificantes, com aumentos de R\$ 86 milhões e R\$ 84 milhões, respectivamente. No Piauí, os setores com maior crescimento são o terciário e de petróleo, com aumentos na arrecadação de R\$ 65 milhões e R\$ 59 milhões, respectivamente.

A menor evolução da arrecadação, no estado do Rio Grande do Norte, 8,3%, se deveu, principalmente, ao baixo crescimento da arrecadação do setor secundário, do terciário, e a queda na arrecadação do setor de energia, R\$ 21 milhões. Essas mesmas razões podem ser citadas, como causas para o baixo crescimento da arrecadação do estado de Pernam-

buco, 9,1%. A perda de arrecadação no setor de energia chegou a R\$ 45 milhões.

Os estados abrem novas frentes de disputa do ICMS, uma delas é causada pelo crescimento nas vendas por meio eletrônico. Em 2001, o comércio on-line faturava R\$ 540 milhões. No ano passado, essa cifra subiu para R\$ 18,7 bilhões. Hoje, o estado de origem da mercadoria fica com a totalidade do ICMS devido. No entanto, a partir de 2011, alguns estados passaram a cobrar o ICMS nas compras pela internet e por telemarketing, conforme o Protocolo ICMS nº 21, assinado por todos os estados nordestinos. Eles alegam que a maioria dos centros de produção e distribuição de mercadorias industrializadas está localizada nas regiões Sul e Sudeste e, portanto, perdem arrecadação. O procurador-geral da República ingressou com ação direta de inconstitucionalidade (Adin) no Supremo Tribunal Federal (STF) contra o Protocolo ICMS nº 21. Tramita no Congresso projeto de emenda constitucional que autoriza a cobrança de ICMS sobre o comércio eletrônico, já aprovado no Senado, que divi-

de o ICMS entre os estados de origem e de destino, quando o comprador for consumidor final e não empresa.

A aprovação da emenda arrefeceria os ânimos estaduais, que estão quentes em face da aprovação pela comissão de Assuntos Econômicos (CAE) que altera as alíquotas do ICMS sobre operações interestaduais. Se a proposta da CAE for aprovada pelo plenário do Senado, o ICMS passará, até 2018, a ter três alíquotas: de 4%, 7% e 12%. A primeira será aplicada às mercadorias e serviços provenientes dos Estados das regiões Sul e Sudeste para os Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A alíquota de 7% será aplicada aos bens e serviços das três regiões mais pobres destinados ao Sul e Sudeste. E a alíquota de 12% para a Zona Franca de Manaus e nove áreas de livre comércio da Amazônia e o gás natural. Atualmente as alíquotas interestaduais são de 7% e 12%. O Governo Federal não apoia a proposta de reforma aprovada pela CAE. A proposta original do Governo previa a unificação da alíquota interestadual do ICMS em 4% ao longo de oito anos.

6.2 – Fundos Constitucionais

Os repasses dos fundos constitucionais são calculados com base na arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). O Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) recebe 21,5% da arrecadação dos dois tributos, enquanto o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) recebe 23,5% da mesma arrecadação³. A parcela do Nordeste

no FPE corresponde a 52,5%, enquanto no FPM não passa de 35,2%.

Os critérios para a distribuição do FPE entre os estados foram definidos por uma lei complementar (LC nº 62) de 1989, em que 85% do total foram para as regiões menos desenvolvidas (Centro-Oeste, Norte e Nordeste). Os coeficientes estaduais foram

2 Dos 23,5%, 1% é repassado no primeiro decêndio de dezembro de cada ano - Emenda Constitucional nº 55, de 20/09/2007. (BRASIL. CONSTITUIÇÃO, 2013). O valor correspondente aos 22,5% restantes é calculado e repassado em parcelas mensais.

3 Dos 23,5%, 1% é repassado no primeiro decêndio de dezembro de cada ano (Emenda Constitucional nº 55, de 20/09/2007). O valor correspondente aos 22,5% restantes é calculado e repassado em parcelas mensais.

determinados através de combinações de critérios, que utilizam o território de cada estado, sua população e o inverso da renda per capita. Ocorreram mudanças expressivas na distribuição da renda per capita entre os estados, entre 1989 e 2011, especialmente para a Região Centro-Oeste.

O Supremo Tribunal Federal (STF) considerou inconstitucional a manutenção dos coeficientes de distribuição fixos para o FPE, dado que seis governos estaduais (Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) moveram ações questionando os critérios de distribuição, e exigiu a sanção de uma nova fórmula de distribuição dinâmica no início de 2013. A Lei Complementar que estabelece novas regras para o rateio do FPE, foi aprovada pela presidente Dilma Rousseff em 17 de julho de 2013, e entra em vigor em outubro. Os critérios atuais serão mantidos até 2015. Em 2016, cada Estado receberá o valor que lhe coube no ano anterior, corrigido pelo IPCA e acrescido de 75% da variação real do PIB registrada dois anos antes. A parcela que supe-

rar o montante especificado (valor de 2015 corrigido pelo IPCA e 75% da variação real do PIB), será distribuída proporcionalmente a coeficientes individuais de participação obtidos a partir da combinação de fatores representativos da população e do inverso da renda domiciliar per capita da entidade beneficiária.

A Tabela 6 apresenta as transferências do FPE para os estados do Nordeste. Observa-se um crescimento de 5,3%, no período analisado, janeiro a julho de 2013, com relação ao mesmo período de 2012. Em termos reais, observa-se uma redução 1,03%⁴, desempenho abaixo do crescimento do ICMS Nordeste no 1º semestre de 2013 (11,7% e 4,9% de variação real). A previsão do Tesouro Nacional, para 2013, sinaliza um crescimento de 11,1% do total da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para o Brasil, com relação a 2012. O valor da programação para 2013 é de R\$ 55,1 bilhões. No primeiro semestre, já foram realizados 57,8% da programação, muito próximo do esperado (58,3%).

Tabela 6 – Fundo de Participação dos Estados (FPE) – Nordeste - R\$ milhões – janeiro a julho

Estados/Região	2012	2013	Participação (%)	Programação 2013 ¹
Alagoas	1.256	1.323	4,2	2.291
Bahia	2.837	2.988	9,4	5.174
Ceará	2.215	2.333	7,3	4.040
Maranhão	2.179	2.295	7,2	3.975
Paraíba	1.446	1.523	4,8	2.637
Pernambuco	2.083	2.194	6,9	3.799
Piauí	1.305	1.374	4,3	2.379
Rio Grande do Norte	1.261	1.329	4,2	2.300
Sergipe	1.254	1.321	4,2	2.288
Nordeste	15.836	16.680	52,5	28.883

Fonte: Dados do Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração do BNB, ETENE, Conjuntura Econômica.

Nota: Os valores já estão deduzidos de 20% para o FUNDEB.

(1) Valores estimados para o ano pelo Tesouro.

⁴ O índice de inflação utilizado é o IPCA, com valores médios de 2012 e 2013.

Sobre as transferências do FPM, há de se observar que o seu crescimento nominal, para a Região Nordeste, foi um pouco menor no período analisado, FPE – 5,3% e FPM – 4,4%, conforme indicado na Tabela 7. Essa

diferença se deve ao crescimento dos estados do Ceará e Pernambuco. Enquanto estes estados cresceram 0,2% e 3,4%, respectivamente, o crescimento médio dos outros estados foi de 5,4%, semelhante ao do FPE.

Tabela 7 – Fundo de Participação dos Municípios (FPM) – Nordeste – R\$ milhões – janeiro a julho

Estados/Região	2012	2013	Participação (%)		Var. %	Var. Real (%) ⁽¹⁾	Programação 2013 ⁽²⁾
			2012	2013			
Alagoas	752	792	2,4	2,4	5,3	-1,1	1.451
Bahia	2.873	3.037	9,1	9,1	5,7	-0,7	5.557
Ceará	1.648	1.652	5,2	5,0	0,2	-5,8	3.025
Maranhão	1.314	1.383	4,2	4,2	5,3	-1,1	2.532
Paraíba	1.021	1.075	3,2	3,2	5,3	-1,1	1.968
Pernambuco	1.585	1.639	5,0	4,9	3,4	-2,8	3.000
Piauí	837	882	2,7	2,6	5,3	-1,1	1.616
Rio Grande do Norte	796	838	2,5	2,5	5,3	-1,1	1.534
Sergipe	471	496	1,5	1,5	5,3	-1,1	909
Nordeste	11.297	11.794	35,8	35,4	4,4	-1,9	21.591

Fonte: Dados do Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração do BNB, ETENE, Conjuntura Econômica.

(1) Inflator usado, IPCA médio janeiro a julho de 2012 e 2013.

(2) Valores estimados para o ano pelo Tesouro. Os valores já estão deduzidos de 20% para o FUNDEB.

A composição do FPM é que 10,0% vão para as capitais, 3,6% para os municípios da reserva (aqueles com população acima de 156.216 habitantes) e 86,4% para os outros (interior). A explicação para a queda do crescimento no FPM, vem das reduções nos coeficientes de participação dos estados do Ceará e Pernambuco. Analisando-se as decisões normativas do Tribunal de Contas da União (TCU), que define os coeficientes de distribuição do FPM para 2012 e 2013, observa-se que, para esses estados, houve queda nos coeficientes para as capitais e municípios com população acima de 156.216 habitantes (municípios da reserva), enquanto para os outros

estados os coeficientes cresceram 0,72%. No Ceará, por exemplo, Fortaleza perdeu 2,1 pontos percentuais no coeficiente de distribuição em 2013 e os municípios da reserva perderam 1,16%⁵. A queda em Pernambuco foi um pouco menor. Como o cálculo do FPM é feito com base nas informações da população do município e renda per capita do Estado prestadas ao TCU pelo IBGE, observa-se que o aumento na renda per capita dos dois Estados foi o fator redutor do FPM para 2013⁶. Tomando-se como hipótese de que a programação de 2013 do FPM, feita pelo Tesouro Nacional, se realizará, R\$ 60,8 bilhões, as previsões de perdas para esses Estados,

5 Municípios da reserva no Ceará: Caucaia, Juazeiro do Norte, Maracanaú e Sobral; Em Pernambuco: Cabo de santo Agostinho, Camaragibe, Caruaru, Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Paulista e Petrolina.

6 Como o fator é calculado usando-se o inverso da renda per capita, ou seja, quanto maior a renda menor a distribuição do FPM por esse indicador, e como o outro indicador, população cresceu muito pouco, os dois estados passaram a ter fatores menores em 2013. Pelas informações do IBGE, entre 2009 e 2010, a renda per capita dos estados do Ceará e Pernambuco cresceu 19,9% e 21,6%, respectivamente.

em função das reduções dos coeficientes de distribuição, estão na Tabela 8.

As colunas coeficientes de 2012 e 2013 indicam de quanto será o valor a ser distribuído para os municípios adotando-se os coeficientes de cada ano. Nota-se que Fortaleza deverá perder R\$ 150 milhões em função da mudança do coeficiente. Para os municípios da reserva, como os coeficientes são iguais para cada município, no Ceará, cada um dos quatro municípios sofrerão perda de R\$ 6,5

milhões neste ano. Os valores são os mesmos para os municípios classificados como interior (todos do Estado à exceção da capital e os da reserva) porque os valores para cada estado foram fixados na Lei complementar 62, de 28/12/1989, c/c resolução-TCU 242/1990 e, assim como os índices do FPE, permanecem os mesmos. O que pode mudar são os coeficientes para os municípios dentro do Estado, porque dependem da população informada pelo IBGE.

Tabela 8 – Previsão das perdas no FPM em 2013 – Ceará e Pernambuco – R\$ milhões

Estados/Municípios	Coeficiente de 2012	Coeficiente de 2013	Perda
Ceará	3.175	3025	150
Fortaleza	641	517	125
Municípios da Reserva (1)	271	246	26
Interior (2)	2.262	2.262	0
Pernambuco	3.052	3.000	52
Recife	359	325	34
Municípios da Reserva (1)	433	415	19
Interior (2)	2.260	2.260	0

Fonte: Dados do Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração do BNB, ETENE, Conjuntura Econômica.

(1) Municípios com mais de 156.216 habitantes.

(2) Os outros municípios do Estado.

Tabela 9 – Fundo de Participação dos Municípios (FPMc) – capitais Nordeste – R\$ milhões – janeiro a julho

Capitais/ Região	2012	2013	Participação (%)		Var. %	Var. Real (%) ⁽¹⁾	Programação 2013 ⁽²⁾
			2012	2013			
Maceió	166	175	5,3	5,2	5,2	-1,1	323
Salvador	239	251	7,6	7,6	5,2	-1,1	465
Fortaleza	332	279	10,5	8,4	-15,8	-20,9	517
São Luís	166	175	5,3	5,2	5,2	-1,1	323
João Pessoa	133	140	4,2	4,2	5,2	-1,1	258
Recife	186	176	5,9	5,3	-5,3	-11,0	325
Teresina	166	175	5,3	5,2	5,2	-1,1	323
Natal	106	112	3,4	3,4	5,2	-1,1	207
Aracaju	96	101	3,0	3,0	5,2	-1,1	186
Nordeste	1.589	1.583	50,3	47,6	-0,4	-6,4	2.926

Fonte: Dados do Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração do BNB, ETENE, Conjuntura Econômica.

(1) Inflator usado, IPCA médio janeiro a julho de 2012 e 2013. Valores estimados para o ano pelo Tesouro.

(2) Os valores já estão deduzidos de 20% para o FUNDEB.

A Tabela 9 ilustra que as atualizações dos parâmetros do cálculo do FPM do exercício 2012 para 2013, já apresentam os resultados negativos para Fortaleza e Recife. Enquanto as outras capitais tiveram variação de 5,2%, no período analisado, Fortaleza teve uma queda de 15,8% e Recife de 5,3%.

A estimativa para o FPE e FPM, feita pelo Tesouro, para os meses agosto, setembro e outubro, em que a taxa reflete a variação em relação ao mês imediatamente anterior, são: 24,7%, -15,0% e 7,6%, respectivamente.

6.3 – Transferências voluntárias

As transferências voluntárias da União para os entes federados, no primeiro semestre de 2013, foram de R\$ 4,4 bilhões, conforme mostra a Tabela 10. Os estados nordestinos captaram 37,0% dessas transferências, R\$ 1,6 bilhão. As transferências para a Região cresceram 20,8%, comparando com o mesmo período de 2012. O crescimento das transferências para a Região Nordeste só foi superada pelo Centro-Oeste, que evoluiu em 35,6% no período em análise. Detalhando esta variação para o Nordeste, observa-se que as transferên-

cias para os municípios, comparadas com as transferências para os estados, foram as que mais cresceram, 30,0% e 0,8%, respectivamente. É interessante observar que o valor das transferências para os estados em 2013, comparadas com 2012, tem uma variação muito grande. Enquanto que as transferências para Ceará e Alagoas tiveram um crescimento respectivo de 162,9% e 75,42%, enquanto isso, as transferências para o Rio Grande do Norte e Piauí caíram em -22,2% e -19,6%, respectivamente.

Tabela 10 – Transferências Voluntárias da União – 1º semestre – R\$ milhões

Estados/Regiões	Municípios		UF's		Total das Transferências					
	2012	2013	2012	2013	2012	Part %	2013	Part%	Variação (%)	
	A		B		A + B		A + B	Part%	Nominal	Real (1)
Nordeste	928	1.206	431	435	1.359	37,4	1.641	37,0	20,8	13,4
Alagoas	50	63	20	34	69	1,9	97	2,2	40,4	31,9
Bahia	236	304	119	86	355	9,8	390	8,8	9,9	3,2
Ceará	158	200	23	60	180	5,0	261	5,9	44,4	35,6
Maranhão	137	178	39	34	175	4,8	212	4,8	21,0	13,6
Paraíba	66	82	51	44	117	3,2	126	2,8	8,0	1,4
Pernambuco	129	189	71	85	201	5,5	274	6,2	36,3	28,0
Piauí	66	80	52	42	118	3,2	122	2,8	3,6	-2,7
Rio Grande do Norte	55	68	46	36	101	2,8	104	2,3	2,5	-3,7
Sergipe	31	41	11	15	42	1,2	56	1,3	31,1	23,1
Norte	258	314	154	159	413	11,4	473	10,7	14,7	7,7
Sudeste	740	930	422	485	1.162	32,0	1.415	31,9	21,7	14,4
Sul	294	362	155	206	449	12,4	568	12,8	26,6	18,9
Centro - Oeste	147	172	101	163	247	6,8	336	7,6	35,6	27,4
Brasil	2.367	2.985	1.263	1.447	3.630	100,0	4.432	100,0	22,1	14,7

Fonte: Dados do Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração do BNB, ETENE, Conjuntura Econômica.

(1) Índice de inflação utilizado, IPCA médio do 1º semestre de 2012 e do 1º semestre de 2013.

Os principais programas utilizados nas transferências voluntárias para o Nordeste, no primeiro semestre de 2013, estão nos Ministérios da Educação e do Desenvolvi-

mento Social e Combate a Fome. Eles realizaram 89,4% do total das transferências, conforme os dados apresentados na Tabela 11.11,7% e Recife de 0,6%.

Tabela 11 – Fluxos de transferências voluntárias dos principais Ministérios – 1º semestre de 2013 – R\$ milhões

Região/ Estados	Educação		DSCF (1)		Outros Ministérios		Total das Transferências		Restos a Pagar e Pagos em 2013 (2)
	Valor	Part. Relativa	Valor	Part. Relativa	Valor	Part. Relativa	Valor	Part. Relativa	
Nordeste	1.157	70,5	318	19,4	167	10,1	1.641	100	824
Alagoas	63	65,0	17	17,0	18	18,0	97	100	69
Bahia	311	79,8	73	18,8	6	1,4	390	100	156
Ceará	190	73,0	45	17,3	25	9,8	261	100	107
Maranhão	157	74,1	46	21,9	9	4,0	212	100	72
Paraíba	75	59,2	28	22,4	23	18,3	127	100	88
Pernambuco	168	61,4	47	17,3	58	21,2	274	100	180
Piauí	85	69,6	26	21,0	11	9,4	122	100	61
Rio Grande do Norte	66	63,9	22	21,5	15	14,7	104	100	59
Sergipe	41	74,1	13	23,3	1	2,6	56	100	32

Fonte: Dados do Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração do BNB, ETENE, Conjuntura Econômica.

(1) Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome.

(2) Restos a pagar não processados e pagos em 2013, relativos a transferências voluntárias.

Os principais programas utilizados pelos ministérios para efetivar as transferências voluntárias são: Educação básica; Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS); Educação Profissional e Tecnológica; Gestão de Riscos e Resposta a Desastres, desenvolvimento Produtivo e Bolsa Família,

que representam 95,8% das transferências voluntárias do primeiro semestre de 2013. Cabe ainda observar que os restos a pagar não processados e pagos em 2013 foram da ordem de R\$ 824 milhões, 50,2% do total das transferências de 2013.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Fazenda. Conselho Nacional de Política Fazendária. **Boletim do ICMS e demais impostos estaduais**. Brasília, DF, 2013a. Disponível em: <[http://www.fazenda.gov.br/Conselho Nacional de Política Fazendária/boletim/valores.htm](http://www.fazenda.gov.br/Conselho%20Nacional%20de%20Política%20Fazendária/boletim/valores.htm)>. Acesso em: ago. 2013.

_____. Secretaria do Tesouro Nacional. **Boletim do FPE e FPM e transferências voluntárias**. Brasília, DF, 2013b. Disponível em:

<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/transferencias_constitucionais.asp>. Acesso: ago. 2013

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa industrial mensal de produção física**. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/industria/pimpfregional/default.shtm>>. Acesso em: ago. 2013.

7 – INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

7.1 – Saldo das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional

O Sistema Financeiro Nacional¹ alcançou, no final de junho, o estoque total das operações de crédito, no montante de R\$ 2.531,5 bilhões, representando um crescimento de 16,4% no saldo acumulado de junho de 2013, frente a igual período do ano anterior, segundo informações fornecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN, 2013b), conforme podemos visualizar na Tabela 1.

O avanço moderado do crédito refletiu as expectativas da expansão da atividade econômica no primeiro semestre do ano corrente, aliado à posição cautelosa dos bancos em conceder novos empréstimos, resultado do nível de inadimplência, e por consequência, da necessidade de provisões para devedores duvidosos. Ademais, a capacidade das famílias em assumir novos empréstimos parece limitada, tendo em vista o crescimento do nível de endividamento das famílias, reflexo de um crescimento mais expressivo do estoque de crédito quando comparado à expansão da renda, de maneira que esta última cresceu de forma mais suave ao longo do tempo, conforme aponta a pesquisa. (RELATÓRIO DE ESTABILIDADE..., 2013).

A desaceleração na taxa de crescimento das operações de crédito vem sendo observada desde o primeiro semestre de 2011, apresentando uma tendência mais sustentável de expansão da carteira no longo prazo. Neste contexto, os bancos públicos continuam ganhando participação no crédito total, assim como a carteira que utiliza recursos direcionados (lastreados com recursos compulsórios ou governamentais).

A expansão do crédito no Brasil vem sendo influenciada pelo comportamento das operações financiadas com recursos direcionados desde meados de 2010. Nessa perspectiva, nos primeiros seis meses do ano de 2013, observou-se um crescimento de 26,6% para a referida variável, comparado ao primeiro semestre de 2012, quase o triplo da expansão exibida pelas operações financiadas com recursos livres (9,7%).

Assim, o saldo das operações financiadas com recursos direcionados atingiu, em junho, R\$ 1.085,9 bilhões, correspondendo a 42,9% de todo o crédito concedido no País. Nessa categoria, a maior elevação nos

1 O Sistema Financeiro Nacional aqui considerado é formado pelo Sistema Bancário (bancos comerciais, bancos múltiplos, com carteira comercial, Caixa Econômica Federal e bancos de investimento), além do segmento constituído pelos bancos de desenvolvimento, cooperativas de crédito, agências de fomento, associações de poupança e empréstimo, companhias hipotecárias, sociedades de arrendamento mercantil, sociedades corretoras de câmbio, sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades de crédito ao microempreendedor e sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários. Vale ressaltar que no saldo relativo ao Sistema Financeiro Nacional, não estão inclusos os recursos dos fundos constitucionais (Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO e Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE).

últimos seis meses ocorreu para os financiamentos habitacionais (15,9%), impulsionados pelo programa Minha Casa Minha Vida, e para o crédito rural (14,0%). Em outra perspectiva, as operações financiadas com recursos livres atingiram R\$ 1.445,6 bilhões, no final de junho, exibindo um aumento de

9,7% nos últimos seis meses. Embora ainda representando a maior parcela do crédito (57,1%), as operações com recursos livres vêm registrando uma nítida tendência de queda em sua representatividade, decorrente de sua menor taxa de crescimento, observada nos últimos anos.

Tabela 1 – Brasil: saldo das operações de crédito do Sistema Financeiro – usos e fontes dos recursos e controle de capital – junho de 2012 e 2013 – R\$ milhões correntes

Discriminação	Junho		Variação nominal	Participação jun/13, %	Crédito/PIB ⁽¹⁾ , em %	
	2012	2013			jun/12	jun/13
1. Destinação por Setor	2.175.135	2.531.490	16,4	100,0	50,9	55,2
1.1. Setor Público	91.335	133.983	46,7	5,3	2,1	2,9
União	47.757	70.291	47,2	2,8	1,1	1,5
Estados e Municípios	43.577	63.692	46,2	2,5	1,0	1,4
						0,0
1.2. Setor Privado	2.083.801	2.397.507	15,1	94,7	48,8	52,3
Indústria	437.634	484.337	10,7	19,1	10,2	10,6
Habituação	258.372	345.730	33,8	13,7	6,0	7,5
Rural	145.654	191.025	31,1	7,5	3,4	4,2
Comércio	214.796	231.709	7,9	9,2	5,0	5,1
Pessoas Físicas ⁽²⁾	677.089	733.646	8,4	29,0	15,8	16,0
Outros Serviços	350.256	411.060	17,4	16,2	8,2	9,0
						0,0
2. Destinação por Tomador	2.175.135	2.531.490	16,4	100,0	50,9	55,2
2.1. Pessoas Físicas	994.100	1.157.400	16,4	45,7	23,3	25,3
2.2. Pessoas Jurídicas	1.181.100	1.374.100	16,3	54,3	27,6	30,0
						0,0
3. Fontes dos Recursos	2.175.135	2.531.490	16,4	100,0	50,9	55,2
3.1. Livres	1.317.700	1.445.600	9,7	57,1	30,8	31,5
3.2. Direcionados ⁽³⁾	857.500	1.085.900	26,6	42,9	20,1	23,7
						0,0
4. Controle de Capital	2.175.135	2.531.490	16,4	100,0	50,9	55,2
4.1. Inst. Fin. Públicas	984.151	1.272.622	29,3	50,3	23,0	27,8
4.2. Inst. Fin. Priv. Nacionais	821.616	864.823	5,3	34,2	19,2	18,9
4.3. Inst. Fin. Estrangeiras	369.368	394.044	6,7	15,6	8,6	8,6

Fonte: Banco Central do Brasil. Economia e finanças, 2013b.

(1) Estimativa do Banco Central para o PIB dos 12 últimos meses - valores correntes.

(2) Exclui as operações realizadas com os setores rural e habitacional.

(3) Operações realizadas com recursos compulsórios ou governamentais.

Sob o âmbito dos recursos livres, o crédito concedido às famílias, cresceu apenas 3,3%, no primeiro semestre de 2013. No referido grupo, a maior parcela do valor das operações foi destinada para a modalidade

de cartão de crédito (53,9%), seguido pelo cheque especial (21,1%), crédito pessoal (16,3%), com grande destaque para o crédito consignado, e pelo crédito destinado à aquisição de veículos (5,77%). Em termos

de desempenho, chama a atenção o crescimento negativo de -17,3% das concessões do crédito para aquisição de veículos, quando comparado o mês de junho de 2013 vis-à-vis ao mesmo mês do ano anterior.

Analisando sob a ótica do controle de capital, as instituições financeiras públicas continuam liderando o crescimento das operações de crédito no País, exibindo uma taxa de expansão de 29,3%, nos primeiros seis meses de 2013, comparativamente ao mesmo período do ano anterior, bem acima dos índices registrados pelas instituições financeiras privadas nacionais (5,3%) e pelas instituições financeiras estrangeiras (6,7%), demonstrando a diferença de disposição a conceder crédito desses segmentos. Como resultado, a participação dos bancos oficiais, que era de 45,2%, em junho do ano passado, evoluiu para 50,3%, em junho último. Dessa forma, os bancos oficiais agora possuem mais da metade do saldo das operações de crédito do sistema financeiro.

O desempenho mais sólido dos bancos públicos remonta ao período da crise financeira internacional (2008/2009), quando exerceram um importante papel contracíclico, disponibilizando crédito em momento de forte contração do crédito pelos bancos privados, elevada aversão ao risco e de baixo crescimento econômico. Ademais, em momento posterior, conduziram o mercado de crédito brasileiro ao processo de redução das taxas de juros, de forma que apresentaram condições mais competitivas, conquistando novos clientes e aumentando sua participação na indústria bancária.

No que tange às condições de concessão de crédito, percebe-se uma nítida melhora, no período analisado. A taxa de juros média, que em junho do ano passado era de 20,1% a.a. (ao ano), caiu para 18,5% a.a., em junho

último, refletindo uma queda maior para operações com pessoas físicas do que para as empresas. A taxa de spread (diferença de juros entre a captação e aplicação de recursos) também acompanhou a queda dos juros, reduzindo de 12,8 p.p. (pontos percentuais), para 10,9 p.p.. O prazo utilizado na concessão de crédito também registrou uma melhora, pois houve um alongamento nos prazos de concessão, de 80,6 meses, para 93,7 meses, entre as duas posições consideradas.

Dentro deste contexto, houve também uma leve melhora na qualidade do crédito concedido. Assim, a taxa de inadimplência (proporção das operações vencidas há mais de 90 dias em relação ao total do crédito), reduziu de 3,8%, em junho do ano passado, para 3,4%, em junho último, resultado fundamentado exclusivamente à queda na taxa de inadimplência das famílias, tendo em vista que o índice para as empresas permaneceu constante.

Visto sob outro aspecto, há uma nítida diferença desse indicador quando se analisa a fonte dos recursos. Enquanto a taxa de inadimplência das operações de crédito realizadas com recursos direcionados era de 1,1%, em março último, o índice para as operações com recursos livres era de 5,2%. A inadimplência, segundo o controle de capital, também apresentou um quadro semelhante. Em junho de 2013, as instituições financeiras públicas registraram um índice de inadimplência de 1,9%, bem abaixo dos valores exibidos para as instituições financeiras privadas nacionais (4,8%) e para as instituições financeiras estrangeiras (5,2%).

Ainda segundo o Relatório de Estabilidade... (2013), a capacidade de solvência do sistema bancário brasileiro permanece robusta, tendo inclusive apresentado melhora em períodos recentes. O Índice de Basileia

(índice mínimo de capital para cobertura de risco de crédito) demonstrou estabilidade, ao redor dos 16,4%, acima do mínimo regulatório de 11%, mas que apresenta convergência no atendimento do percentual regulamentar no médio prazo. Comportamento semelhante foi evidenciado pelo índice de capital próprio sobre ativos, o qual tem se mantido estável desde dezembro de 2010.

As análises de cenários e de sensibilidade desenvolvidas pelo BACEN demonstram que o sistema bancário brasileiro apresenta boa capacidade de suportar os efeitos de choques adversos consecutivos, decorrentes de um cenário de deterioração da condição macroeconômica do País ou de mudanças abruptas nas taxas de juros, de câmbio ou na inadimplência.

Tabela 2 – Brasil: taxa de inadimplência ⁽¹⁾ das operações de crédito do Sistema Financeiro – junho de 2012 e 2013. Em %.

Discriminação	Junho	
	2012	2013
1. TOTAL	3,8	3,4
1.1. Pessoas Jurídicas	2,2	2,1
1.2. Pessoas Físicas	5,9	5,0
2. Fonte dos Recursos		
2.1. Livres	5,7	5,2
2.2. Direcionados	1,1	1,1
3. Controle do Capital		
3.1. Inst. Fin. Públicas	1,8	1,9
3.2. Inst. Fin. Priv. Nacionais	5,6	4,8
3.3. Inst. Fin. Estrangeiras	5,2	5,2

Fonte: BACEN. Economia e Finanças, 2013b.

(1) Percentual das operações com atraso superior a 90 dias em relação ao total do respectivo crédito.

7.2 – Saldo das operações e qualidade do crédito do Sistema Financeiro Nordestino

Segundo informações fornecidas pelo Banco Central (2013a), no final de junho de 2013, o saldo das operações de crédito do Sistema Financeiro Nordestino² atingiu R\$ 324,2 bilhões, apontando um crescimento da ordem de 18,0%, quando comparado ao

mesmo período do ano anterior, ligeiramente acima da média nacional (16,3%), entretanto, pouco abaixo da expansão ocorrida no Centro-Oeste (21,6%).

A expansão do crédito no Nordeste foi acompanhada por uma leve melhora na sua

² O Sistema Financeiro Nordestino aqui considerado compreende as operações de crédito, com saldo superior a R\$ 5 mil, realizadas pelos bancos comerciais, bancos múltiplos, Caixa Econômica Federal, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, agências de fomento e sociedades de arrendamento mercantil.

qualidade, tendo em vista que a taxa de inadimplência (proporção das operações vencidas há mais de 90 dias sobre o total do crédito), caiu de 4,2%, em junho de 2012, para 3,9%, em junho do corrente ano. Essa redução foi influenciada pela queda no índice de inadimplência das operações de crédito das pessoas físicas (de 5,8%, para 5,2%), uma vez que a taxa para as empresas permaneceu constante no período (2,4%).

No Nordeste, o incremento das operações de crédito realizadas com as pessoas físicas (18,6%) foi ligeiramente superior ao aumento exibido pelas empresas (17,4%), diferença que vem sendo reduzida nos últimos meses,

uma vez que, até meados de 2012, o crescimento da primeira chegava a quase o dobro da segunda. Esse resultado sugere pelo menos três interpretações. A primeira, é que a taxa de expansão das operações de crédito para as famílias está convergindo para um valor menor, compatível com um crescimento sustentável de longo prazo, em razão do endividamento das famílias. A segunda, diz respeito ao menor ímpeto da renda, aliado ao aumento dos juros dos financiamentos. A terceira, é a ocorrência de um leve arrefecimento no ritmo de expansão das operações de crédito consignado e para aquisição de veículo, de grande peso nas operações de crédito para pessoas físicas na Região.

Tabela 3 – Estados do Nordeste e Regiões Brasileiras – saldo das operações de crédito do Sistema Financeiro (1) e qualidade do crédito - posições em final de junho de 2012 e 2013

Estados/Regiões	Saldo Oper. R\$ Milhões		Varia. Nomi. (b) / (a) em %	Partic. % jun/13	Índice de Inadimplência (2) - jun/13 (%)		
	junho	junho			Pessoas físicas	Pessoas jurídicas	Total
	2012 (a)	2013 (b)					
Maranhão	24.244	28.843	19,0	9,5	5,6	2,7	4,5
Piauí	11.085	13.245	19,5	4,4	5,1	2,6	4,2
Ceará	39.856	46.671	17,1	15,4	5,2	2,7	4,0
R.G. Norte	18.169	22.288	22,7	7,4	4,5	2,3	3,6
Paraíba	16.210	19.060	17,6	6,3	5,2	3,6	4,7
Pernambuco	62.081	71.045	14,4	23,5	5,3	1,3	2,9
Alagoas	13.927	16.500	18,5	5,4	5,8	2,8	4,7
Sergipe	12.086	14.229	17,7	4,7	4,2	2,5	3,5
Bahia	77.045	92.350	19,9	30,5	5,1	3,1	4,1
NORDESTE	274.703	324.229	18,0	14,1	5,2	2,4	3,9
NORTE	80.895	95.094	17,6	4,1	5,3	2,9	4,2
CENTRO-OESTE	193.747	235.645	21,6	10,3	3,4	1,9	2,8
SUDESTE	1.158.113	1.329.920	14,8	58,0	4,4	1,8	2,9
SUL	383.723	447.836	16,7	19,5	3,1	2,1	2,6
TOTAL REGIÕES (3)	2.091.181	2.432.724	16,3	106,1

Fonte: BACEN. Sistema gerenciador de séries temporais, 2013a.

- (1) Saldo das operações de crédito, com valor superior a R\$ 5 mil, realizadas pelos bancos múltiplos, bancos comerciais, Caixa Econômica Federal, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, companhias hipotecárias, agências de fomento e sociedades de arrendamento mercantil.
- (2) Corresponde ao valor das operações vencidas há mais de 90 dias, sobre o total das operações de crédito. Estão excluídas desse cálculo as operações de cartão de crédito - compras à vista - do total do crédito.
- (3) Por se tratar de um subconjunto, o total das regiões correspondeu, no final de junho/2013, a 96,1% do total das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional.

... Informação não disponibilizada.

No que tange em termos de participação, no final de junho de 2013, o saldo das operações de crédito do Nordeste destinado às famílias representava um pouco mais da metade (52,1%) do total, cabendo a parcela restante (47,9%) às empresas, estrutura um pouco diferente da observada para a média brasileira, com maior preponderância do crédito destinado às empresas (54,3%), comparativamente às famílias (45,7%). Vale ressaltar que a composição do crédito nacional está bastante influenciada pelo peso da estrutura vigente no Sudeste, com maior pre-

domínio do crédito para a produção (59,0%) do que para o consumo (41,0%).

Entre os estados, o maior aumento no saldo das operações de crédito ocorreu no Rio Grande do Norte (22,7%), acompanhado pela Bahia (19,9%), pelo Piauí (19,5%) e pelo Maranhão (19,0%). A menor expansão foi registrada em Pernambuco (14,4%). Em termos de participação, apenas três estados (Bahia, Pernambuco e Ceará) concentravam cerca de dois terços do estoque de crédito da Região, reproduzindo assim o mesmo peso que os referidos estados detêm na composição do PIB do Nordeste (64,0%).

7.3 – Saldo dos depósitos e das operações de crédito do Sistema Bancário Nordestino

O saldo dos depósitos captados pelo Sistema Bancário Nordestino atingiu R\$ 171,9 bilhões, em maio de 2013, apontando um crescimento de 6,7%, comparativamente ao mesmo mês do ano anterior, sendo em nível abaixo da expansão verificada em nível nacional (10,9%), consoante informações fornecidas pelo Banco Central (2013d).

A elevação no saldo dos depósitos bancários da Região deveu-se exclusivamente ao aumento ocorrido nos bancos públicos (11,3%), haja vista que os depósitos bancários captados pelos bancos privados apre-

sentaram-se em declínio (- 2,5%), no período considerado. Em termos de participação, os bancos oficiais responderam pela maior parcela dos depósitos captados no Nordeste (69,1%), cabendo aos bancos privados a parcela restante (30,9%).

O maior crescimento na captação de depósitos entre os bancos oficiais ocorreu na Caixa Econômica Federal (16,5%), seguida pelo Banco do Nordeste (14,2%) e pelo Banco do Brasil (6,5%). No rol estadual, os maiores aumentos foram observados no Piauí (14,2%), na Paraíba (14,0%) e em Sergipe (9,3%).

3 Na citada posição, o saldo das operações de crédito do Sistema Bancário Nordestino representava 50,6% do total do Sistema Financeiro Regional. Essa diferença de participação é explicada, em grande medida, pelas operações financiadas com recursos do BNDES/FINAME e do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, gerido pelo BNB, de grande peso nas operações de crédito da Região e que, por definição, não estão agrupadas no Sistema Bancário Nordestino, mas figuram no Sistema Financeiro Regional.

Sob a ótica das operações de crédito, o saldo do Sistema Bancário Nordestino, no final de junho, atingiu R\$ 164,0 bilhões³, registrando-se um crescimento de 24,6%, comparativamente ao mesmo mês do ano anterior. Em consonância com o comportamento da captação de depósitos, a expansão das operações de crédito do sistema bancário nordestino também deveu-se exclusiva-

mente ao crescimento registrado pelos bancos públicos (33,6%), tendo em vista que as operações da banca privada registraram um leve aumento (1,8%), no período sob análise. Entre os bancos oficiais, o maior incremento nas operações de crédito ocorreu na Caixa Econômica Federal (48,2%), bastante influenciado pelos financiamentos imobiliários, Banco do Brasil (27,1%) e bancos estaduais (15,6%).

Tabela 4 – NORDESTE – Saldos de depósitos e operações de crédito, por Instituição Financeira (1) – maio de 2012 e 2013 – R\$ milhões

Discriminação/ Posição	Banco do Brasil	Caixa Econômica Federal	Bcos. Federais, exceto BB BNB (2)	Total	Bancos Estaduais	Bancos Públicos	Bancos Privados	Total(3)
Depósitos								
Maio de 2012	51.434	44.212	9.061	8.795	2.384	106.825	54.395	161.220
Maio de 2013	54.782	51.487	10.344	10.168	2.460	118.897	53.060	171.957
Varição Nominal, em %	6,5	16,5	14,2	15,6	3,2	11,3	-2,5	6,7
Participação Maio/13, em %	31,9	29,9	6,0	5,9	1,4	69,1	30,9	100,0
Operações de Crédito								
Maio de 2012	39.504	42.434	10.462	10.758	1.745	94.441	37.187	131.628
Maio de 2013	50.206	62.869	9.861	11.117	2.018	126.210	37.851	164.061
Varição Nominal, em %	27,1	48,2	-5,7	3,3	15,6	33,6	1,8	24,6
Participação Maio/13, em %	30,6	38,3	6,0	6,8	1,2	76,9	23,1	100,0

Fonte: Banco Central do Brasil. SISBACEN, 2013d.

(1) Saldos referentes aos bancos comerciais, bancos múltiplos, com carteira comercial e Caixa Econômica Federal.

(2) Valores correspondentes às operações realizadas pelo BNB nos Estados do Maranhão até a Bahia, sem incluir as agências extrarregionais. Os valores referentes ao FNE não estão inclusos, por tratar-se de fundo constitucional.

(3) Bancos Públicos + Bancos Privados.

Em termos de participação, os bancos públicos responderam por três quartos do total do crédito bancário do Nordeste, cabendo o quarto restante aos bancos privados, valendo lembrar que essa participação dos bancos oficiais vem sendo ampliada em anos recentes, decorrente de um melhor desempenho dos primeiros sobre os segundos.

Entre os estados, a maior expansão no saldo das operações de crédito ocorreu em Alagoas (35,0%), seguido pelo Maranhão (30,7%) e pela Paraíba (30,4%). O menor aumento aconteceu na Bahia (16,7%). Em termos de participação percentual dos estados na realização das operações de crédito, destacam-se os estados da Bahia (27,0%), Pernambuco (22,7%) e Ceará (14,7%).

Tabela 5 – NORDESTE: evolução nominal e participação dos saldos dos depósitos e das operações de crédito dos Estados – posição em final de maio de 2013 – Em %

Estados/Região	Depósitos		Operações de crédito	
	Variação	Participação	Variação	Participação
	maio-13/maio-12	Est/NE, maio/13	maio-13/maio-12	Est/NE, maio/13
Maranhão	8,9	6,0	30,7	7,4
Piauí	14,2	3,6	26,0	4,7
Ceará	5,3	21,4	26,9	14,7
Rio Grande do Norte	7,3	5,1	29,8	6,8
Paraíba	14,0	6,0	30,4	6,6
Pernambuco	0,2	22,3	21,3	22,7
Alagoas	11,4	4,5	35,0	5,1
Sergipe	9,3	4,8	25,2	5,0
Bahia	9,2	26,3	20,1	27,0
NORDESTE⁽¹⁾	6,7	100,0	24,6	100,0

Fonte: Banco Central do Brasil. SISBACEN, 2013d.

(1) No Nordeste, no final de maio de 2013, o saldo dos depósitos bancários havia atingido o montante de R\$ 171,9 bilhões e as operações de crédito R\$ 164,0 bilhões. Os saldos referem-se aos bancos comerciais, bancos múltiplos, com carteira comercial e Caixa Econômica Federal. Não estão incluídas as operações de crédito realizadas pelo BNDES/FINAME e pelo BNB/FNE no Nordeste.

7.4 – BNB: taxas de juro, saldo dos depósitos e das operações de crédito

O Banco do Nordeste do Brasil S/A, principal órgão de fomento sediado na Região Nordeste, tem também se destacado nas suas operações de banco comercial, por praticar taxas de juros compatíveis com as praticadas no Sistema Financeiro Nacional.

Esse desempenho foi constatado na pesquisa realizada pelo Banco Central (2013e), cobrindo o período de 26 de junho a 4 de julho último, para acompanhar a evolução dos encargos financeiros cobrados nas principais operações de crédito junto a um grupo representativo de instituições financeiras que operaram no mercado de crédito nacional.

No grupo de operações para pessoas físicas, o BNB ficou em primeiro lugar por praticar a mais baixa taxa de juros no País, nas operações de desconto de cheques. Foi tam-

bém o terceiro colocado nos encargos financeiros cobrados no crédito pessoal consignado INSS, o nono colocado nas operações de crédito pessoal consignado privado, bem como ocupou a décima colocação nas operações de cheque especial em todo o Brasil.

Nas operações com as empresas, a taxa de juros cobrada pelo BNB no cheque especial foi a mais baixa entre os bancos pesquisados no País, ficando em terceiro lugar nas operações de conta garantida e capital de giro com prazo até 365 dias. Nas operações de capital de giro com prazo superiores a 365 dias, a taxa de juros cobrada pelo BNB foi a décima mais baixa do mercado de crédito nacional. Ficou ainda em décimo primeiro lugar nos encargos cobrados no desconto de cheque e no vigésimo primeiro lugar no desconto de duplicatas.

Tabela 6 – Taxas efetivas de juros de operações de crédito – posição relativa do Banco do Nordeste do Brasil em relação ao mercado brasileiro de crédito – período da pesquisa do BACEN: de 28/06 a 04/07/2013

Modalidade da Operação	Posição do BNB	Taxas efetivas ao mês (%)				Nº. Bcos. pesquisados
		BNB	Média do mercado	Mínima do mercado	Máxima do mercado	
Pessoa Física						
Desconto de cheques	1º	1,76	3,31	1,76	7,60	12
Crédito pessoal consignado INSS	3º	1,70	1,97	1,58	2,32	34
Crédito pessoal consignado privado	9º	1,89	2,37	0,00	7,08	47
Cheque especial	10º	4,14	5,67	0,20	10,16	28
Crédito pessoal não consignado	19º	2,86	6,40	0,81	20,30	66
Pessoa Jurídica						
Cheque especial	1º	2,97	6,09	2,97	9,97	18
Conta garantida	3º	1,33	2,92	1,25	6,56	39
Capital de giro prazo até 365 dias	3º	1,08	2,08	1,08	4,02	51
Capital de giro prazo superior 365 dias	10º	1,36	1,79	0,28	3,56	39
Desconto de cheque	11º	2,12	2,41	1,45	4,45	30
Desconto de duplicatas	21º	2,26	2,36	0,83	4,22	40

Fonte: BACEN, 2013e.

Obs: As taxas de juros divulgadas representam o custo total da operação para o cliente, incluindo também os encargos fiscais e operacionais, correspondendo à média das taxas cobradas nos períodos indicados. As taxas efetivas/mês resultam da capitalização das taxas efetivas/dia pelo número de dias úteis existentes no intervalo de 30 dias corridos, excluindo-se o primeiro dia útil e incluindo-se o último. Caso a data final seja um dia não útil, será considerado o próximo dia útil subsequente.

Vale ressaltar que nas demais operações de crédito para pessoas físicas e jurídicas, onde o BNB não ocupa as primeiras posições, as suas taxas de juros praticadas foram inferiores às respectivas médias do mercado de crédito brasileiro.

No final de maio de 2013, o volume de depósitos captados pelo BNB na Região atingiu R\$ 9,0 bilhões, correspondendo a um crescimento de 14,2% comparativamente à mesma posição no ano passado. Do referido montante, a maior parcela era formada por depósitos a prazo (63,4%), vindo em seguida os depósitos de poupança (15,4%) e os depósitos especiais (11,5%), para citar os mais relevantes.

Entre os estados, o maior aumento na captação de depósitos do Banco do Nordeste, no

período de janeiro a maio de 2013, ocorreu no Ceará (19,6%), seguido por Pernambuco (18,3%), pela Bahia (15,4%) e Paraíba (14,6%).

Em outra perspectiva, o saldo das operações de crédito do BNB realizadas no Nordeste em maio de 2013 alcançou R\$ 7,9 bilhões, registrando-se uma retração (-5,7%), quando comparado ao mesmo mês do ano anterior. Essa redução foi provocada pelas diminuições ocorridas nas operações do Ceará (-19,5%), Pernambuco (-15,2%) e Bahia (-10,3%), as três maiores economias da Região e também pelo aumento das provisões para devedores duvidosos, provocado em grande medida pelas dificuldades decorrentes da forte estiagem que assola o semiárido nordestino, pelo segundo ano consecuti-

vo. Do montante de R\$ 7,9 bilhões, quase a metade era representada por operações de curto prazo, sob a rubrica de empréstimos e títulos descontados, acompanhada pelos financiamentos concedidos à indústria e ao comércio (26,3%) e à infraestrutura e desenvolvimento (18,4%).

O estoque das operações realizadas com recursos do FNE (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste), do qual é operacionalizado pelo BNB, alcançou o montante de R\$ 38,0 bilhões, em junho de 2013, correspondendo a um crescimento no saldo de 11,8% sobre igual posição do ano passado.

Tabela 7 – BNB – Variação nominal e participação dos Estados do Nordeste no saldo dos depósitos bancários e das operações de crédito – posição em final de maio de 2013 – Em %

Estados	Depósitos Bancários		Operações de Crédito	
	Variação	Participação	Variação	Participação
	maio-13/maio-12	Est/NE, maio/13	maio-13/maio-12	Est/NE, maio/13
Maranhão	3,9	3,5	31,5	11,6
Piauí	9,0	2,3	20,8	10,5
Ceará	19,6	56,5	-19,5	13,5
Rio Grande do Norte	1,6	4,2	7,5	5,4
Paraíba	14,6	4,0	0,9	8,0
Pernambuco	18,3	11,2	-15,2	13,9
Alagoas	5,6	2,1	5,6	4,2
Sergipe	-8,0	2,8	3,5	5,7
Bahia	15,4	13,4	-10,3	27,2
NORDESTE (1)	14,2	100,0	-5,7	100,0

Fonte: BNB, 2013a.

(1) No final de maio/2013, o saldo dos depósitos captados pelo BNB no Nordeste havia alcançado R\$ 9,0 bilhões e das operações de crédito atingiu R\$ 7,9 bilhões. Incluindo-se as agências extrarregionais, o saldo dos depósitos do BNB atingiu R\$ 10,3 bilhões, e o das operações de crédito R\$ 9,8 bilhões.

Assim, adicionando-se o saldo do FNE ao saldo das operações de crédito do Banco do Nordeste, chegou-se ao montante de R\$ 49,6 bilhões, no primeiro semestre de 2013, de maneira que o FNE participa com 76,6% do saldo total, representando a principal fonte de recurso, de médio e longo prazos, para financiar o desenvolvimento do Nordeste.

No primeiro semestre de 2013, foram contratadas no Nordeste 264,8 mil operações com recursos do FNE, injetando na economia regional R\$ 6,2 bilhões, ocorrendo um crescimento de 27,0% no número e de 61,3% nos valores contratados, na comparação com igual período do ano passado. Do referido

montante, a maior parcela foi contratada pela agropecuária (40,1%), vindo em seguida os serviços (22,9%), a indústria (22,1%), o comércio (13,5%) e a infraestrutura (1,3%). Por porte do tomador, a fatia maior foi destinada às grandes empresas (39,4%), sendo na sequência os mini produtores (22,1%), as pequenas (19,3%), as médias (16,3%) e as micro empresas (2,7%).

No rol dos programas geridos pelo BNB cabe destacar o CrediAmigo, programa de microcrédito produtivo orientado, que no primeiro semestre contratou no Nordeste 1.614,2 mil operações, envolvendo recursos da ordem de R\$ 2,66 bilhões. O saldo da car-

teira ativa alcançou no final de junho de 2013 o montante de R\$ 1,83 bilhão, com um aumento de 35,5%, comparativamente ao mesmo mês do ano anterior. O referido Programa caracteriza-se por atender a uma clientela predominantemente feminina (65,0%), posuir um baixo valor médio por contratação (R\$ 1.646,68) e exibir um reduzido índice de inadimplência (0,89%), bem abaixo da média nordestina para operações de crédito

com pessoa física (5,1%). Vale também sublinhar os resultados apresentados pelo PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), que através do BNB contratou no Nordeste, no período analisado, 247 mil operações, envolvendo recursos da ordem de R\$ 1.148,5 milhões, ocorrendo uma ampliação de 29,4% no número e de 62,3% nos valores contratados.

Tabela 8 – BNB – Variação e participação dos Estados do Nordeste no valor das contratações do FNE, do CREDIAMIGO e do PRONAF – acumulado no período janeiro-junho de 2013. Em %

Estados	FNE		CREDIAMIGO		PRONAF	
	Variação	Participação	Variação	Participação	Variação	Participação
	Nominal ⁽¹⁾	Estado/NE ⁽²⁾	Nominal ⁽³⁾	Estado/NE ⁽²⁾	Nominal ⁽¹⁾	Estado/NE ⁽²⁾
Maranhão	40,1	13,1	33,0	10,8	15,2	10,2
Piauí	11,2	9,8	32,8	12,0	93,1	11,8
Ceará	154,3	13,3	36,4	30,5	96,5	16,7
R. G. do Norte	69,0	6,1	45,2	6,5	116,8	7,8
Paraíba	177,1	8,7	33,8	8,8	55,4	7
Pernambuco	40,9	13,9	33,6	7,7	56,3	14,8
Alagoas	265,1	7,1	34,9	5,6	39,8	5,4
Sergipe	4,5	4,2	38,8	5,3	30,4	4,8
Bahia	42,0	23,8	34,7	12,8	78,6	21,5
NORDESTE	61,3	100,0	35,5	100,0	62,3	100,0

Fonte: BNB, 2013a; 2013b.

(1) Variação nominal do valor das contratações no período de jan/jun-13, em relação a jan/jun-12.

(2) Participação dos estados no período de jan/jun-13.

(3) Variação nominal da carteira ativa no período de jan/jun-13, em relação a jan/jun-12

Obs.: No período de jan a jun/13, o valor das contratações do FNE, no Nordeste, alcançou R\$ 6.278,4 milhões e do PRONAF R\$ 1.148,5 milhões, e enquanto que o CrediAmigo alcançou R\$ 1.831,4 em saldo de carteira ativa.

7.5 – Conclusão

As operações de crédito do País vêm registrando uma nítida tendência de desaceleração na taxa de crescimento, convergindo para um ritmo mais sustentável de expansão da carteira, no longo prazo. Os bancos públicos continuaram ganhando participação no crédito total, assim como a carteira que uti-

liza recursos direcionados (lastreados com recursos compulsórios ou governamentais).

O avanço moderado do crédito refletiu a expansão da atividade econômica no primeiro semestre, bem como a postura cautelosa dos bancos em conceder novos empréstimos, diante ainda do nível de inadimplência e da

consequente necessidade de provisões para devedores duvidosos. Ademais, a capacidade das famílias em assumir novos empréstimos parece limitada pelo elevado nível de comprometimento da sua renda com dívidas já contratadas e pelo menor crescimento do rendimento.

Percebe-se que houve uma nítida melhora nas condições e na qualidade do crédito nacional. Assim, foi registrada uma redução nas taxas de juros médios e nos spreads, acompanhada por um alongamento no prazo dos créditos concedidos. Em consequência, houve uma leve queda da taxa de inadimplência, notadamente das famílias.

De acordo com estudos do BACEN, a capacidade de solvência do sistema bancário brasileiro permanece robusta, tendo inclusive apresentado melhora em períodos recentes. Ademais, análises de cenários e de sensibilidade demonstram que o sistema bancário brasileiro apresenta boa capacidade de suportar os efeitos de choques adversos, decorrentes de um cenário de deterioração da condição macroeconômica do País, ou de mudanças abruptas nas taxas de juros, de câmbio ou na inadimplência.

A expansão do crédito do Nordeste continua firme, mas também revela uma tendência de desaceleração, a exemplo do contexto do crédito nacional. Entretanto, o crescimento da intermediação financeira na Região deveu-se exclusivamente aos aumentos registrados pelos bancos públicos, na captação de depósitos e na oferta de crédito, uma vez que os bancos privados apresentaram queda na captação e leve aumento na oferta de crédito. A expansão do crédito nordestino foi acompanhada por uma melhora na sua qualidade, tendo em vista o leve declínio observado na taxa de inadimplência, influenciado por uma redução desse indicador para as famílias, permanecendo constante a inadimplência para as empresas.

O Banco do Nordeste, como principal órgão de fomento da Região, tem também se destacado nas suas operações de banco comercial, por praticar taxas de juros bastante competitivas no cenário financeiro nacional.

Pesquisa realizada no final de junho de 2013 pelo Banco Central revela que o BNB ficou em primeiro lugar ao cobrar a mais baixa taxa de juros no País, nas operações de desconto de cheques para pessoas físicas, bem como nas operações de cheque especial para as empresas.

REFERÊNCIAS:

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Economia e finanças:** indicadores de conjuntura: gerenciador de séries temporais: economia regional: crédito. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>>. Acesso em: 27 ago. 2013a.

_____. **Economia e finanças:** indicadores de conjuntura: indicadores econômicos: moeda e crédito. Brasília, DF, 2013. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br/?INDECO>>. Acesso em: 26 ago. 2013b;

_____. **Nota para a imprensa 26.04.2013:** política monetária e operações de crédito do sistema financeiro. Brasília, DF, 2013.

Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?ECOIMPOM>>. Acesso em: 16 maio 2013c;

_____. SISBACEN. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 27 ago. 2013d.

_____. **Sistema financeiro nacional:** informações sobre operações bancárias: taxas de juros de operações de crédito. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pt-br/sfn/infopban/txcred/txjuros/Paginas/Historico.aspx>>. Acesso em: 29 ago. 2013e.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Informações da área de controle financeiro.** Fortaleza, 2013a.

_____. **Informações gerenciais do Programa CrediAmigo:** cadernos mensais de junho de 2012 e junho de 2013. Fortaleza, 2013b.

RELATÓRIO DE INSTABILIDADE FINANCEIRA. Brasília, DF: Banco Central do Brasil, v. 12, n. 1, mar. 2013. Semestral. 60p. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/htms/estabilidade/2013_03/refP.pdf>. Acesso em: 26 ago.



Cliente Consulta www.bnb.gov.br
Capitais e Regiões Metropolitanas 4020.0004
Demais Localidades 0800 033 0004